

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO

ANNA CAROLLINE BAIÃO MALAQUIAS

A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

BRASÍLIA
2024

ANNA CAROLLINE BAIÃO MALAQUIAS

**A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Programa
de Pós-Graduação em Propriedade
Intelectual e Transferência de Tecnologia
para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal
Universidade de Brasília - UnB.

Orientador (a): Paulo Gustavo Barboni
Dantas Nascimento.

BRASÍLIA

2024

ANNA CAROLLINE BAIÃO MALAQUIAS

**A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT-Ponto Focal Universidade de Brasília - UnB.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gustavo Barboni Dantas Nascimento
(Orientador do Ponto Focal onde o aluno cursou o PROFNIT)

Profa. Dra Wagna Piler Carvalho dos Santos
(Docente de outro Ponto Focal do PROFNIT)

Prof. Dr Eduardo Antonio Ferreira
(Membro do Mercado: membro do setor profissional a ser impactado pelo Trabalho de Conclusão de Curso)

DEDICATÓRIA

À Arianny, pela inspiração.
À Dona Tereza, pelo amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Paulo Barboni, por sua disponibilidade, paciência e sabedoria ao longo do processo de orientação. Seu profissionalismo e empatia foram essenciais para que eu superasse os momentos de ansiedade e alcançasse esta importante etapa da minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais, Tereza e Antônio (in memoriam), pelo apoio incondicional em todos os meus sonhos e projetos. Vocês sempre vibraram com cada conquista minha e me encorajaram nos desafios. Sem o amor e a dedicação de vocês, eu não teria chegado aqui.

À minha irmã, Arianny, protagonista de uma trajetória acadêmica que sempre me inspirou.

Aos meus padrinhos, Celina e José Vigilato, e à minha prima Camila, que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento e a crescer profissionalmente.

Aos colegas do PROFNIT, especialmente à Charlene e à Paloma, pela amizade, apoio e carinho constante.

Às amigas da Defensoria Pública da União, Larissa, Fernanda e Kamila, pelo acolhimento e estímulo nos momentos de desânimo e incertezas.

Aos amigos de Palminópolis, que sempre estiveram presentes na minha vida e torceram pelo meu sucesso.

A todos vocês, meu sincero agradecimento.

"Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia."

Bosi

MALAQUIAS, Anna Carolline Baião. **A Difusão do Conhecimento Sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília**. 2024. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. O estudo foi motivado pela necessidade de conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da propriedade intelectual, alinhando-se a um dos eixos principais da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, que estabelece ações de "disseminação, formação e capacitação em Propriedade Intelectual" para o período de 2021 a 2030. A questão central da pesquisa foi: "Como a Universidade de Brasília tem colaborado para a disseminação, formação e capacitação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia?". Os objetivos específicos foram: identificar as estratégias de disseminação de propriedade intelectual adotadas pela Universidade de Brasília, comparar essas estratégias com as de outras universidades e propor recomendações que pudessem aprimorar as ações da universidade nesse campo. A pesquisa, de natureza exploratória, utilizou uma abordagem bibliográfica e documental, com análises qualitativas e quantitativas, e um recorte temporal de 2021 a 2023. A investigação se baseou na análise de documentos disponíveis publicamente nos sites das universidades selecionadas: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse conjunto de dados permitiu traçar um panorama das práticas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia realizadas pelas universidades no período em questão. Os resultados apontaram que a Universidade de Brasília tem criado um ambiente propício à cultura da inovação, da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia. Com o Núcleo de Inovação Tecnológica mais antigo (com mais de 37 anos de história), a Universidade de Brasília se destacou como líder em transferências de tecnologia, superando universidades como a Universidade Federal de Minas Gerais, que, embora possua um maior número de ativos de propriedade intelectual, não alcançou os

mesmos índices de transferência de tecnologia. Dentre boas práticas realizadas pela UnB no período analisado, destacam-se as parcerias com entidades do ecossistema de inovação, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos e a Ordem dos Advogados do Brasil. Além disso, a universidade implementou projetos, como o IntegrAção, que abordaram temas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia em diversas unidades da instituição.

Palavras-Chave: Propriedade Intelectual. Transferência de Tecnologia. Universidade. Boas Práticas.

MALAQUIAS, Anna Caroline Baião. **The Diffusion of Knowledge about Intellectual Property and Technology Transfer at the University of Brasília**. 2024. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

ABSTRACT

This research analyzed the dissemination of knowledge about intellectual property and technology transfer at the University of Brasília. The study was motivated by the need to raise awareness among the academic community about the importance of intellectual property, aligning itself with one of the main axes of the National Intellectual Property Strategy, which establishes actions of "dissemination, training and training in Intellectual Property" for the period from 2021 to 2030. The central question of the research was: "How has the University of Brasília contributed to the dissemination, training and training in Intellectual Property and Technology Transfer?". The specific objectives were: to identify the intellectual property dissemination strategies adopted by the University of Brasília, compare these strategies with those of other universities and propose recommendations that could improve the university's actions in this field. The research, of an exploratory nature, used a bibliographic and documentary approach, with qualitative and quantitative analyses, and a time frame from 2021 to 2023. The investigation was based on the analysis of documents publicly available on the websites of the selected universities: Universidade Federal de Minas Gerais , Federal University of Rio Grande do Sul, Federal University of Sergipe, Federal University of São Paulo and Federal University of Rio de Janeiro. This set of data allowed us to draw an overview of intellectual property and technology transfer practices carried out by universities in the period in question. The results showed that the University of Brasília has created an environment conducive to the culture of innovation, intellectual property and technology transfer. With the oldest Technological Innovation Center (with more than 37 years of history), the University of Brasília stood out as a leader in technology transfers, surpassing universities such as the Federal University of Minas Gerais, which, despite having a greater number of assets of intellectual property, did not reach the same technology transfer rates. Among good practices carried out by UnB in the period analyzed, partnerships with entities in the innovation ecosystem stand out, such as the Brazilian Micro and Small Business

Support Service, the Federal District Research Support Foundation, the Foundation for Scientific and Technological and the Brazilian Bar Association. Furthermore, the university implemented projects, such as IntegrAção, which addressed issues of intellectual property and technology transfer in various units of the institution.

Keywords: Intellectual Property. Transfer of Technology. University. Good Practices.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAPI	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Intelectual
ABAPI	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Intelectual
ABPI	Associação Brasileira de Propriedade Intelectual
ACT	Agência de Comercialização de Tecnologia
AGITTE	Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFS
AGITS	Agência de Inovação Tecnológica e Social
API	Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual
BHTec	Parque Tecnológico de Belo Horizonte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPI	Coordenação de Atividades de Propriedade Intelectual
CATI	Coordenação de Apoio às Atividades em Tecnologia e Inovação
CEDES	Coordenação de Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial e Social
CDT	Centro de Desenvolvimento Tecnológico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTIT	Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica
DOI	Digital Object Identifier
DPI	Direito de Propriedade Intelectual
DPITT	Divisão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
ENAPID	Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
Finatec	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FORTEC	Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GNIPA	Global Network of Intellectual Property Academies
GIPI	Grupo Interministerial e Propriedade Intelectual
IES	Instituições de Ensino Superior
ICT	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
IG	Indicação Geográfica

INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MBA	Master of Business Administration
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
NE	Núcleo de Empreendedorismo
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NME	Núcleo de Multincubadora de Empresas
Nupitec	Núcleo de Propriedade Intelectual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PIT	Parque de Inovação Tecnológica
PCT	Patent Cooperation Treaty
PCTec/UnB	Parque Tecnológico de Brasília da Universidade de Brasília
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PI	Propriedade Intelectual
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SBRT	Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SNI	Sistema Nacional de Inovação
SNPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
SWOT	Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRIPS	Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights
TT	Transferência de Tecnologia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

UnB

Universidade de Brasília

UMG

Universidade de Minas Gerais

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Atores do Sistema Nacional de Inovação

Quadro 02: Legislação Relevante sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil (1988-2024)

Quadro 03 - Principais Referências Bibliográficas sobre Difusão do Conhecimento em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (2007 a 2024)

Quadro 04: Endereços Eletrônicos das Universidades selecionadas, NITs e Parques Tecnológicos

Quadro 05: Matriz de Validação/Amarração

Quadro 06 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2021

Quadro 07 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2022

Quadro 08 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2023

Quadro 09 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 2021 a 2023

Quadro 10 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de São Paulo - 2021 a 2023

Quadro 11 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de Minas Gerais - 2021 a 2023

Quadro 12 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de Sergipe - 2021 a 2023

Quadro 13 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2021 a 2023

Quadro 14 - Resumo das Melhores Práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia das Universidades Federais Seleccionadas - 2021 a 2023

Quadro 15: Objetivos de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Comparação de Indicadores Quantitativos das Universidades Seleccionadas

Tabela 02 - Modalidades de Transferência de Tecnologia Realizadas pela UnB (2021 a 2023)

Tabela 03 - Quantitativo de Boas Práticas por Modalidade nas Universidade de Brasília (2021-2023)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
2 INTRODUÇÃO	17
3 JUSTIFICATIVA	19
3.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC	19
3.2 Aderência ao PROFNIT	20
3.3 Impacto	20
3.4 Aplicabilidade	21
3.5 Inovação	21
3.6 Complexidade	22
4 OBJETIVOS	23
4.1 Objetivo Geral	23
4.2 Objetivos Específicos	23
5 REFERENCIAL TEÓRICO	24
5.1 Conceitos de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia	24
5.2 Sistema Nacional de Propriedade Intelectual e o Papel das ICTs na Disseminação, Formação e Capacitação em Propriedade Intelectual	26
5.3 Difusão de Conhecimento sobre PI e TT	31
5.4 Boas Práticas de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia	35
6 METODOLOGIA	37
6.1 Lista Das Etapas Metodológicas	38
6.2 Descrição Detalhada de Cada Etapa Metodológica	38
6.3 Matriz de Validação/Amarração	40
7	RESULTADOS
	43

7.1 boas práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia	44
8 DISCUSSÃO	65
8.1 MELHORES PRÁTICAS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ENTRE A UNB E AS UNIVERSIDADES ANALISADAS	65
8.2 ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES DA UNB EM RELAÇÃO À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	71
9 IMPACTOS	75
10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC	77
11 CONCLUSÃO	82
12 PERSPECTIVAS FUTURAS	84
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT)	92
APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS	94
APÊNDICE C – Artigo Publicado	95
APÊNDICE D – Produto Técnico-Tecnológico	116
ANEXO A – Comprovante de Publicação de Artigo	118
ANEXO B – Comprovante de Registro de Marca	119

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é resultado de uma investigação científica sobre a disseminação do conhecimento sobre Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT) na Universidade de Brasília (UnB). O estudo foi motivado pelo desejo de contribuir com a promoção e o fortalecimento da cultura da inovação no ambiente acadêmico.

Um relatório diagnóstico elaborado em 2020 pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) do Governo Federal revelou que o Sistema de Propriedade Intelectual no Brasil era inefetivo (BRASIL, 2020a). Isso levou à criação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) para o período de 2021 a 2030 (BRASIL, 2020b), que foi instituída pelo Decreto nº 10.886/2021 e tem como um dos eixos centrais a "disseminação, formação e capacitação em PI", com o intuito de promover ações que difundam a cultura da PI no país (BRASIL, 2021).

Diante dos desafios para consolidar um sistema efetivo de propriedade intelectual, é essencial que cada instituição integrante do Sistema Nacional de Inovação (SNI) assuma sua responsabilidade na promoção da cultura da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia. As universidades têm um papel ainda mais relevante nesse processo, pois são responsáveis por produzir e disseminar conhecimento científico e tecnológico, além de fomentar a inovação (RAPINI e BARBOSA, 2021, p. 21).

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar como a UnB tem contribuído para a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia. A partir da análise e da identificação de boas práticas adotadas pela UnB e por outras universidades selecionadas, buscou-se delinear recomendações que possam ser implementadas na UnB, fortalecendo sua atuação e a de outras instituições no fomento à inovação e à proteção dos direitos de propriedade intelectual.

Os resultados da pesquisa evidenciam a importância da disseminação da cultura da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia, alinhando-se às diretrizes da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual até 2030. Assim, a Universidade de Brasília se afirma como um agente essencial na promoção da inovação. Os resultados revelam que a UnB criou um ambiente propício para essa cultura, evidenciado por um extenso portfólio de ativos de PI, altos índices de

transferência de tecnologia e o fortalecimento dos canais de comunicação entre acadêmicos e o setor produtivo. Além disso, uma variedade de atividades foi promovida para aumentar a conscientização e a formação nessa área, no período compreendido entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023.

2 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos que incluem a identificação das estratégias atualmente adotadas pela UnB para promover essa difusão, a comparação dessas com aquelas implementadas por outras universidades com o intuito de identificar boas práticas e propor recomendações, visando contribuir com a inovação e a transferência de conhecimento para o setor produtivo.

Metodologicamente, a pesquisa tem uma natureza exploratória, combinando abordagens bibliográfica e documental, com análises qualitativas e quantitativas, focando no período de 2021 a 2023. A investigação se apoiou na análise de documentos disponíveis publicamente nos sites das universidades selecionadas, proporcionando um panorama abrangente sobre as práticas de PI e TT.

O problema de pesquisa que fundamenta este estudo baseia-se na seguinte pergunta: “Como a UnB está colaborando para a difusão do conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia?”. Com isso, buscou-se identificar as práticas adotadas e as particularidades de cada instituição analisada. Um dos resultados almejados é compreender o contexto de cada universidade, englobando o porte das instituições, sua experiência prévia na proteção de ativos intangíveis e a implementação de iniciativas de TT, além de identificar áreas de destaque e oportunidades de melhoria em suas práticas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

A relevância deste estudo se manifesta em dois aspectos: teórico e prático. No campo teórico, ele aborda a cultura da PI e TT e as boas práticas nessas áreas, fundamentando-se nesses conceitos para analisar a difusão de conhecimentos sobre PI e TT na UnB. No aspecto prático, tem o potencial de impulsionar a cultura de PI e TT na Universidade. Dessa forma, a pesquisa não apenas contribui para a consolidação dessa cultura, mas também destaca o papel ativo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) nesse processo.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA PELO TCC

Apesar dos esforços recentes para estabelecer uma cultura de propriedade intelectual nas universidades, ainda existe uma compreensão limitada sobre os objetos, funções e benefícios associados aos Direitos de Propriedade Intelectual. A Estratégia Nacional da Propriedade Intelectual enfatiza, como um de seus eixos centrais, a "disseminação, formação e capacitação em PI", com o objetivo de promover ações que ampliem a cultura da propriedade intelectual em todo o país. Nesse cenário, as Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) desempenham um papel fundamental na implementação dessa diretriz (BRASIL, 2021).

As instituições de ensino, em particular, têm um papel crucial na difusão do conhecimento e na promoção de práticas que garantam a adequada gestão da Propriedade Intelectual. Nesse contexto, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: “Como a UnB está colaborando para a difusão do conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia?” Esse questionamento aponta para a necessidade de um estudo que permita identificar as ações já implementadas e as lacunas existentes nesse processo formativo.

Com base na pergunta principal, foram formuladas as seguintes perguntas de apoio:

1. Quais as principais estratégias que a UnB tem adotado para a difusão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia?
2. Quais as principais estratégias que outras universidades têm utilizado para disseminar a cultura da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, que poderiam ser replicadas na UnB?

Este estudo visa compreender a atual realidade da UnB em relação à difusão do conhecimento sobre PI e TT, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais inovador e alinhado com as demandas do mercado e da sociedade. Ao analisar as iniciativas existentes e compará-las com as de outras instituições, será possível identificar boas práticas e sugerir ações que fortaleçam a gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia na UnB.

3.2 ADERÊNCIA AO PROFNIT

Esta pesquisa, conforme indica seu próprio título, está diretamente alinhada à linha de pesquisa do Programa PROFNIT: “Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação em Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs)”. Trata-se de uma proposta inovadora, pois não existem estudos semelhantes que se concentrem especificamente na Universidade de Brasília, preenchendo, assim, uma lacuna na literatura existente. Essa abordagem não apenas contribui para o entendimento das práticas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia na UnB, mas também fortalece a cultura de inovação no ambiente acadêmico.

Além disso, paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa, foi proposta uma atividade voltada para a promoção da cultura da Propriedade Intelectual na Universidade de Brasília: o projeto “Minuto da PI”, que consistiu na produção de vídeos curtos sobre temas relevantes de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, os quais poderão ser divulgados nos canais de comunicação da UnB e servirão como parte integrante deste estudo.

Os temas abordados nos vídeos contemplam aspectos como a proteção das criações e casos de sucesso de tecnologias desenvolvidas pela universidade que foram transferidas ao mercado. Assim, a pesquisa desenvolvida no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso do PROFNIT contribuiu para estimular a inovação tecnológica, ajudou a identificar nichos de mercado e a promover ambientes de inovação de base tecnológica.

3.3 IMPACTO

A produção técnica desenvolvida neste estudo é resultado de um esforço espontâneo e foi motivada pelo desejo de colaborar com a disseminação da cultura da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia na UnB. Essa iniciativa visa aumentar o nível de conscientização sobre os Direitos de Propriedade Intelectual, contribuindo, assim, para a implementação eficaz da Política de Inovação da Universidade.

A relevância da demanda é significativa, pois a disseminação da cultura da PI e a promoção da TT são pilares essenciais da ENPI. Ao promover a educação e a conscientização sobre a PI, a pesquisa não apenas atende a diretrizes nacionais, mas também fortalece o papel da UnB como um agente ativo na promoção da inovação e na facilitação da transferência de tecnologia para o setor produtivo.

Embora o foco de aplicação dos vídeos do Minuto da P.I. seja a UnB, os resultados obtidos têm o potencial de serem replicados em outras instituições, ampliando sua abrangência e impacto. Essa disseminação pode gerar consequências significativas nas esferas social, econômica e jurídica, promovendo um ambiente mais favorável à inovação e ao respeito pelos direitos de propriedade intelectual.

3.4 APLICABILIDADE

Os vídeos do “Minuto da P.I.” não apenas servirão como ferramentas educativas para sensibilizar alunos e docentes sobre a importância dos Direitos de Propriedade Intelectual e da Transferência de Tecnologia, mas também poderão ser integrados a programas de extensão e capacitação em diferentes contextos. A abordagem prática e acessível facilita a compreensão dos conceitos de PI e TT, tornando o material valioso para diversas áreas do conhecimento.

Além disso, os vídeos poderão ser replicados em outras instituições, especialmente em universidades. Portanto, a produção técnica/tecnológica possui abrangência elevada e alto potencial de replicabilidade.

Ademais, a aplicabilidade do projeto se estende ao setor produtivo, onde os conteúdos gerados podem ser utilizados em treinamentos e workshops para profissionais e empreendedores. Essa disseminação de conhecimento contribuirá para a criação de um ambiente mais favorável à inovação e à colaboração entre academia e mercado.

3.5 INOVAÇÃO

A pesquisa apresenta um médio teor inovativo, ao explorar práticas de PI e TT em importantes universidades federais do país, propondo abordagens inovadoras que podem ser adaptadas e implementadas em outros contextos acadêmicos e tecnológicos.

Esse caráter inovador é evidenciado também pelo fato de, embora já existam estudos semelhantes em outras ICTs, não há registros de pesquisas focadas especificamente na UnB.

Dessa forma, a pesquisa não apenas contribui para a construção de um referencial teórico sobre o tema, mas também estimula a inovação nas práticas institucionais, promovendo uma cultura mais robusta de PI e TT. Essa abordagem inovadora tem o potencial de influenciar positivamente o ambiente acadêmico e o

setor produtivo, fortalecendo a relação entre pesquisa, inovação e desenvolvimento econômico.

3.6 COMPLEXIDADE

O desenvolvimento da pesquisa apresenta uma complexidade média, resultante da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis entre os diferentes atores envolvidos. A coleta de dados será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, além da análise de relatórios, atos legislativos e outros conteúdos disponíveis publicamente em sites institucionais. Essa abordagem garante que as informações necessárias estejam acessíveis ao público em geral, por meio dos portais dos órgãos públicos na internet.

Apesar de a pesquisa se basear em dados amplamente disponíveis, a complexidade reside na interpretação crítica desses materiais e na síntese de informações de diferentes fontes. A integração desses dados requer um entendimento profundo dos contextos legais e institucionais que regem a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia. Além disso, a necessidade de realizar comparações entre práticas de diferentes instituições acadêmicas e tecnológicas adiciona uma camada de desafio ao processo.

Assim, embora os dados sejam acessíveis, a pesquisa exige uma análise cuidadosa e uma abordagem metodológica robusta para extrair *insights* significativos que possam contribuir para a cultura de inovação e para a melhoria das práticas de PI e TT na UnB e em outras instituições.

Ancorada nessas afirmações, a pesquisa motivou a elaboração do projeto "Minuto da P.I.", que consiste na produção de vídeos de curta duração sobre temas relacionados à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, a serem divulgados nos canais de comunicação da universidade.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como a Universidade de Brasília está promovendo a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, identificando ações implementadas e lacunas existentes no processo formativo, com o intuito de fortalecer a cultura de inovação na instituição.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar boas práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, adotadas pela UnB e por universidades federais selecionadas;
2. Selecionar as melhores práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia entre a UnB e as universidades federais analisadas, a fim de destacar aquelas que se mostram mais impactantes e inovadoras;
3. Propor recomendações para otimizar as ações da UnB em relação à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, visando potencializar a inovação e a transferência de conhecimento para o setor produtivo.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 CONCEITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O conhecimento, sua apropriação e transmissão sempre tiveram muito valor ao longo do desenvolvimento das civilizações, de modo que o direito à exclusividade sobre os bens imateriais percorreu um longo processo evolutivo. Perpassou pelo reconhecimento desse direito como uma dádiva divina, depois como um privilégio que podia ser concedido por um soberano, até chegar a um conceito próximo ao que hoje utilizamos para propriedade (GANDELMAN, 2004).

De acordo com a mesma autora, a Lei de Patentes de 1474, da cidade de Veneza, na Itália, é considerada o primeiro texto legislativo que trouxe o conceito de propriedade intelectual. Essa lei foi um dos primeiros esforços formais para proteger invenções e garantir aos inventores direitos exclusivos sobre suas criações. Os inventores deveriam ter direitos exclusivos sobre suas invenções por um determinado período. Isso significava que, ao criar algo novo, o inventor podia proibir outros de produzir, usar ou vender a invenção sem sua autorização. O objetivo era incentivar a inovação ao garantir que os inventores pudessem se beneficiar financeiramente de seus esforços criativos, promovendo assim o avanço tecnológico e a difusão do conhecimento.

Gandelman (2004) relata ainda que, a partir do século XVIII e principalmente do XIX, diversos outros países criaram suas próprias legislações de proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs), especialmente em decorrência do processo de industrialização desencadeado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. A título de exemplo, é possível citar a Lei de Privilégio de Invenção da França em 1.791 e o *Patent Act* dos Estados Unidos em 1.790.

No Brasil, o desenvolvimento do sistema jurídico de proteção à propriedade intelectual foi marcado pela vinda da Família Real Portuguesa, em 1.808. A transferência da Corte Bragantina para o Brasil acabou resultando na extinção de diversos institutos coloniais a que a economia brasileira estava submetida, tais como a proibição da atividade industrial e do comércio exterior. Nesse período, foi criada a primeira lei brasileira de proteção à propriedade intelectual, o Alvará de 1.809, que regulamentou a instalação de fábricas e a concessão de privilégios e prêmios a inventores (MALAVOTA, 2022).

O conceito de propriedade intelectual se expandiu ao longo dos séculos, passando a incluir a proteção aos direitos autorais e às marcas, dentre outros. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) define a propriedade intelectual como um conjunto de direitos que protege as criações da mente, englobando invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes e imagens utilizados no comércio. Esses direitos têm como objetivo incentivar a criatividade e a inovação, proporcionando aos criadores a possibilidade de obter benefícios econômicos por meio de suas criações (OMPI, 2021).

A OMPI enfatiza ainda que a proteção da propriedade intelectual é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo um ambiente em que a inovação possa prosperar. Ela também reconhece a importância da propriedade intelectual no comércio global, facilitando a troca de tecnologias e a proteção de marcas em mercados internacionais (OMPI, 2021).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra a propriedade intelectual como parte das garantias fundamentais do homem, segundo os incisos XXVII, XXVIII e XXIX do artigo 5º. Essa inclusão está alinhada ao princípio da inviolabilidade da propriedade e é considerada uma cláusula imodificável (BASSO, 2008). Os direitos relacionados à propriedade intelectual são regulamentados por um conjunto abrangente de leis que protegem direitos autorais, programas de computador, patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, cultivares e topografias de circuitos.

A transferência de tecnologia pode ser definida como um processo colaborativo que facilita o fluxo de descobertas científicas e propriedade intelectual de universidades e instituições de pesquisa para usuários públicos e privados, visando transformar invenções em produtos e serviços que beneficiem a sociedade¹ (OMPI, 2024).

Assim, é possível observar que a intersecção entre a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia é essencial para o avanço da inovação e o desenvolvimento econômico. A proteção dos direitos de propriedade intelectual garante aos criadores o reconhecimento e os benefícios de suas invenções, enquanto

¹ Tradução livre: "Technology transfer (TT) is a collaborative process that allows scientific findings, knowledge and intellectual property to flow from creators, such as universities and research institutions, to public and private users. Its goal is to transform inventions and scientific outcomes into new products and services that benefit society".

a transferência de tecnologia permite que empresas e instituições adotem e adaptem essas inovações. Esse processo promove a colaboração entre os setores acadêmico e industrial, impulsionando a competitividade e acelerando o desenvolvimento de soluções para desafios sociais e econômicos.

5.2 SISTEMA NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E O PAPEL DAS ICTs NA DISSEMINAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL

Apesar dos inúmeros debates sobre a relação entre inovação e propriedade intelectual, muitos argumentam que ambas compõem a mesma equação, evidenciando um amplo benefício à sociedade (BUAINAIN e SOUZA, 2019). Assim, é impossível dissociar o Sistema Nacional de Propriedade Intelectual (SNPI) do Sistema Nacional de Inovação (SNI), pois ambos compartilham praticamente os mesmos atores/*stakeholders*.

Corroborando essa visão, um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) sobre os atores do SNPI destaca que "não há como dissociar o Sistema Nacional de Propriedade Intelectual do Sistema Nacional de Inovação", reforçando a ideia de que ambos os sistemas estão intrinsecamente conectados (BRASIL, 2020c). De acordo com dados do Mapa do Sistema Brasileiro de Inovação, produzido pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), os principais atores envolvidos no SNI estão relacionados a seguir (ANPEI, 2014).

Quadro 01: Atores do Sistema Nacional de Inovação.

Ator	Natureza	Objetivo	Atuação	Exemplos
ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia)	Organizações públicas ou privadas, com foco em pesquisa científica ou tecnológica.	Gerar conhecimento científico e tecnológico, transferir para o setor produtivo.	Contribuem com pesquisa básica ou aplicada, desenvolvimento de tecnologias e transferência de conhecimento.	Universidades, centros de pesquisa, laboratórios privados.
Investidores	Pessoas jurídicas (públicas ou privadas) ou pessoas físicas.	Financiar e apoiar o crescimento de novos negócios inovadores.	Analisam e prospectam oportunidades de investimento, oferecem recursos financeiros, e ajudam a estruturar modelos de negócios.	Angels, clubes de investimentos, seed capital, venture capital, private equity.

Empresas	Organizações privadas com fins lucrativos.	Prover produtos e serviços inovadores, gerar empregos e tributos.	Implementam inovações tecnológicas, aplicam pesquisa e desenvolvimento em produtos/serviços.	Startups, empresas de tecnologia, indústrias tradicionais, PMEs.
Governo	Esferas Federal, Estadual e Municipal.	Criar ambiente favorável à inovação, regular e fomentar o ecossistema de inovação.	Elabora políticas públicas, regulamenta, promove incentivos fiscais e financeiros, articula entre os atores do SNI.	Ministérios, secretarias estaduais e municipais, agências de fomento (Finep, CNPq, etc.)
Entidades	Organizações sem fins lucrativos, representativas.	Representar e articular os atores do SNI, fortalecer as relações e propor políticas públicas.	Facilitam o diálogo entre diferentes atores, influenciam a formulação de políticas e contribuem para a melhoria do ecossistema de inovação.	Associações empresariais, entidades de classe, ONGs.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Nesse contexto, é fundamental destacar os principais instrumentos normativos que sustentam o presente estudo, conforme Quadro 2.

Quadro 02: Legislação Relevante sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil (1988-2024)

LEI	DESCRIÇÃO
Constituição Federal de 1988	Assegura, na condição de direito e garantia fundamental, a proteção às invenções e criações industriais, bem como aos direitos autorais (BRASIL, 1988).
Lei nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial)	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial - patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas - (BRASIL, 1996).
Decreto nº 10.886/2021 (Estratégia Nacional da Propriedade Intelectual)	Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o período de 2021 a 2030, com o objetivo de definir ações de longo prazo para a atuação coordenada dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a fim de estabelecer um Sistema Nacional de Propriedade Intelectual efetivo e equilibrado (BRASIL, 2021).
Lei nº 10.973/2004 (Lei da Inovação)	Estimula pesquisa e inovação; estabelece mecanismos para transferência de tecnologia (BRASIL, 2004).
Lei nº 13.243/2016	Atualiza a Lei de Inovação, promovendo colaboração entre universidades e setor privado (BRASIL, 2016).
Decreto nº 9.283/2018	Regulamenta a Lei de Inovação, detalhando a transferência de tecnologia e incentivos à inovação (BRASIL, 2018).

Decreto nº 10.534/2020	Institui a Política Nacional da Inovação (BRASIL, 2020).
-------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Destaca-se a Lei nº 13.243/2016 (BRASIL, 2016), que traz conceitos relevantes para este estudo, como:

1. **Inovação:** A introdução de novidades ou aperfeiçoamentos que resultam em novos produtos, serviços ou processos, promovendo melhorias significativas.
2. **Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT):** Entidades que possuem como missão a pesquisa científica ou tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos e processos.
3. **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT):** Estrutura criada por ICTs para gerenciar políticas de inovação e facilitar a transferência de conhecimento.

Os NITs foram inspirados nos Escritórios de Transferência de Tecnologia de diversas instituições estrangeiras e têm a função de atuar como intermediários ICTs e o setor empresarial. Além disso, eles são responsáveis por proteger os conhecimentos desenvolvidos nas ICTs, facilitando a transferência de tecnologia para o setor produtivo (VAILATI et al., 2012). As universidades federais brasileiras são reconhecidas como ICTs e constituem-se em uma das principais fontes geradoras de conhecimento no país. Portanto, é crucial entender como a propriedade intelectual interage com o conhecimento gerado por essas instituições.

Embora o primeiro marco normativo sobre propriedade intelectual no Brasil tenha sido promulgado em 1809 e a proteção da PI esteja garantida pela Constituição Federal, um Sistema Nacional de Propriedade Intelectual robusto ainda não foi plenamente desenvolvido. Um relevante estudo realizado pelo Governo Federal em 2020 avaliou o SNPI e suas conclusões ressaltam a importância deste trabalho: o sistema se mostrou inefetivo (BRASIL, 2020a). Dentre os principais problemas identificados, destacam-se os que são especialmente relevantes para a pesquisa proposta:

1. Desconhecimento e/ou desinteresse pela sociedade e governo sobre proteção de PI (resistência ao aprendizado, insuficiência de estímulos ao uso, resistência à visão de mercado);
2. O tema PI não é disseminado de forma que alcance a sociedade como todo (necessidade de conscientização em PI);

3. Dificuldade de articulação e convencimento com o governo sobre importância estratégica de PI ao redistribuir os recursos;
4. Pedidos mal redigidos dificultando a análise e demandam alto número de exigências ao longo do processo;
5. Processos ineficientes de registro e concessões de direitos de PI;
6. Ritos administrativos complexos e dificuldade de acompanhamento;
7. Dificuldade de acesso e complexidade do registro em alguns segmentos de PI;
8. Desconhecimento da sociedade e do próprio governo sobre prejuízos à economia e aos próprios consumidores no caso de violações aos direitos de PI;
9. Cultura da sociedade brasileira em geral não é de pensar e planejar ações de longo prazo;
10. Uso estratégico da PI para geração e comercialização de ativos ainda não foi incorporado à realidade das empresas e centros de inovação e criação no Brasil;
11. Informações sobre registros de ativos de PI não são suficientemente divulgadas e acessíveis ao público;
12. Desconhecimento sobre os benefícios do uso estratégico de PI para a competitividade dos negócios e para a geração de renda;
13. Insuficiente articulação entre universidade, empresa e governo;
14. Dificuldade de articulação entre NITs e procuradorias e órgãos de controle;
15. Desconhecimento e dificuldade de mensurar o valor dos ativos de PI;
16. PI está desconectada de políticas mais amplas de indústria, comércio, serviços, competitividade, inovação, cultura, educação, entre outras;
17. Articulação precária dos atores do sistema de PI no Brasil;
18. Dificuldade na implementação de ações estruturantes relacionadas ao sistema;
19. *Stakeholders* de PI não governamentais têm pouca interlocução com o governo.

A partir dos problemas identificados, foi desenvolvida a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) para o período de 2021 a 2030, que é um dos principais instrumentos para implementar a Política Nacional de Inovação. Um dos pilares da

ENPI, abarcado pelo eixo estratégico 2, consiste na "disseminação, formação e capacitação em Propriedade Intelectual", visando:

Promover ações para disseminar a cultura da PI entre agentes econômicos, consumidores, comunidade acadêmica e a sociedade em geral, com o propósito de tornar o sistema e suas ferramentas conhecidas para inventores, criadores, cientistas e empresários, bem como formar e capacitar profissionais de diversas áreas no tema. (BRASIL, 2020b)

Dentre os Atores-Chave para cooperação e/ou interlocução para o eixo estratégico 2 estão o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC).

O MCTI é o órgão governamental responsável por formular e implementar políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Sua atuação inclui fomentar a pesquisa e o desenvolvimento, além de promover a inovação no setor produtivo. No contexto da disseminação da cultura de PI, o MCTI desempenha um papel crucial ao criar diretrizes e programas que incentivem a proteção e a valorização da propriedade intelectual, conectando inventores e pesquisadores a recursos e informações que possam facilitar a comercialização de suas invenções (BRASIL, 2023a).

O MEC é responsável pela educação no Brasil, abrangendo desde a educação básica até a superior (BRASIL, 2023b). Sua relevância no eixo de PI se dá pela promoção de uma formação acadêmica que inclua conteúdos sobre propriedade intelectual, inovação e empreendedorismo. O MEC pode estabelecer currículos e programas de capacitação que incentivem a formação de estudantes e profissionais conscientes da importância da PI, contribuindo para a formação de uma cultura inovadora no país.

O FORTEC é uma associação que reúne gestores de instituições de ciência e tecnologia e universidades, com foco em promover a transferência de tecnologia e inovação no Brasil. O fórum atua como um espaço de troca de experiências e melhores práticas entre as instituições, facilitando a cooperação entre academia e mercado. Sua função é essencial para fomentar parcerias que possibilitem a aplicação prática da PI e a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento (FORTEC, 2024).

Diante dos desafios para consolidar sistemas em âmbito nacional que implementem efetivamente as políticas brasileiras de inovação e propriedade

intelectual, cada instituição envolvida nos sistemas de inovação deve cumprir seu papel como agente promotor da cultura de propriedade intelectual. As instituições de ensino têm uma responsabilidade ainda maior nesse contexto, pois são responsáveis por produzir e disseminar conhecimento científico, além de fomentar a inovação (RAPINI e BARBOSA, 2021, p. 21).

5.3 DIFUSÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PI E TT

A proteção das invenções, inicialmente restrita ao nível local, evoluiu devido à imaterialidade dos bens de propriedade intelectual e ao crescimento do comércio internacional, levando à criação de acordos como a Convenção da União de Paris (1883) e a Convenção da União de Berna (1886). Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU iniciou discussões globais que resultaram na fundação da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) em 1967, com o objetivo de promover a proteção da propriedade intelectual. Na década de 1980, em um cenário de globalização, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, do inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*) levou à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994 e à adoção do “*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS)”, que regula até hoje a proteção dos direitos de propriedade intelectual, quais sejam, patentes, direitos autorais, marcas, indicações geográficas e desenhos industriais (BASSO, 2005).

A adesão do Brasil ao TRIPS em 1994 levou a significativas alterações na legislação nacional sobre propriedade intelectual para harmonizar as normas vigentes no país e a norma internacional. Tal fato culminou na revogação do Código da Propriedade Intelectual então vigente pela Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279/96), que regula a matéria de propriedade industrial até os dias de hoje (BASSO, 2005).

Segundo Amorim-Borher *et. al.* (2012), a aprovação do TRIPS fortaleceu as regras que regulavam o sistema de PI, especialmente no que se refere à previsão, até então inédita, de mecanismos de controle e aplicação de sanções em caso de descumprimento das novas regras pelos países assinantes do Acordo. Os países signatários do TRIPS, para garantirem o cumprimento do Acordo, passaram a investir em conhecimento especializado em atividades de inovação e de propriedade intelectual.

Diante disso, o ensino da propriedade intelectual emergiu como uma das principais ferramentas de capacitação, de formação de recursos humanos e de disseminação do conhecimento sobre o tema, contribuindo significativamente para a formação de uma cultura da propriedade intelectual (FARIA, 2011).

Com o aumento da demanda por recursos humanos capacitados na área de propriedade intelectual, diversos estudos passaram a abordar a capacitação e a difusão desse tema no Brasil. No Quadro 2 apresenta-se uma síntese com os principais autores e suas obras relevantes.

Quadro 03 - Principais Referências Bibliográficas sobre Difusão do Conhecimento em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (2007 a 2024)

Autor	Título	Tipo de Obra	Ano	Contribuição
Amorim-Borher, Maria Beatriz et. al.	Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil	Artigo	2007	Análise das práticas de ensino e pesquisa em PI nas instituições brasileiras.
Takagi, Yo; Sinjela, Mpazi; Allman, Larry.	Recent Trends and Challenges in Teaching Intellectual Property	Artigo	2008	Aborda as tendências e os desafios no ensino de propriedade intelectual, explorando sua evolução histórica, mudanças contemporâneas, a educação universitária, os obstáculos enfrentados pelas instituições, o novo paradigma de PI, a importância da educação contínua e as metodologias de ensino na era digital.
Mendes, Liliana Machado.	Academias de Propriedade Intelectual: Fundamentos e Elementos Para Um Diagnóstico	Dissertação	2010	Diagnóstico sobre o papel das academias na formação em PI.
Faria, Adriana Xavier de.	O Ensino da Propriedade Intelectual Nos Cursos De Graduação Do Brasil: Razões E Proposições	Dissertação	2011	Propostas para a inclusão de PI nos currículos de graduação.
Gimenez, Ana Maria Nunes.	Ensino da Propriedade Intelectual em Universidades no Brasil: o caso da Unicamp	Artigo	2016	Estudo de caso sobre a abordagem da PI na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Izabela Souza da Silva Ana Karla de	Ensino, Propriedade Intelectual e Inovação: Difusão	Artigo	2022	Analisa a disseminação do ensino da Propriedade Intelectual (PI) e da inovação nos programas de pós-

Souza Abud Maria Goretti Fernandes	nos Programas Stricto Sensu da Universidade Federal de Sergipe			graduação stricto sensu da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
---	---	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Esses autores balizaram o referencial teórico desta pesquisa e são fundamentais para a discussão dos resultados, pois suas obras oferecem uma base teórica e prática que embasa a formação e a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual no Brasil.

Os estudiosos sobre o assunto relatam que, tradicionalmente, o ensino da PI estava concentrado nas universidades, principalmente como uma especialização da área do Direito. Posteriormente, passaram a fazer parte das grades curriculares de algumas escolas de negócios e administração e, depois, foram inseridos também nas faculdades de engenharia e ciências, como consequência da necessidade de compreensão do papel da propriedade intelectual nos laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento (Mendes, 2012).

Veja-se a opinião de Amorim-Borher et al. (2007) acerca do tema:

Em geral, as experiências de ensino em propriedade intelectual encontram abrigo em faculdades de Direito, uma vez que, até recentemente, o tema atraía o interesse especialmente de advogados. No mundo pós-TRIPS, a propriedade intelectual tomou dimensões comerciais e está relacionada, de maneira íntima, aos negócios e à competitividade. A opinião pública também é chamada a se manifestar em diversas situações como, por exemplo, na patenteabilidade de produtos da natureza e nas repercussões da pirataria. Até mesmo grupos religiosos debatem sobre o patenteamento de células-tronco, entre outros temas de pouco consenso. Essa nova perspectiva – interdisciplinar – vem influenciando os currículos dos programas de ensino. (Amorim-Borher et al., 2007, p. 7)

Faria (2011) defende a inserção da disciplina de propriedade intelectual como disciplina obrigatória nos currículos de todos os cursos de graduação, pós-graduação e profissionalizante no Brasil. Dentre os motivos utilizados pela Autora para justificar sua opinião, estão:

1. a existência de um cenário jurídico e político apropriado, com todo um conjunto de leis favoráveis às inovações e à proteção da propriedade intelectual;
2. o grande número de estudantes que ingressam no ensino superior anualmente;
3. as diretrizes curriculares do MEC, que priorizam a “interdisciplinaridade”, a “capacidade empreendedora”, a “produção e a inovação científico-tecnológica” e suas “respectivas aplicações no mundo do trabalho”;
4. políticas públicas de incentivo à inovação, tais como linhas permanentes de financiamento e de fomento a projetos de inovação;

5. possibilidade de aumento da produção de capital intelectual e, em especial, da proteção desse capital, podendo se transformar em bens de valor econômico, produtos e serviços com alto valor agregado;
6. melhor apropriação dos ganhos advindos do conhecimento produzido a partir do aprendizado em PI;
7. colaboração para formação de uma cultura de propriedade intelectual e de inovação. (FARIA, 2011, p. 93).

Em 2015, foi aprovado pela CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT. Nos termos do seu regimento geral, trata-se de um mestrado profissional oferecido nacionalmente, na modalidade presencial, que tem por objetivo a formação de profissionais na área de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, para atuação nos Núcleos de Inovação Tecnológica das organizações e ambientes promotores da Inovação (PROFNIT, 2024).

As academias de PI também exercem papel fundamental na disseminação da Propriedade Intelectual. Em 1998, a OMPI, com o objetivo de atender a nova necessidade por conhecimento em PI gerada por TRIPS, criou a primeira Academia em PI do mundo (MENDES e BORHER, 2012).

Segundo Mendes e Borher (2012), as Academias de PI (API) oferecem treinamento profissional especializado, cursos de capacitação para gestores de curto, médio e longo prazo, inclusive cursos de pós-graduação, além de pesquisas para aprimorar o conhecimento na área. Com a formação das APIs, foi criada a Rede Global de Academias de Propriedade Intelectual (GNIPA, sigla em inglês) que tem como objetivo principal promover uma cultura do uso do sistema de PI de forma integrada para os seguintes públicos-alvo: pesquisadores/inventores; gestores de empresas e profissionais de PI; formuladores de políticas públicas; funcionários de entidades governamentais; e estudantes e membros da sociedade civil em geral.

No Brasil, a Academia do INPI, além de oferecer diversos cursos de curta duração sobre PI, conta com um programa de pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrado e doutorado profissionais. O programa da Academia inclui mestrado e doutorado reconhecidos pela CAPES, projetos de pesquisa, capacitação e eventos como o “PI em Questão” e o Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual (ENAPID). Além disso, a Academia oferece cursos de curta e média duração e mantém uma biblioteca com mais de 15 mil obras especializadas. As unidades regionais desempenham funções como exame desconcentrado, interação com a sociedade, orientação sobre a legislação de propriedade intelectual e formação em

temas relacionados, além de fomentar parcerias para fortalecer o entendimento do sistema (INPI, 2023).

As Associações privadas de propriedade intelectual possuem importância histórica no ensino da propriedade intelectual, com o oferecimento de cursos de curta duração, realização de eventos e estudos sobre propriedade intelectual (Mendes e Borher (2012). Exemplos notáveis incluem a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), fundada em 1963; a Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Intelectual (ABAPI), criada em 1948; e a Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI), estabelecida em 1983. Além dessas, também se destacam organizações mais recentes e relevantes, como o FORTEC – Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia e a Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual (API), que têm contribuído significativamente para o avanço da propriedade intelectual no Brasil.

Desse modo, foi possível observar que a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia no Brasil tem evoluído de forma significativa, especialmente após a adesão do país ao Acordo TRIPS em 1994. A necessidade de conformidade com normas internacionais e a crescente importância da PI no cenário global de inovação impulsionaram mudanças na legislação brasileira, culminando com a Lei nº 9.279/96, que regula a propriedade industrial. No entanto, para garantir a efetiva implementação dessas normas e o desenvolvimento de uma cultura de inovação, o ensino de PI se tornou uma ferramenta essencial, não só para profissionais do direito, mas também para gestores, engenheiros, pesquisadores e outros atores envolvidos em processos inovativos. O aumento da demanda por capacitação na área tem gerado avanços importantes, como a criação de programas de pós-graduação especializados, como o PROFNIT, e o fortalecimento das academias de PI, como a do INPI. Essas instituições desempenham um papel crucial na formação de recursos humanos e na disseminação de boas práticas de PI e TT. As contribuições de diversas associações e entidades acadêmicas e profissionais têm sido fundamentais para consolidar a educação em PI no Brasil, transformando o ensino da matéria em um componente interdisciplinar essencial nos cursos de graduação e pós-graduação. Com isso, o país avança na construção de uma cultura de PI, essencial para o desenvolvimento de sua competitividade no mercado global e para a proteção da inovação gerada em seus diversos setores.

5.4 BOAS PRÁTICAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia é fundamental para impulsionar a inovação e o desenvolvimento econômico. Para que essa difusão seja eficaz, a adoção de boas práticas torna-se indispensável. Embora existam poucas definições precisas para "boas práticas", como aponta Campos et al. (2010), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define boas práticas como “práticas que provam ser eficazes e produzem bons resultados, podendo ser recomendadas como um modelo” (FAO, 2020). Essa definição destaca a relevância de experiências testadas e validadas, que podem ser amplamente compartilhadas.

Foram analisados alguns estudos específicos sobre boas práticas em PI e TT, tais como “Difusão de Boas Práticas de Proteção e Transferência de Tecnologias no Brasil: a contribuição do Projeto InovaNIT”², “Proposta de Ações de Disseminação do Conhecimento da Propriedade Intelectual para o Sistema Pernambucano de Inovação”³. Contudo, nenhum deles trouxe um conceito abrangente sobre boas práticas de PI e TT.

Conclui-se, portanto, que a implementação de boas práticas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente inovador e no fortalecimento da competitividade do país. Apesar dos avanços em iniciativas e projetos voltados à difusão de conhecimento, ainda há uma necessidade de consolidar e sistematizar essas práticas de forma mais ampla, de modo a facilitar sua adoção em diferentes contextos e setores. A integração dessas boas práticas, por meio de uma abordagem mais estruturada e coordenada, pode acelerar a inovação, otimizar o uso das tecnologias geradas e promover uma cultura mais robusta de PI e TT no Brasil.

² Disponível em: <https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Artigo.pdf>. Acesso em 15 out 2024.

³ Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33896>. Acesso em 15 out 2024.

6 METODOLOGIA

Com o intuito de definir os métodos de abordagem, delimitar os procedimentos e traçar as etapas a serem seguidas, buscou-se conhecer as principais formas de classificação da pesquisa científica e selecionar as categorias mais eficientes para atingir os objetivos propostos no presente estudo.

Acerca dos métodos de abordagem, definidos por Andrade (2010, p. 118) como “o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos ou no caminho para chegar-se à verdade”, estes podem ser classificados em dedutivo, indutivo, hipotético dedutivo e dialético.

A mesma autora traz o seguinte conceito de dedução (2010, p. 119):

A dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

Levando-se em consideração os procedimentos técnicos que serão utilizados, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica porque terá como base material já elaborado, constituído, dentre outros, por livros, obras de referência, artigos científicos, teses e dissertações (GIL, 2002, p. 44-46).

De acordo com as definições dadas por Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema da pesquisa, a fim de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, e a pesquisa explicativa é aquela utilizada na identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Ainda, sob o ponto de vista da abordagem do problema, as pesquisas costumam ser classificadas em quantitativas e qualitativas. Estas consideram que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, enquanto aquelas consideram que tudo pode ser quantificável, ou seja, traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70-71).

A partir dessas classificações e conceitos, entende-se que a presente pesquisa pode ser classificada como: (i) dedutiva porque partirá da aplicação de princípios notadamente conhecidos como verdadeiros aos casos particulares para obter conclusões; (ii) exploratória porque visa o aprimoramento dos conceitos sobre cultura da propriedade intelectual; (iii) explicativa porque busca identificar e analisar as estratégias de difusão da cultura da propriedade intelectual nas cinco universidades

federais brasileiras melhores classificadas pelo *The Times Higher Education World University Rankings 2023*; (iv) bibliográfica porque utilizará como base material obras publicadas; (v) documental porque analisará os relatórios de gestão de universidades brasileiras; (vi) de abordagem qualitativa e quantitativa porque considerará a subjetividade do sujeito e analisará os dados quantitativos disponibilizados pelos órgãos públicos oficiais para embasar o estudo.

6.1 LISTA DAS ETAPAS METODOLÓGICAS

- **Etapa metodológica 1:** Realização da revisão bibliográfica do tema e elaboração do referencial teórico da pesquisa;
- **Etapa metodológica 2:** Definição das universidades que serão utilizadas para o estudo comparativo;
- **Etapa metodológica 3:** Realização de um levantamento de dados sobre as universidades selecionadas, utilizando informações disponíveis publicamente;
- **Etapa metodológica 4:** Organização e sistematização das informações coletadas para facilitar a análise e comparação entre as instituições;
- **Etapa metodológica 5:** Realização de uma análise das atividades desenvolvidas, identificando lacunas e propondo recomendações para fortalecer as iniciativas de PI e TT na UnB;
- **Etapa metodológica 6:** Elaboração de conclusões que possam contribuir para a promoção da cultura de inovação e gestão de PI e TT nas instituições de ensino.

6.2 DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ETAPA METODOLÓGICA

Na revisão bibliográfica (etapa metodológica 1), foram selecionados 40 artigos através de buscas nas bases de dados Scielo, Scopus, Google Acadêmico e Web of Science, utilizando combinações de palavras-chave e operadores booleanos como (*), “*”, AND, OR e NOT. O filtro abrangeu o lapso temporal entre 2012 e 2023, com ênfase na leitura dos resumos. As estratégias de busca incluíram termos como “propriedade intelectual” AND universidades; “propriedade intelectual” AND (disseminação OR difusão); “boas-práticas” AND “propriedade intelectual”; “transferência de tecnologia” AND (disseminação OR difusão); “boas-práticas” AND “transferência de tecnologia”. Foram abrangidas variações no singular e plural, além de termos semelhantes, como “transferência tecnológica”, e incluídas também buscas em inglês para garantir uma cobertura completa da literatura.

Na segunda etapa metodológica, foram selecionadas as cinco primeiras universidades federais posicionadas no *The Times Higher Education World University Rankings 2023*⁴: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A escolha por universidades federais para compor a amostra de estudo se justifica pela busca por um comparativo mais homogêneo, considerando as semelhanças nas condições institucionais, legislativas e de financiamento a que estão sujeitas. Como a UnB é uma universidade federal, optou-se por selecionar outras cinco universidades federais para garantir que as diferenças observadas nos processos de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia não fossem influenciadas por variáveis relacionadas à natureza jurídica das instituições. As universidades federais no Brasil estão subordinadas a uma mesma estrutura normativa, regidas pelas mesmas políticas públicas de educação e ciência e enfrentam desafios semelhantes quanto ao financiamento e à gestão. Assim, ao selecionar universidades federais, busca-se analisar instituições com um contexto institucional e regulatório mais próximo, facilitando a comparação e a identificação de fatores específicos que impactam a difusão de conhecimento nessas áreas, sem que a natureza diversa das instituições distorça os resultados da pesquisa.

A adoção do *ranking* The Times Higher Education World University Rankings 2023 como base para a seleção das universidades foi motivada pela sua reconhecida credibilidade e abrangência internacional na avaliação do desempenho acadêmico das instituições de ensino superior. Este *ranking* é amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas e por gestores educacionais devido à sua metodologia robusta, que leva em consideração diversos indicadores quantitativos e qualitativos. O ranking utiliza, dentre outros, os seguintes critérios para a classificação das universidades:

- **Ensino (*Teaching*):** Representando 30% da pontuação total, este critério avalia a qualidade do ensino oferecido, a reputação acadêmica e a proporção de alunos por professor.

⁴ Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2023/world-ranking#!/page/0/length/-1/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats

- **Pesquisa (*Research*)**: Correspondendo a 30% da pontuação, avalia a produção acadêmica e científica das universidades, o volume de publicações, citações e a reputação entre acadêmicos e profissionais.
- **Citações (*Citations*)**: Com um peso de 30%, esse critério reflete o impacto da pesquisa da instituição, medido pelo número de citações das suas publicações acadêmicas em outros trabalhos científicos.
- **Internacionalização (*International Outlook*)**: Avalia a diversidade internacional do corpo docente, da student body (estudantes) e da colaboração global, com um peso de 7,5%.
- **Renda da Indústria (*Industry Income*)**: Com 2,5%, este critério mede a capacidade das universidades de gerar receita proveniente da colaboração com a indústria, refletindo sua capacidade de promover a transferência de tecnologia e o impacto econômico das suas inovações.

Na terceira etapa, foram consultados os sites das instituições, de seus NITs e dos parques tecnológicos aos quais estão vinculadas, para identificar diversas informações relevantes, como o história da universidade e do NIT, o número de alunos matriculados, o total de cursos oferecidos, incluindo graduação e pós-graduação, além da quantidade de ativos de propriedade intelectual (PI), contratos de transferência de tecnologia (TT) e proteções realizadas por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT). Também foram analisadas as ofertas de cursos relacionados a PI e TT e as atividades de extensão voltadas para a difusão do conhecimento nessas áreas. Além disso, verificou-se no repositório de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁵ a presença de grupos de pesquisa ativos vinculados às universidades, utilizando as palavras-chave "propriedade intelectual", "transferência de tecnologia", "empreendedorismo" e "inovação". Por fim, foram identificadas boas práticas e ações efetivas na disseminação do conhecimento sobre PI e TT, com base na análise dos relatórios de gestão de 2021 a 2023 de cada universidade selecionada. Foram analisados tanto os relatórios de gestão gerais quanto aqueles específicos dos NITs que estavam disponíveis para consulta pública na internet.

⁵ Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf

O quadro 03 resume os endereços eletrônicos das universidades e redes de inovação onde foram realizadas as buscas para obtenção dos resultados utilizados na pesquisa.

Quadro 04: Endereços Eletrônicos das Universidades selecionadas, NITs e Parques Tecnológicos

Universidade	Site	NIT	Parque Tecnológico
UnB	https://www.unb.br	https://www.cdt.unb.br/pt-br	https://www.pctec.unb.br
UFRGS	http://www.ufrgs.br/ufrgs	https://www.ufrgs.br/sedete c	https://www.ufrgs.br/zenit
Unifesp	https://unifesp.br	https://agits.unifesp.br	https://pitsjc.org.br
UFMG	https://ufmg.br	http://www.ctit.ufmg.br	https://bhtec.org.br
UFS	https://www.ufs.br	https://cinttec.ufs.br	https://sergipetec.org.br
UFRJ	https://ufrj.br	https://inovacao.ufrj.br/	https://www.parque.ufrj.br

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

Na quarta etapa, as informações coletadas foram organizadas e sistematizadas em tópicos específicos, permitindo uma visualização clara das semelhanças e diferenças entre as universidades. Essa estruturação otimizou o processo analítico, possibilitando a identificação de padrões e tendências relevantes para as conclusões e recomendações subsequentes do estudo.

Na etapa 5, foi feita uma análise das atividades desenvolvidas, buscando identificar lacunas e propor recomendações para fortalecer as iniciativas de PI e TT na UnB e nas outras instituições.

Na etapa 6, foram elaboradas conclusões para contribuir com o fortalecimento das atividades de difusão do conhecimento sobre PI e TT na UnB.

6.3 MATRIZ DE VALIDAÇÃO/AMARRAÇÃO

Os objetivos específicos, a metodologia e os resultados devem dialogar entre si durante toda a execução da pesquisa. A metodologia escolhida estabeleceu o caminho a ser percorrido para que seja possível atingir os objetivos específicos e, conseqüentemente, alcançar os resultados esperados com a proposição do estudo.

Desse modo, ao optar-se por realizar uma pesquisa dedutiva, exploratória, explicativa, bibliográfica e qualitativa pretende-se, por meio do meio do emprego dessas técnicas, devidamente conceituadas no tópico acima, atingir os objetivos específicos do estudo e alcançar os resultados esperados.

Quadro 05 - Matriz de Validação/Amarração

OBJETIVO ESPECÍFICO	METODOLOGIA	RESULTADO ESPERADO	PRODUTOS OU ENTREGÁVEIS
---------------------	-------------	--------------------	-------------------------

1. Identificar boas práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, adotadas pela UnB e por universidades selecionadas, para criar um panorama das abordagens mais eficazes.	1. Levantamento de dados: a) Tempo de existência da universidade. b) Número de cursos oferecidos. c) Quantidade de alunos matriculados. d) Tempo de existência do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). e) Quantitativo de ativos de PI protegidos. f) Número de patentes protegidas via PCT. g) Total de transferências de tecnologia realizadas. h) Atividades de extensão e cursos relacionados a PI e TT. i) Presença de grupos de pesquisa ativos no CNPq em áreas de PI, TT, inovação e empreendedorismo. j) Identificação de boas práticas nos relatórios de gestão.	1. Diagnóstico sobre como a UnB dissemina conhecimento sobre PI e TT.	1. Artigo
2. Selecionar as melhores práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia entre a UnB e as universidades analisadas, a fim de destacar aquelas que se mostram mais impactantes e inovadoras.	1. Sistematização dos dados levantados, identificando os padrões e tendências relevantes. 3. Comparação dos resultados entre a UnB e as cinco universidades selecionadas, identificando semelhanças e diferenças nas estratégias realizadas.	1. Conhecimento do Contexto Institucional: a) Identificação do porte de cada instituição selecionada e a experiência em proteção de ativos intangíveis e TT; b) Identificação das áreas de destaque e oportunidades de melhoria.	1. Artigo; 2. Vídeos do Minuto da PI.
3. Propor recomendações para otimizar as ações da UnB em relação à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, visando potencializar a inovação e a transferência de conhecimento para o setor produtivo.	1. Identificar boas práticas utilizadas em outras universidades que possam ser replicadas na UnB. 2. Identificar possíveis soluções para os desafios da difusão do conhecimento sobre PI e TT nas universidades.	1. Possibilidade de criação de novos programas de capacitação em PI e TT, a partir dos <i>insights</i> proporcionados durante o estudo das boas práticas das instituições selecionadas; 2. Contribuição com a promoção de uma cultura mais robusta de Propriedade Intelectual	1. Artigo; 2. Vídeos do Minuto da PI.

		e Transferência de Tecnologia.	
--	--	--------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Em resumo, a metodologia adotada neste estudo reflete um planejamento que visa atender aos objetivos propostos de forma eficaz. A escolha de uma abordagem dedutiva, exploratória, explicativa, bibliográfica e quali-quantitativa, combinada com um detalhamento das etapas metodológicas, proporciona uma estrutura sólida para a análise das estratégias de difusão da cultura da propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas universidades selecionadas. Cada etapa buscou garantir a coleta e análise de dados relevantes, permitindo não apenas uma compreensão do contexto institucional, mas também a identificação de boas práticas que podem ser replicadas.

7 RESULTADOS

Os dados coletados foram sistematizados, unificados e estão apresentados na tabela 1, oferecendo uma visão clara e organizada das estratégias e resultados alcançados nas diversas IES analisadas. Essa sistematização permitiu não apenas uma compreensão individual de cada instituição, mas também facilitou comparações entre elas, evidenciando semelhanças e diferenças nas abordagens de difusão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.

Tabela 01 - Comparação de Indicadores Quantitativos das Universidades Seleccionadas

INDICADOR SIMPLES	UnB	UFRGS	UNIFESP	UFMG	UFS	UFRJ
Ano de Criação da IES	1962	1934	1994	1927	1968	1920
Ano de Criação do NIT	1986	2000	2002	1997	2005	2001
Ano criação do Parque Tecnológico	2007	2012	2006	2005	2010	2003
Número de alunos matriculados em 2023	54.567	40.685	21.783	51.464	27.183	70.000
Número de servidores (técnicos e docentes)	5.506	5.207	5.222	7.353	2.287	12.333
Número total de cursos de graduação oferecidos	107	101	55	94	106	175
Número total de cursos de pós graduação lato sensu oferecidos	196	155	113	53	31	332
Número total de cursos de pós graduação stricto sensu oferecidos	181	33	119	90	40	133
Ativos de PI	821	337	25	2167	313	321 ⁶
Depósitos de Patente via PCT	84	49	13	193	1	139
Contratos de TT	234	14	ND	145	2	27
Número Total de Grupos de Pesquisa Ativos	804	985	362	753	382	1.066
Número de Grupos de Pesquisa na área e/ou com linha aderente ao tema	39	58	20	30	35	73

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

ND - Não disponível.

No subtópico seguinte, serão expostos os resultados detalhados de cada IES analisada, cumprindo-se o objetivo específico 1 da pesquisa, “Identificar boas práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia adotadas pela UnB e por universidades seleccionadas”. Isso permitiu uma

⁶ Dados referentes aos anos 2016 a 2023.

compreensão mais aprofundada das estratégias de difusão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia adotadas por cada uma delas, além de evidenciar as boas práticas identificadas, ressaltando suas particularidades e contribuições para o ecossistema de inovação brasileiro.

7.1 BOAS PRÁTICAS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

7.1.1 Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, apenas dois anos após a fundação de Brasília. Desde sua criação, a UnB se propôs a ser uma instituição inovadora, integrando diferentes formas de conhecimento e formando profissionais comprometidos com a transformação social e econômica do Brasil (UNB, 2024a).

Segundo dados do Relatório de Gestão 2023 (UnB, 2024b), a universidade conta com mais de 54.000 alunos e oferece 356 cursos de graduação e pós-graduação. Ela desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na promoção de parcerias entre a academia e o setor produtivo. Isso fomenta a transferência de tecnologia e a inovação, que são pilares centrais da instituição.

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da UnB é uma unidade vinculada ao Decanato de Pesquisa e Inovação, com 37 anos de atuação em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Desde 2007, o CDT atua como Núcleo de Inovação Tecnológica, responsável pela proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e promoção do empreendedorismo, em consonância com a Lei de Inovação (CDT, 2024a).

A UnB possui um total de 821 registros de propriedade intelectual concedidos, que incluem 293 patentes nacionais, 84 patentes depositadas via PCT, 294 programas de computador, 100 marcas, 37 desenhos industriais e 13 cultivares. Além disso, a universidade concretizou 234 transferências de tecnologia, destacando-se como uma importante referência no campo da inovação e da gestão de ativos intangíveis (CDT, 2024b).⁷

⁷ Disponível em: <https://cdt.unb.br/pt-br/inovacao/indicadores-de-pi-e-tt-2>. Acesso em 14 out 2024.

Tabela 02 - Modalidades de Transferência de Tecnologia Realizadas pela UnB até outubro de 2024

Modalidade de Transferência de Tecnologia	Total por Modalidade
Patentes/Pedidos de Patentes	98
Programas de Computador	48
Transferência de Know-how	54
Marcas	33
Direito Autoral	1

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa⁸.

Em relação à promoção do conhecimento sobre propriedade intelectual (PI) e transferência de tecnologia (TT), uma consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)⁹ revelou a existência de dois cursos específicos: "Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação/PROFNIT" (mestrado profissional) e "Inovações do Cuidado Integrado na Atenção Primária: Paciente 60+/PPGCTS" (pós-graduação lato sensu). A pesquisa realizada no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil identificou 39 grupos ativos com temáticas relacionadas ao estudo em questão.

Os resultados sobre boas práticas foram extraídos do Relatório Geral de Gestão, do Relatório de Gestão do CDT e do SIGAA (aba extensão), com foco no período de 2021 a 2023. Devido à quantidade de ações identificadas, optou-se por organizar as atividades em três quadros, um para cada ano (quadros 06, 07 e 08). Essa estruturação facilitou a análise das iniciativas ao longo do tempo e proporcionou uma compreensão mais aprofundada da evolução das ações realizadas, destacando as principais conquistas de cada período.

Quadro 06 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2021

	Título	Modalidade	Resumo	Link
--	--------	------------	--------	------

⁸ Dados disponíveis em: <https://cdt.unb.br/en/inovacao/indicadores-de-pi-e-tt-2>. Acesso em 14 out 2024.

⁹ Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/geral/curso/busca_geral.jsf. Acesso em 14 out 2024.

1	A Krilltech e a Agricultura: Plantando Nanotecnologia para Colher Dignidade	Palestra (Semana Universitária)	Apresentou a trajetória da empresa Krilltech e destacou a aplicação da nanotecnologia na agricultura, discutindo seu impacto na produção e nas ações sociais voltadas para a melhoria da alimentação e aumento da renda de famílias carentes.	Link
2	Busca em Bancos de Dados Patentários	Oficina	Abordou noções básicas de propriedade intelectual e técnicas de busca em bases de dados como INPI e Patentscope, visando capacitar os participantes em estratégias de proteção de invenções.	Link
3	Educação Empreendedora - Metodologia Edle	Palestra (Semana Universitária)	Explorou a integração de princípios da educação empreendedora, aprendizagem ativa, design thinking e Taxonomia de Bloom, enfatizando a importância dessas abordagens no desenvolvimento de habilidades empreendedoras.	Link
4	Estação Empreendedora 2021	Evento	Permitiu a apresentação dos trabalhos finais das disciplinas Introdução à Atividade Empresarial e Tecnologia Social e Inovação, avaliando os projetos por uma banca composta por profissionais de mercado e acadêmicos.	Link
5	IdeiaZ	Projeto	Realizou workshops sobre o Modelo de Negócios de Impacto, Precificação, Elaboração de Pitch e Propriedade Intelectual, além de um minicurso sobre criação de vídeos informativos sobre modelos de negócio.	Link
6	Indicação Geográfica de Artesanato	Painel (Semana Universitária)	Discutiu a importância da indicação geográfica de artesanato no desenvolvimento territorial, reunindo convidados de comunidades que conquistaram reconhecimento nesta área e promovendo a valorização do artesanato local.	Link
7	Jurisdição em Propriedade Intelectual Internacional	Seminário	Abordou questões contemporâneas da propriedade intelectual em um contexto internacional, promovendo um espaço de debate entre especialistas.	Link
8	Linguagem, Criatividade e Empreendedorismo	Palestra (Semana Universitária)	Apresentou técnicas de escrita em língua portuguesa que contribuíram para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, focando em estratégias para redes sociais e conceitos modernos, como <i>blending</i> lexical.	Link

9	Tecnologia Social na Universidade de Brasília - UnB	Workshop (Semana Universitária)	Sensibilizou os participantes sobre a importância da tecnologia social para o desenvolvimento sustentável, promovendo discussões sobre inovação e a construção de uma ciência mais inclusiva.	Link
10	Vagas e Oportunidades	Oficina (Semana Universitária)	Abordou as competências do profissional do futuro, conforme o Fórum Econômico Mundial, e discutiu o cenário do trabalho pós-pandemia, utilizando a ferramenta Canvas para avaliação de modelos de negócio.	Link

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Quadro 07 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2022

	Título	Modalidade	Resumo	Link
1	A Tequila e a Baunilha do Cerrado: História, Mercado e Propriedade Intelectual	Palestra	Abordou a história e o mercado da tequila e da baunilha do cerrado, destacando aspectos relacionados à propriedade intelectual.	Link
2	Aplicação da ferramenta FIVE-V para a melhoria de Modelos de Negócio	Palestra (Semana Universitária)	Apresentou a <i>startup</i> Puntu e discutiu a ferramenta FIVE-V, a Lei de Inovação Tecnológica e dinâmicas interativas, enfatizando a importância da inovação no ambiente acadêmico e a inclusão da sociedade nesse processo.	Link
3	Benchmarking em Empresas Juniores	Palestra (Semana Universitária)	Promoveu a troca de experiências entre representantes de empresas júnior, abordando treinamento de vendas, apresentação de projetos e estratégias para aumentar o ticket médio, além do papel do presidente e da colaboração entre empresas.	Link
4	Cocreation LABS	Projeto	Estabeleceu uma parceria entre a UnB e instituições como o Instituto Federal de Brasília e o Sebrae, visando apoiar o desenvolvimento de startups. Durante 2021, foram pré-incubados 19 empreendimentos no polo Ipê Branco, no CDT da UnB.	Link
5	Fabricação e mercado de Cerveja para pequenos empreendedores	Palestra (Semana Universitária)	Explorou as soft skills e hard skills necessárias para empreender no setor de cerveja artesanal, incluindo habilidades de comunicação, resolução de problemas e aspectos técnicos do mercado cervejeiro.	Link
6	Inovação e a Transferência de Tecnologia em ICTs Públicas	Palestra	Discutiu inovação e transferência de tecnologia em instituições científicas e tecnológicas, ampliando a	Link

			compreensão dos fundamentos da inovação.	
7	Melhoria Gerencial de Empresas Juniores via Casos de Ensino	Palestra (Semana Universitária)	Focou na troca de experiências e na leitura de um caso de ensino, discutindo trajetórias profissionais e experiências em empresas juniores, resultando em reflexões aprofundadas sobre os temas abordados.	Link
8	Metodologia e ferramentas para melhoria de gestão em Empresas Juniores	Palestra (Semana Universitária)	Explorou a atuação das Empresas Juniores e a Metodologia Transmeth, que visa criar infraestrutura para mudanças, incluindo uma dinâmica prática sobre o funcionamento de uma Empresa Júnior.	Link
9	O impacto da tecnologia social no desenvolvimento local e na geração de renda e trabalho para mulheres em vulnerabilidade socioeconômica	Palestra (Semana Universitária)	Abordou tecnologia social e convencional, destacando a Rede Pequi e suas inovações voltadas ao Bem Viver, apresentando iniciativas para geração de renda e capacitação em Taguatinga.	Link
10	Palestra com professores que empreendem na área de Biotecnologia e Inovação	Palestra (Semana Universitária)	Discutiu empreendedorismo em Biotecnologia e Inovação, abordando educação empreendedora, experiência na empresa júnior Genesys Biotecnologia e a importância da estruturação de negócios para inserção no mercado.	Link
11	Parceria Celebrada com a Anprotec	Projeto	Apoiou empreendimentos de impacto socioambiental em fase de ideação, com duas edições em 2022 que geraram artefatos como Modelo de Negócio C, protótipos e vídeos de pitch.	Link
12	Prêmio de Inovação Darcy Ribeiro 2022	Prêmio	Foi criado um prêmio para reconhecer esforços inovadores na universidade.	Link

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Quadro 08 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade de Brasília - 2023

	Título	Modalidade	Descrição	Link
1	Apoio na fundação de spin-offs acadêmicas da UnB	Projeto	O CDT atuou na recepção da comunidade acadêmica em reuniões de dúvidas sobre abertura de empresas, com um total de 64 atendimentos jurídicos.	Link
2	Apoio na realização do Quarto Seminário Internacional em Saúde – Inovatec	Evento	Organizado pela <i>People&Science</i> em parceria com o PCTec e o Departamento de Medicina Tropical da UnB, o evento atraiu mais de 4.000	Link

			participantes, com coordenação do CDT na articulação com patrocinadores.	
3	Aproximação com o Instituto de Biologia da UnB	Projeto	O CDT apoiou a disciplina "Empreendedorismo e análise de mercado em biotecnologia", participando de oficinas de spin-offs e sediando o evento de premiação do Laboratório de Biotecnologia da UnB.	Link
4	Catalisa ICT	Projeto	Articulado pelo Sebrae, o projeto visa acelerar negócios inovadores de base tecnológica, com o CDT oferecendo atendimentos a 9 planos de inovação nas áreas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia.	Link
5	Coalizão pelo Impacto	Editais	Elaborada proposta para apoiar microempreendedores incubados, por meio de bolsas e captação de recursos para a Maratona de Ideias.	Link
6	Cocreation Labs	Projeto	Conduzidas duas edições do programa Cocreation Labs, selecionando e qualificando 21 projetos em fase de ideação, que culminaram no evento "Pitch dos Pitches" com premiação aos 3 projetos mais destacados.	Link
7	Comunicação Científica em Tecnologia e Inovação	Projeto	Destinado à disseminação da cultura da propriedade intelectual através de comunicação científica.	Link
8	Construindo Marcas de Destaque: Estratégias para Criar e Proteger Seu Negócio	Palestra (Semana Universitária)	Abordou estratégias para a construção e proteção de marcas no ambiente de negócios.	Link
9	Desvendando a Propriedade Intelectual: da Bancada à Comercialização	Palestra	Abordou aspectos essenciais da propriedade intelectual e sua relevância na comercialização de inovações, seguido de atendimento à comunidade acadêmica.	Link
10	Dinâmicas de Aprendizagem Empreendedora/EDLE	Projeto	Consistiu na implementação de metodologia inovadora para o ensino superior, visando desenvolver competências empreendedoras.	Link
11	Editais AIPÊ	Projeto	Focou no empreendedorismo social em comunidades periféricas.	Link
12	EJConsulting	Consultoria	Disponibilizou consultorias para empresas júnior nas áreas jurídica, contábil, de marketing e administrativa.	Link

13	Espacenet: Descobrindo Tendências e Oportunidades no Mundo das Patentes	Palestra	Focou na plataforma Espacenet e técnicas para busca de informações patentárias.	Link
14	Estação Empreendedora 2023	Evento	Apresentou produções acadêmicas e científicas dos estudantes, promovendo uma trilha empreendedora na formação profissional.	Link
15	Estratégia de Ampliação de Acesso e Engajamento nas Redes Sociais	Projeto	Criação de 168 cards, 41 vídeos e 308 “stories” para promover ações do CDT nas redes sociais, resultando em um aumento significativo de acessos e engajamento.	Link
16	Fábrica de Spin-offs	Projeto	Voltado à valorização de mestres e doutores no empreendedorismo, o projeto concedeu bolsas para dez empresas incubadas com esses profissionais.	Link
17	Feira da Viração	Evento	Parte da Feira de Inovação 2023 do CDT, arrecadou R\$ 7.536,00 e atendeu 670 pessoas, destacando empreendimentos sociais e solidários.	Link
18	Google Patents e Inteligência Artificial com Foco na Inovação	Palestra (Semana Universitária)	Abordou o uso da Inteligência Artificial na inovação e proteção de propriedade intelectual, destacando a plataforma Google Patents e suas aplicações práticas.	Link
19	IntegrAÇÃO	Projeto	Sensibilizou a comunidade acadêmica sobre serviços do CDT, abordando propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo, resultando na captação de novas tecnologias e empreendimentos em incubação.	Link
20	J-PatPlat: Explorando a Plataforma de Propriedade Intelectual do Japão	Palestra (Semana Universitária)	Enfaticizou a J-PatPlat, plataforma de busca de patentes do Japão, abordando suas particularidades e estratégias de busca.	Link
21	Oficinas e Rodadas de Investimento	Evento	Foram realizadas oficinas e rodadas de investimento em colaboração com a Comissão de Inovação da OAB de Águas Claras e representantes de instituições estrangeiras.	Link
22	Oportunidades de parcerias no contexto da Lei de Inovação: fortalecendo o desenvolvimento tecnológico na UnB	Palestra (Semana Universitária)	Abordou a Lei de Inovação e o ecossistema de inovação da UnB, explorando oportunidades de parcerias para pesquisa e desenvolvimento com empresas e instituições.	Link

23	Painel Empreendedorismo Feminino	Evento	Reuniu convidadas que compartilharam experiências sobre desenvolvimento de modelos de negócios inovadores, promovendo uma discussão sobre o empreendedorismo feminino e suas oportunidades.	Link
24	Participação em eventos do ecossistema de inovação	Evento	Contou com a participação do CDT em diversos eventos, facilitando o intercâmbio entre gestores de NITs e diretores de Parques Tecnológicos.	Link
25	Patent Scope: Explorando a Pesquisa Patentária	Palestra (Semana Universitária)	Abordou a base Patent Scope da WIPO, destacando ferramentas para realizar pesquisas patentárias de forma eficiente.	Link
26	PI em Foco	Projeto	Ofereceu acompanhamento personalizado em disciplinas de inovação, resultando em tecnologias com potencial para proteção intelectual e futuras spin-offs.	Link
27	Prêmio de Inovação Darcy Ribeiro 2023	Prêmio	Reconheceu o esforço dos pesquisadores da UnB, abrangendo diversas áreas do conhecimento, com premiação a 7 docentes e 3 projetos de Tecnologias Sociais.	Link
28	Programa Ideiaz Powered by Inovativa	Projeto	Ofereceu apoio a 28 empreendimentos "early stage" no 5º ciclo do programa, destacando a UnB como referência nacional em incubação virtual.	Link
29	Protegendo a Criatividade: Explorando o Mundo do Direito Autoral	Palestra (Semana Universitária)	Abordou a proteção de criações literárias e artísticas por meio do direito autoral, incluindo a aplicação em plataformas digitais.	Link
30	Stand na Campus Party 2023	Evento	O CDT organizou um stand para divulgar projetos de pesquisa e inovação, atraindo cerca de 70 mil visitantes em três dias.	Link
31	The Lens: Transparência e Acessibilidade dos Dados Patentários	Palestra (Semana Universitária)	Abordou a plataforma The Lens, facilitando o acesso a documentos internacionais de patentes e discutindo técnicas de busca e análise de tendências.	Link

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Para complementar a análise das boas práticas realizadas na Universidade de Brasília, foi elaborado o quantitativo das ações desenvolvidas entre 2021 e 2023, conforme a modalidade das iniciativas. A Tabela 03 apresenta o número de atividades distribuídas por tipo (palestras, workshops, seminários etc.). Essa estrutura permite

uma visão clara da diversidade de formatos utilizados e da evolução no número de ações inovadoras, evidenciando os esforços contínuos da universidade para ampliar suas práticas.

Tabela 03 - Quantitativo de Boas Práticas por Modalidade nas Universidade de Brasília (2021-2023)

Modalidade	2021	2022	2023	Total por Modalidade
Palestra	3	9	8	20
Oficina	2	ND	ND	2
Seminário	1	ND	ND	1
Workshop	1	ND	ND	1
Evento	1	ND	4	5
Prêmio	ND	1	1	2
Projeto	1	2	12	15
Editais	ND	ND	1	1
Consultoria	ND	ND	1	1
Total por ano	9	12	26	47

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

7.1.2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Desde sua fundação, em 1934, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem se destacado na promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico (UFRGS, 2024a). A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), criada em 3 de outubro de 2000, atua como o NIT da universidade, sendo responsável por fomentar a inovação e o empreendedorismo (UFRGS, 2024b).

O Relatório de Gestão 2023¹⁰ destaca que a universidade possuía, até dezembro de 2023, 40.685 alunos matriculados em 289 cursos, 204 registros de patentes concedidos, 43 desenhos industriais, 42 softwares, 44 marcas e 4 cultivares, além de 14 contratos de transferência de tecnologia formalizados (UFRGS, 2024d).

A busca no site da instituição não localizou cursos de pós-graduação que se aplicassem aos critérios definidos na metodologia. Por outro lado, revelou a oferta de dois cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: as especializações em "Perícia em Propriedade Intelectual e Inovação"¹¹ e em "Inteligência, Estratégia e Inovação"¹². A primeira se destaca por sua abordagem multidisciplinar, formando profissionais altamente capacitados para atuar em perícias judiciais e extrajudiciais. Já a segunda especialização foi desenvolvida para capacitar profissionais de mídia e alta gestão, aprimorando suas habilidades em estratégia e inovação. Além dessas especializações, a UFRGS oferece o curso "Inova-me", vinculado ao departamento de informática, com o objetivo de capacitar técnicos e gestores na área de sistemas digitais e eletrônicos. O programa é dividido em três etapas: um curso presencial sobre sistemas digitais e analógicos, uma experiência internacional e um estágio profissional, preparando os alunos para os desafios do mercado de trabalho em eletrônica, microeletrônica e empreendedorismo¹³.

Em consulta à página do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, aplicando-se as palavras-chave e filtros definidos na metodologia, foram identificados 58 grupos ativos que se enquadram nos critérios pesquisados.

Os resultados sobre boas práticas, obtidos por meio da análise dos relatórios de gestão de 2021 a 2023 e complementados pelas informações disponíveis na página da pró-reitoria de extensão da UFRGS, foram organizados e estão apresentados no quadro 09 a seguir.

Quadro 09 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 2021 a 2023

	Título	Modalidade	Resumo	Link	Ano
--	--------	------------	--------	------	-----

¹⁰ Disponível em: https://www.ufrgs.br/governanca/wp-content/uploads/2024/05/RelatA%C2%B3rio-de-GestAo-2023_v7.pdf. Acesso em 14 out 2023.

¹¹ Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/pos-graduacao/especializacao/exibeLatu?cod_curso=2021.

¹² Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/pos-graduacao/especializacao/exibeLatu?cod_curso=1978.

¹³ Disponível em: <https://www.inf.ufrgs.br/site/noticia/cei-business-seminf-2407/>.

1	Dia Mundial da Propriedade Intelectual	Evento	1. Palestra sobre o tema: “Como a modernização do marco legal das Indicações Geográficas poderá beneficiar os produtores brasileiros”.	Link	2021
2	Propriedade Intelectual: Disputas para Reconhecimento	Competição	Projeto de Extensão sobre cultura de PI e participação em simulações práticas. 100 alunos preparados para o 1º MOOT da ABPI.	Link	2021
3	Conexão Z	Projeto	Programa para conectar organizações com demandas em gestão e tecnologia, promovendo Inovação Aberta.	Link	2021
4	Rede Zenit	Projeto	Fomento à interação entre empresas e Grupos de Pesquisa da UFRGS, visando desenvolvimento de tecnologia.	Link	2021
5	Propriedade Intelectual e Direito	Evento	Evento com palestras sobre PI e áreas relacionadas.	Link	2022
6	Propriedade Intelectual no Agronegócio	Evento	Evento para discutir PI relacionada a signos distintivos no agronegócio.	Link	2022
7	Winter School	Projeto	Atividade de imersão para transformar pesquisas acadêmicas em produtos ou serviços. 11 projetos inovadores apresentados, maior aproximação da pesquisa com o mercado.	Link	2022
8	Imagem e Texto: Direito Autoral em Arquitetura	Palestra	Palestra sobre direitos autorais de imagem e texto na arquitetura.	Link	2023
9	Propriedade Industrial a partir de Análise Exclusiva por Mulheres	Palestra	Palestra e debate sobre mudanças na PI, perspectiva de juristas mulheres. Maior representação feminina nas discussões de PI.	Link	2023
10	Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial	Palestra	Palestra e lançamento do livro sobre PI e IA.	Link	2023
11	Competições Internacionais	Competição	Prêmio de 2º melhor parecer jurídico na 21ª Competição Anual Internacional de Lei de Propriedade Intelectual de Oxford, no Reino Unido, realizado em março de 2024.	Link	2024

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

7.1.3 Universidade Federal de São Paulo

A Universidade Federal de São Paulo foi criada em 1994, a partir da transformação da Escola Paulista de Medicina (EPM) em uma universidade e, desde

a sua fundação, a se destacou como uma instituição pública de excelência vinculada ao Ministério da Educação, dedicada ao ensino, pesquisa e extensão, especialmente no campo das ciências da saúde (UNIFESP, 2024a). Atualmente, conta com 21.783 alunos matriculados em 390 cursos (UNIFESP, 2024b).

Em 2002, a Unifesp estabeleceu o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), visando proteger os direitos de propriedade intelectual da universidade e suas entidades vinculadas. Avançando nessa direção, em 2019, implementou sua Política de Inovação e criou a Agits – Agência de Inovação Tecnológica e Social. Essa agência assumiu o papel do NIT e se tornou responsável por coordenar, gerenciar e executar a Política de Inovação da Unifesp, atuando em três áreas principais: (i) inovação tecnológica de produtos e processos, (ii) inovação em tecnologias sociais e economia solidária e (iii) inovação em políticas públicas, produtos, processos e serviços de atendimento à população. A Agits também implementa as políticas de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, oferecendo orientação e suporte a pesquisadores em suas iniciativas inovadoras. Além de promover o empreendedorismo científico, apoia ações de capacitação e coleta dados sobre processos de inovação para órgãos externos, como o MCTI e a FAPESP, facilitando a interação entre academia, sociedade e setor produtivo (UNIFESP, 2024c).

A Unifesp é uma universidade com tradição em inovações na área da saúde, que, embora nem sempre sejam passíveis de proteção por patentes, têm grande potencial para gerar melhorias sociais (UNIFESP, 2022a). Essas inovações podem impactar positivamente a adoção de políticas públicas, a melhoria de processos e serviços, além de promover a aplicação do conhecimento acadêmico na esfera social. Por essa razão, a Unifesp adota um modelo diferenciado de política de Propriedade Intelectual, incentivando o registro de inovações em acesso aberto através do Digital Object Identifier (DOI). Em parceria com a Coordenadoria Rede de Bibliotecas da Unifesp (CRBU), a Agits possibilita a publicação de invenções em acesso aberto, permitindo que inventores incluam esses documentos em seus currículos Lattes e os utilizem nas avaliações da CAPES (UNIFESP, 2022a).

A busca por cursos relacionados à temática em estudo revela a oferta do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, disponível no Instituto de Ciência e Tecnologia do campus de São José dos Campos. O programa tem como objetivo capacitar profissionais para gerenciar o ciclo completo da inovação, desde a

concepção até a inserção no mercado, fomentando a criação de novos produtos e processos (UNIFESP, 2024d).

Ressalta-se que os relatórios de gestão da Unifesp não apresentam dados quantitativos sobre ativos de Propriedade Intelectual e contratos de transferência de tecnologia. As informações disponíveis limitam-se ao número de patentes ativas, que, em 2023, eram 25 (UNIFESP, 2024b)¹⁴. Apesar de diversas tentativas de busca no portal da instituição e da Agits, dados mais detalhados não foram localizados. Adicionalmente, a pesquisa sobre grupos de pesquisa da Unifesp cadastrados no CNPq revelou a existência de 20 grupos certificados e atualizados.

As buscas por boas práticas relacionadas à difusão de conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, realizadas na página da Agits, no portal de extensão da Unifesp e nos relatórios de gestão da Agits e da Universidade, resultaram em diversas atividades que contribuem para a promoção desses temas, conforme apresentado no quadro 10, abaixo.

Quadro 10 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de São Paulo - 2021 a 2023

	Título	Modalidade	Resumo	Link	Ano
1	Agits	Podcast	Série de nove episódios que explora inovações tecnológicas, científicas e sociais, destacando a importância da colaboração entre universidades, empresas e o setor público. Os episódios incluem: Episódio 1 - "Invenção: O que eu tenho a ver com isso?"; Episódio 2 - "Inovação: Da bancada ao mercado"; Episódio 3 - "Desperte o empreendedorismo em você!"; Episódio 4 - "Conceitos, pra que tantos?"; Episódio 5 - "O mundo inovador é colaborativo!"; Episódio 6 - "Uma tese em 3 minutos"; Episódio 7 - "Cadê a patente, Santos Dumont?"; Episódio 8 - "Navegando nas inovações sociais"; Episódio 9 - "TRL: Sua tecnologia tá pronta pro mercado?"; Episódio Bônus - "Não vendemos fiado".	Link	2021

¹⁴ Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/transparencia/tcu/69-processos-contas-anuais>. Acesso em 14 out 2024.

2	Ponto de Encontro	Projeto	Aba do portal da Agits que visa identificar e expor problemas sociais que necessitam de soluções inovadoras. Essa plataforma proporciona uma visão clara e acessível dos desafios enfrentados, organizando as informações em quatro tópicos principais: "O que é", "Pessoas atingidas", "O que precisamos" e "Em quanto tempo". Cada problema é apresentado de forma visual e interativa, com vídeos explicativos intitulados "Problema em Cores", que oferecem um contexto adicional e engajam os visitantes. Além disso, os desafios são categorizados pelo nível de dificuldade, utilizando ícones de frutas como abacaxi e pepino para facilitar a identificação e a priorização dos problemas.	Link	2021
3	Mostruário de Inovações	Projeto	Combina a vitrine tecnológica e a prateleira de inovação, enfatizando que invenções com impacto social devem ser valorizadas no mesmo nível que inovações tecnológicas. O espaço apresenta propostas que foram enviadas para registro no INPI e inovações abertas com número DOI. As inovações disponíveis no mostruário estão à procura de oportunidades ou parcerias para comercialização, promovendo a transferência de conhecimento e a aplicação prática de soluções inovadoras.	Link	2021
4	Elaboração da Política de Comunicação da Agits	Normativa	O Relatório de Gestão Agits 2021 menciona a elaboração de uma política de comunicação, mas não fornece detalhes adicionais. Não foram encontradas no site da instituição informações sobre essa política.	Link	2021
5	Como Comunicar sua Inovação	Curso	Com o intuito de explorar estratégias de comunicação para invenções, o curso de imersão enfatizou a importância de conscientizar a academia sobre a inovação e sua aplicação prática na sociedade. O curso foi realizado por meio da plataforma Google Classroom e incluiu rodas de conversa com especialistas.	Link	2021
6	Playlist de Vídeos Educativos	Vídeos	Vídeos educativos disponibilizados no portal da Agits sobre empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual.	Link	2021
7	Hackagits	Evento	Reuniu estudantes de graduação e pós-graduação para solucionar problemas relacionados à alimentação, com foco em sustentabilidade e equilíbrio saudável. Participaram 120 estudantes divididos em grupos, que receberam apoio de especialistas e mentores. O grupo com a melhor solução ganhou uma mentoria do Sebrae, enquanto os outros colocados tiveram acesso a cursos para aprimorar seus protótipos.	Link	2021

8	Prontidão tecnológica (TRL)	Webnário	Discutiu e esclareceu os diferentes níveis de prontidão de uma tecnologia, desde a sua concepção inicial até a sua aplicação comercial.	Link	2021
9	Integração, Pesquisa e Inovação	Workshop	Abordando temas como colaboração, marco legal e políticas de inovação, o evento buscou fortalecer a transformação de desenvolvimentos acadêmicos em soluções práticas para a sociedade, apresentando casos de sucesso.	Link	2021
10	Primeira Semana de Inovação da Unifesp	Evento	Evento aberto sobre empreendedorismo e ciência, contou com a participação de especialistas que discutiram temas como inovação social, caminhos para o empreendedorismo social, estratégias para negócios de impacto e experiências no setor. Ocorreu concomitantemente ao Congresso Acadêmico Unifesp.	Link	2021
11	Caminhos da Invenção	Ebook	Guia direcionado a servidores, pesquisadores e estudantes que desejam entender o processo de proteção de inovações na Unifesp.	Link	2022
12	Série de Cadernos "Direito e Inovação" Volume III	Livro	Compilação de casos de sucesso na aplicação da Lei nº 10.973/04, focando em soluções jurídicas para desafios inovadores.	Link	2022
13	Ciência Decodificada: Pitch Científico	Ebook	Apresenta orientações e reflexões para uma comunicação clara e eficaz, com foco na criação de pitches científicos impactantes e na melhoria de outras formas de comunicação. Ele explora o conceito de pitch científico e a dinâmica da banca social, oferecendo insights valiosos para pesquisadores e acadêmicos em suas apresentações e interações.	Link	2022
14	Impactagits	Evento	Capacitação de estudantes de graduação e pós-graduação na submissão par a submissão de projetos junto a fundações de amparo, aproximando-os do ecossistema de empreendedorismo.	Link	2022
15	Da invenção à inovação: caminhos da ciência à sociedade	Palestra	Palestra realizada no Congresso Acadêmico da Unifesp 2023.	Link	2023
16	Falling Walls Lab Brazil	Competição	Evento promovido pelo Centro Alemão de Ciência e Inovação São Paulo (DWIH) e sediado pela Unifesp, premiou inovações em ciência e tecnologia. A competição recebeu 45 inscrições e os projetos foram apresentados a um júri que selecionou os	Link	2023

			vencedores. Os dois primeiros colocados terão a oportunidade de representar o Brasil na final global em Berlim.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

7.1.4 Universidade Federal de Minas Gerais

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a mais antiga universidade de Minas Gerais, foi criada em 7 de setembro de 1927, inicialmente como Universidade de Minas Gerais (UMG), uma instituição privada subsidiada pelo Estado. Sua fundação resultou da união de quatro escolas de ensino superior de Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, a Escola Livre de Odontologia, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia, estabelecidas entre 1892 e 1911 (UFMG, 2024a). Desde então, a UFMG se destacou como uma das principais universidades brasileiras, especialmente no campo da inovação e transferência de tecnologia. Atualmente, a universidade conta com 51.464 alunos matriculados e oferece 256 cursos, abrangendo tanto graduação quanto pós-graduação, em modalidades lato e stricto sensu (UFMG, 2024b).

Por meio da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), criada em 1997, a UFMG promove a integração entre pesquisa e mercado, incentivando startups e oferecendo suporte a projetos inovadores na incubadora INOVA-UFMG (UFMG, 2024c). O relatório de gestão 2023 aponta que a UFMG possui, em seu histórico, 1.884 pedidos de patente registrados, sendo 1.388 no Brasil e 496 no exterior. Além disso, a universidade conta com 167 registros de software, 75 de know-how, 41 de desenho industrial e 145 contratos de transferência de tecnologia. Mais de 60 empresas também foram graduadas por meio da incubadora INOVA-UFMG (UFMG, 2024b)¹⁵.

Os resultados da pesquisa apontam que a UFMG oferece dois cursos específicos voltados para a temática em estudo: o programa de pós-graduação stricto sensu em Inovação Tecnológica (mestrado e doutorado) e o Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, fundado em 2008, como Mestrado Profissional em Inovação Biofarmacêutica, pelo Programa de Pós-graduação em

¹⁵ Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Gestao-2023.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

Ciências Biológicas, Fisiologia e Farmacologia da UFMG (RAPINI e BARBOSA, 2021).

Além disso, a UFMG possui 30 grupos de pesquisa ativos que se enquadram nos temas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, empreendedorismo e inovação.

A seguir, são apresentadas algumas das boas práticas de disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, conforme relatado na página da CTIT, da pró-reitoria de extensão e nos relatórios de gestão analisados.

Quadro 11 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de Minas Gerais - 2021 a 2023

	Título da Atividade	Modalidade	Descrição	Link	Ano
1	Apoio a disciplinas relacionadas à inovação, ao empreendedorismo e à propriedade intelectual	Projeto	Participação em diversas disciplinas sobre inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual, tanto na UFMG quanto em outras instituições. Frequentemente, são realizadas apresentações em disciplinas descrevendo as ações da CTIT, os processos de proteção e gestão de propriedade intelectual, o processo de transferência de tecnologia, as ações de empreendedorismo, dentre outros assuntos.	Link	2021
2	Conexão CTIT: cursos, treinamentos, consultorias e prestação de serviços	Projeto	O projeto busca desenvolver um conjunto de produtos e serviços para atrair o público que procura a CTIT, incentivando a participação em cursos e treinamentos, além de gerar retorno financeiro para a instituição. Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a elaboração de contratos, consultorias sobre valoração de ativos intangíveis, estudos de mercado e a redação e acompanhamento de pedidos de patente.	Link	2021
3	Ctit Convida	Projeto	Encontro mensal que reúne especialistas para debater temas relevantes à Ciência, Tecnologia e Inovação. Com o intuito de promover a reflexão e o diálogo, esses eventos são abertos ao público e oferecem oportunidades de interação com diversos atores do ecossistema de inovação, tanto da universidade quanto do mercado.	Link	2021
4	Prêmio de Inovação Universidades 2021	Prêmio	A UFMG foi reconhecida como a universidade que mais depositou pedidos de patente entre 2010-2019 no INPI.	Link	2021

5	Inovação, Ciência, Tecnologia e Gestão - a UFMG em Perspectiva	Livro	Reúne pesquisas sobre os esforços de inovação na UFMG, baseadas em dissertações do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, que completou dez anos em 2019. O volume, dividido em quatro partes, apresenta reflexões e análises sobre ciência, tecnologia e gestão na universidade.	Link	2021
6	Prêmio Patente do Ano 2022	Prêmio	UFMG recebeu prêmio da ABAPI de patente do ano com tecido inteligente que controla temperatura corporal.	Link	2022
7	Terça da Inovação	Projeto	A Terça da Inovação conecta a pesquisa da UFMG ao mercado, promovendo a cultura empreendedora por meio do compartilhamento de conhecimentos e da criação de parcerias entre professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais de Minas Gerais.	Link	2023
8	Lançamento do Programa Inovalab da INOVA-UFMG	Projeto	Programa de incubação de empresas da UFMG para estimular spin-offs da Universidade.	Link	2023
9	OutLab UFMG 2023	Projeto	O Outlab é um programa de nove semanas que oferece uma programação voltada para a implementação de metodologias de vendas e a valorização do potencial comercial dos laboratórios. Ele abrange quatro áreas: mercado, serviço, vendas e pós-vendas, com palestras, workshops, orientação individual e mentorias, além de bancas para avaliação de resultados. A iniciativa busca estimular a inovação tecnológica e gerar valor econômico, promovendo casos de sucesso que possam acessar recursos essenciais para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.	Link	2023

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

7.1.5 Universidade Federal de Sergipe

A criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi oficialmente instituída em 15 de maio de 1968, reunindo diversas instituições de ensino que já existiam na região. Desde sua fundação, se consolidou como uma referência acadêmica, formando gerações de profissionais qualificados e contribuindo para o avanço do conhecimento (UFS, 2024a).

De acordo com dados do Relatório de Gestão 2023, a universidade possui 27.183 alunos matriculados em 202 cursos (UFS, 2024b). A Coordenação de

Inovação e Transferência de Tecnologia (CINTTEC), atualmente chamada AGITTE, atua como o NIT da UFS desde 2005, sendo responsável pela execução da política de inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia (UFS, 2024c).

Os dados coletados da página da AGITTE na internet mostram que, até dezembro de 2023, a UFS possuía 504 registros de propriedade intelectual concedidos pelo INPI. São 261 patentes concedidas, 73 marcas, 160 softwares, 1 cultivar e 8 desenhos industriais (UFS, 2024d)¹⁶.

A UFS possui, desde 2013, um programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência da Propriedade Intelectual, oferecendo mestrado e doutorado acadêmicos com conceito 4 junto à CAPES¹⁷. Além disso, a universidade conta com a "Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição (PIDCC)"¹⁸, uma publicação científica classificada com avaliação Qualis Capes B1. Os dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq apontam que a UFS possui 35 grupos de pesquisa com palavras-chave/títulos que abordam temas relacionados ao objeto de estudo.

As iniciativas da UFS para difundir o conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia, identificadas nos relatórios de gestão e na página de extensão da Universidade, estão sistematizadas no Quadro 12 a seguir.

Quadro 12 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal de Sergipe - 2021 a 2023

	Título	Modalidade	Descrição	Link	Ano
1	SOCIALIZE-SE (2021 a 2023)	Projeto	Promoção da cooperação em ações de inovação social. 21 bolsas de estímulo à inovação; fomento a soluções inovadoras	Link	2021
2	Minha Patente UFS 2022 e 2023	Projeto	Engajamento em desenvolvimento tecnológico e inovação. 16 bolsas de estímulo; aumento no registro de ativos de PI	Link	2022
3	AGITTE.se na Estrada	Projeto	Promoção das ações da AGITTE.se em todos os campi da UFS. Fortalecimento da cultura de inovação	Link	2023
4	Evento Mulheres na PI	Evento	Promover a igualdade de gênero em Propriedade Intelectual. Incentivo à presença feminina no ecossistema de inovação	Link	2023

¹⁶ Disponível em <https://cinttec.ufs.br/pagina/2167>. Acesso em 14 out 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=822>.

¹⁸ Disponível em: <https://www.pidcc.com.br/br/>.

5	III INOTTEC	Evento	Evento de inovação realizado em São Cristóvão. 500 participantes; aumento das oportunidades de negociação de tecnologias	Link	2023
6	Mural de Tecnologias	Projeto	Disponibilização de ativos de PI no site da AGITTE.se. 700 acessos; maior visibilidade e oportunidades de licenciamento	Link	2023
7	PIBITI 2023/2024	Programa	Desenvolvimento de produtos/processos tecnológicos e sociais. Inserção de estudantes no desenvolvimento de novas tecnologias	Link	2023
8	Programa de Indução e Criação de Startups (PICS)	Programa	Capacitação em empreendedorismo inovador. 60 alunos capacitados; 76k reais investidos	Link	2023
9	Inova-Pós (IPO)	Projeto	Fortalecimento da inovação e do empreendedorismo na UFS. Formação em doutorado; 100k reais aportados; 2 bolsas de estímulo à inovação	Link	2023
10	Selo ODS e Prêmio de Boas Práticas	Premiação	Premiação do programa Socialize-se que fortalece laços entre alunos e professores. Reconhecimento em inovação social	Link	2023
11	Vitrine de Startups	Projeto	Apresentação de 09 startups a investidores	Link	2023

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

7.1.6 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi fundada em 1920, inicialmente como Universidade do Rio de Janeiro, a partir da fusão de três instituições educacionais do início do século XIX. Em 1965, a universidade passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro, refletindo as profundas transformações sociais e políticas que marcaram a história do Brasil. De acordo com o Relatório de Gestão de 2023, a UFRJ conta com mais de 70 mil alunos matriculados em 866 cursos de graduação e pós-graduação (UFRJ, 2024a).

No que diz respeito à relação da universidade com a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, é importante destacar que o NIT da UFRJ possui mais de 20 anos de história. Sua trajetória começou em 2001, com a criação da Coordenação de Atividades de Propriedade Intelectual (CAPI), um marco significativo na gestão de pedidos de patentes da universidade. Em 2004, essa coordenação foi ampliada e transformada na Divisão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (DPITT). Em 2007, a criação da Agência UFRJ de Inovação deu origem

ao NIT, que, com a regulamentação da política de inovação em 2021, assumiu um papel ainda mais relevante e foi renomeado Inova UFRJ em 2022 (UFRJ, 2024b).

Relativamente ao quantitativo de ativos de PI, cumpre observar que a UFRJ não disponibiliza em seu site ou nos relatórios de gestão a soma total de ativos protegidos. Em vez disso, a universidade informa anualmente apenas o número de registros concedidos. Para tentar obter essa informação, foi realizada uma solicitação via Lei de Acesso à Informação por meio do portal Fala Br¹⁹, mas a UFRJ respondeu que tais dados poderiam ser obtidos por meio de consulta pública no portal do INPI. No entanto, diversas tentativas de busca realizadas no site do INPI resultaram em informações insuficientes, dificultando a obtenção dos dados desejados. Essa dificuldade de acesso a informações completas sobre os ativos protegidos pode impactar a análise do desempenho da universidade em relação à propriedade intelectual. De todo modo, realizou-se um somatório dos ativos concedidos entre 2016 e 2023, cujos valores estavam disponíveis nos relatórios de gestão da Inova UFRJ, e obteve-se o total de 321 ativos protegidos.

Os resultados da pesquisa indicam que a universidade oferece três cursos específicos relacionados ao tema em estudo: a Especialização Lato Sensu em Gestão Empreendedora, o MBA em Empreendedorismo e Gestão de Novos Negócios, e o mestrado profissional PROFNIT.

Em relação aos grupos de pesquisa, a UFRJ possui 73 grupos ativos que abordam temas relevantes para este estudo.

As buscas por boas práticas resultaram na síntese apresentada no quadro 13 a seguir.

Quadro 13 - Boas práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2021 a 2023

	Título	Modalidade	Resumo	Link	Ano
1	Workshop - Construção de Patentes Relevantes		Workshop que ensina a elaboração de patentes, incluindo a definição de problemas técnicos e sua importância.	Link	2021
2	Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID)		Evento anual que promove o debate sobre propriedade intelectual e sua importância para o desenvolvimento.	Link	2022

¹⁹ Disponível em <https://falabr.cgu.gov.br/web/manifestacao/detalhar/7831573>

3	Núcleo NAVE		Criação de um núcleo para consolidar a gestão e valorização comercial das tecnologias da UFRJ.	Link	2022
4	IP DAY		Evento que celebra o Dia Mundial da Propriedade Intelectual com exposições e debates sobre inovação.	Link	2023
5	DESIGNLAB: Design, Inovação e Gestão de Propriedade Intelectual para Indicações Geográficas		Capacitação de estudantes de Design na proteção de ativos intelectuais, beneficiando pequenos empreendedores.	Link	2023
6	Propriedade Intelectual: o que você precisa saber		Curso de extensão que oferece um entendimento acessível sobre marcas, patentes e direitos autorais.	Link	2023
7	Guia de Propriedade Intelectual		Guia interativo que reúne conhecimentos práticos sobre diferentes tipos de ativos de propriedade intelectual.	Link	2023
8	Rodadas de PI		Encontros que discutem pesquisa e desenvolvimento nas ICTs, focando em desafios de inovação.	Link	2023
9	Comercialização de PI		Workshop que apresenta inovações da UFRJ e discute estratégias de comercialização de propriedade intelectual.	Link	2023
10	Encontro Nacional FORTEC		Apresentação sobre proteção e gestão de ativos intelectuais, resultando em um prêmio na categoria.	Link	2023
11	Fortec Sudeste 2023		Encontro focado na interação entre ICTs e empresas, discutindo inovação para desenvolvimento local.	Link	2023
12	Inventor Independente		Aprovação de resolução para regulamentar a propriedade industrial por inventores independentes na UFRJ.	Link	2023
13	Vitrine Tecnológica		Entre abril e julho de 2023, o NAVE participou de rodadas de inovação para divulgar ativos com potencial de transferência.	Link	2023

1 4	Conhecendo a InovaUFRJ: Noções gerais de propriedade intelectual		Treinamentos oferecidos pela InovaUFRJ para capacitar a comunidade sobre a relevância da propriedade intelectual.	Link	202 3
1 5	Proteção Intelectual nas áreas de Artes, Design e Jogos		Curso promovido pela InovaUFRJ em parceria com a InovaEBA e InovaCLA, voltado para alunos de graduação.	Link	202 3
1 6	Esteira de Inovação		Projeto que articula todos os atores de inovação para levar ideias geradas na universidade à sociedade e captar demandas de empresas, transformando conhecimento em novos produtos, processos e serviços.	Link	202 3

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

8 DISCUSSÃO

8.1 MELHORES PRÁTICAS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ENTRE A UNB E AS UNIVERSIDADES ANALISADAS

A análise da difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas universidades federais selecionadas revela um cenário complexo, no qual a ausência de dados quantitativos adequados limita a avaliação do impacto das atividades realizadas. Um dos principais desafios identificados foi a falta de informações consistentes nos relatórios de gestão, onde muitas iniciativas foram meramente enumeradas, sem a apresentação de resultados substanciais ou de uma descrição mínima apontando os principais resultados esperados. Para preencher essa lacuna, foi necessário recorrer a fontes externas, como notícias disponíveis na internet, que forneceram informações adicionais sobre as atividades.

Além disso, mesmo que se buscasse padronizar os resultados por meio da aplicação de um questionário de avaliação uniforme ou pela análise do aumento no número de consultas aos NITs após cada atividade, ou do número de visitas às páginas das instituições na internet após a realização de determinado evento, a comparação entre as diferentes instituições ainda se mostraria problemática. Essa dificuldade é amplificada pela diversidade das realidades institucionais, que variam significativamente em termos de número de alunos, infraestrutura e recursos disponíveis, o que torna a análise comparativa baseada em indicadores simples, como a quantidade de participantes, uma tarefa complexa.

Diante desse cenário, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com o intuito de identificar padrões e tendências nas iniciativas realizadas. Essa estratégia permite não apenas reconhecer ações que se destacam pela relevância, mas também gerar insights que podem auxiliar na criação de um ambiente colaborativo, estimulando a troca de experiências e a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre PI e TT.

Das seis instituições analisadas, cinco oferecem cursos de pós-graduação específicos sobre PI e todas disponibilizam diversos treinamentos, cursos, workshops e oficinas sobre PI e TT.

Nesse contexto, todas as universidades que compõem o estudo disponibilizam atualmente em seus sites materiais didáticos digitais gratuitos sobre PI e TT, que podem ser acessados a qualquer momento. Ebooks, séries de vídeos e podcasts são exemplos de recursos que ampliam as oportunidades de aprendizado. Tanto o conhecimento adquirido quanto o portfólio de tecnologias desenvolvidas pelas universidades estão acessíveis em plataformas digitais interativas, permitindo que diferentes pessoas de variados lugares possam se beneficiar desses conteúdos.

Contudo, apesar da abundância de conteúdos disponíveis e do empenho das universidades na promoção de atividades de capacitação em PI e TT, um dos maiores desafios enfrentados é garantir que esse conhecimento chegue a todos os indivíduos que realmente necessitam. Para isso, é fundamental promover ações de conscientização, realizar atividades interdisciplinares e fomentar a integração entre os diferentes setores das universidades. Essa abordagem não apenas facilita a disseminação do conhecimento, mas também potencializa a aplicação prática das informações sobre PI e TT.

Considerando o evidente desafio de fazer com que o conhecimento sobre PI e TT alcance toda a comunidade acadêmica, a análise dos resultados levantados focou nas boas práticas com maior potencial de promover a interação entre os diferentes setores das universidades, entre a universidade e o mercado, bem como com entidades ligadas ao ecossistema de inovação.

Desse modo, a UnB destaca-se pela priorização de atividades que integram a academia e o mercado, criando um ambiente colaborativo e inovador. Com o NIT mais antigo dentre as universidades analisadas, com mais de 37 anos de história, a UnB é um dos pontos focais do PROFNIT e, entre 2021 e 2023, promoveu o conhecimento sobre PI e TT em eventos como a Semana Universitária e o Campus Party. A universidade colaborou com entidades parceiras, como o Catalisa ICT (Sebrae) e o Cocreation Lab (FAPDF e Finatec), e organizou oficinas e rodadas de investimento com a Comissão de Inovação da OAB de Águas Claras-DF, além de implementar o projeto IntegrAção, que abordou PI, TT e empreendedorismo em diversas unidades acadêmicas. Adicionalmente, promoveu aulas específicas em cursos, como no de Biologia, apoiando a disciplina “Empreendedorismo e Análise de Mercado em Biotecnologia” e sediando o evento de premiação do Laboratório de Biotecnologia. Destacam-se também a Fábrica de Spin-off, que valoriza mestres e doutores no empreendedorismo com bolsas para empresas incubadas; o PI em Foco, que oferece

acompanhamento em inovação; e o Prêmio Darcy Ribeiro de Inovação, que reconheceu 7 docentes e 3 projetos de Tecnologias Sociais.

No contexto das transferências de tecnologia, a UnB mostra-se como a líder entre as universidades analisadas. Embora a UFMG e a UFRJ apresentem um número superior de patentes concedidas, a UnB se sobressai nas atividades de licenciamento e comercialização das tecnologias desenvolvidas. Isso indica que, enquanto UFMG e UFRJ podem priorizar a geração de inovações, a UnB demonstra habilidade em conectar essas inovações ao mercado, traduzindo-as em resultados práticos. Essa competência em promover a aplicação das tecnologias reflete uma maturidade nas práticas de transferência de tecnologia, o que maximiza o impacto social e econômico das inovações desenvolvidas na academia.

A UFRGS apresenta um diferencial significativo em relação às demais universidades: a busca pela internacionalização de suas ações. Um exemplo é o curso de capacitação "Inova-me", que oferece uma experiência internacional e prepara os alunos para os desafios do mercado em eletrônica, microeletrônica e empreendedorismo. A universidade também promove projetos de extensão que capacitam os alunos para competições internacionais de propriedade intelectual, tendo conquistado o prêmio de 2º melhor parecer jurídico na 21ª Competição Anual Internacional de Lei de Propriedade Intelectual de Oxford, no Reino Unido, em março de 2024. Dentre as boas práticas da UFRGS, destaca-se também a realização de palestras elaboradas para públicos-alvo específicos, como "PI para o Agronegócio" e "Direito Autoral em Arquitetura", além do "Winter School", uma atividade de imersão que visa transformar pesquisas acadêmicas em produtos ou serviços por meio da apresentação de projetos.

A UFMG é uma das instituições mais antigas dentre as selecionadas para este estudo, assim como seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que abriga o mais antigo programa de pós-graduação stricto sensu voltado para inovação e propriedade intelectual: o Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, fundado em 2008. Essa tradição, aliada a uma estrutura consolidada, é reforçada por prêmios como o Prêmio Anual Inovação e o Prêmio Patente do Ano, estabelecendo a universidade como uma referência nacional em PI e TT. A UFMG implementa diversas práticas de difusão do conhecimento, incluindo cursos, eventos, workshops e publicações, visando estreitar as relações entre a universidade, o governo e o setor privado. As ações de apoio a disciplinas de inovação,

empreendedorismo e PI são particularmente relevantes, com uma equipe do NIT designada para ministrar aulas e palestras em diferentes cursos e eventos, garantindo que o conhecimento alcance um público amplo. Um exemplo notável é o projeto Conexão CTIT, que oferece produtos e serviços para atrair o público e gerar retorno financeiro, abrangendo desde cursos sobre PI e TT até consultorias para empresas, incluindo a elaboração de contratos e a redação de pedidos de patente. A UFMG organiza essas iniciativas de forma estruturada, disponibilizando informações acessíveis no site da CTIT, o que demonstra seu comprometimento em promover a inovação e fortalecer a colaboração entre academia e mercado.

A Unifesp apresenta um cenário peculiar em sua abordagem de propriedade intelectual, com um foco predominante na área da saúde e apenas 25 patentes concedidas até 2023. Essa realidade impacta diretamente as estratégias adotadas na construção de sua política de PI, uma vez que muitas inovações em saúde não podem ser protegidas por patentes. Para enfrentar esse desafio, a Unifesp tem investido em alternativas, como o registro de inovações em acesso aberto por meio do Digital Object Identifier (DOI). Além disso, o fato de ser uma instituição jovem, com menos de 30 anos, pode influenciar a maturação de suas práticas de inovação e a construção de uma cultura sólida em PI e TT. Nesse contexto, a Unifesp busca implementar estratégias inovadoras para a divulgação e aplicação de práticas de PI e TT, como a elaboração de uma política de comunicação ainda não formalizada, mas destacada nos relatórios de gestão da universidade. A diversidade de formatos utilizados para se comunicar com o público, incluindo podcasts, workshops, e a publicação de um livro sobre a aplicação da Lei nº 10.973/04, enriquece a disseminação do conhecimento. O projeto Ponto de Encontro merece destaque especial por apresentar desafios sociais concretos e estimular a comunidade acadêmica a desenvolver soluções inovadoras, utilizando uma abordagem que organiza os problemas em categorias como "o que é", "pessoas atingidas", "o que precisamos" e "em quanto tempo", complementada por um vídeo explicativo ("problema em cores"), que torna as questões mais acessíveis e engajantes.

A UFS é a menor instituição analisada em termos de número de cursos e a segunda menor em número de alunos, contando com 504 ativos de Propriedade Intelectual registrados, um depósito de patente via PCT e um contrato de transferência de tecnologia. Destaca-se pelo seu programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Propriedade Intelectual, oferecido desde 2013, que inclui mestrado e

doutorado com conceito 4 pela CAPES, sendo um dos poucos focados em PI no Brasil. A Universidade também conta com a "Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição (PIDCC)" e possui 35 grupos de pesquisa relacionados à área. Suas iniciativas para difundir o conhecimento incluem cursos acessíveis, como o "Abecedário da Propriedade Intelectual" e "Alimentando o Conhecimento", que introduzem conceitos fundamentais de PI e direitos autorais. Dentre as boas práticas, destacam-se os projetos "Agitte-se na Estrada", que promove a cultura de inovação e PI nos campi, e "Socialize-se", que foca em desenvolver soluções inovadoras para problemas sociais, incentivando a cooperação entre professores e alunos e fortalecendo a integração da UFS com a sociedade.

A UFRJ, uma das universidades mais antigas do Brasil, mantém tradicionalmente uma forte conexão com o universo da inovação e da propriedade intelectual no país, com um NIT que possui mais de 20 anos de história e um vasto portfólio de ativos de propriedade intelectual. A universidade oferece dois cursos de especialização lato sensu relacionados ao estudo da propriedade intelectual e atua como um dos pontos focais do PROFNIT, além de contar com 73 grupos de pesquisa ativos cadastrados no CNPq, que abordam temas relevantes para a área. Dentre as ações de difusão do conhecimento sobre PI e TT, destaca-se o projeto "DesignLab", no qual 24 estudantes do curso de Design desenvolveram soluções para melhorar a apresentação de cinco Indicações Geográficas (IGs) brasileiras: Socol de Venda Nova do Imigrante (ES), Café das Matas de Minas (MG), Açafrão da Região de Mara Rosa (GO), Renda de Agulha em Lacê de Divina Pastora (SE) e Guaraná de Maués (AM). Promovido pela OMPI e patrocinado pelo Japan Patent Office, o projeto contou com o apoio do Sebrae e do INPI, proporcionando capacitações sobre propriedade industrial e visitas técnicas para entender a realidade dos produtores, culminando em um seminário na UFRJ, onde foram apresentadas as soluções desenvolvidas.

O quadro 14 resume as melhores práticas adotadas pelas universidades federais selecionadas no que se refere à difusão do conhecimento sobre PI e TT, evidenciado o cumprimento do objetivo específico 2 da pesquisa, “selecionar as melhores práticas de difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia entre a UnB e as universidades analisadas”.

Quadro 14 - Resumo das Melhores Práticas de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia das Universidades Federais Selecionadas - 2021 a 2023

UNIVERSIDADE	MELHORES PRÁTICAS
--------------	-------------------

UnB	1. Participação nos principais eventos da universidade, como a Semana Universitária e Campus Party, dando visibilidade à temática e proporcionando o contato de grande parte da comunidade acadêmica com o universo da PI e TT; 2. Integração, que leva o conhecimento sobre PI e TT a diversos campus e setores da universidade; 3. Aproximação das principais entidades relacionadas com PI e TT no DF, como SEBRAE, ANPROTEC, OAB etc. 4. Realização de eventos para buscar aproximação com o mercado; 5. Apoio em disciplinas relacionadas a PI, TT, inovação e empreendedorismo nos cursos da universidade, por meio de aulas ministradas por colaboradores do NIT.
UFRGS	1. Estratégias de Internacionalização voltadas à PI, como a participação em competições internacionais e o curso "Inova-me", que oferece um estágio internacional. 2. Realização de eventos com o intuito de aproximar a universidade e as empresas, como o <i>Winter School</i>.
Unifesp	1. Elaboração de política de comunicação do NIT; 2. Estruturação do site, disponibilizando material didático sobre PI e TT em diversos formatos (podcasts, vídeos, e-books); 3. Projeto Ponto de Encontro para desenvolver soluções inovadoras, atraindo pesquisadores para a solução de problemas; 4. Iniciativas de acesso aberto com DOI para registro de inovações não patenteáveis.
UFMG	1. Projeto Conexão CTIT, que oferece diversos tipos de cursos e consultorias sobre PI e TT; 2. Publicação de um livro com as melhores dissertações do mestrado sobre PI, TT e Inovação; 3. Estrutura do site da CTIT, com grande quantidade de informações disponibilizadas em formato acessível e de forma organizada; 4. Apoio a disciplinas de PI, TT, inovação e empreendedorismo em diversos cursos da instituição, por meio da participação de colaboradores da CTIT.
UFS	1. Revista científica com foco em PI; 2. Projetos como "Agite-se na Estrada", que leva o conhecimento sobre PI para os diversos campus da instituição.
UFRJ	1. Projeto "DesignLab", que estabeleceu conexão entre o NIT e o curso de Design, envolveu diversas entidades relacionadas à inovação, PI e TT, contribuiu com a valorização de IGs brasileiras e deu visibilidade à universidade com relação à PI; 2. Oferecimento de cursos sobre PI formatados especificamente para determinadas áreas como o curso "Proteção Intelectual nas áreas de Artes, Design e Jogos"; 3. Projeto "Esteira da Inovação", que articula os atores de inovação para levar ideias geradas na universidade à sociedade e captar demandas de empresas.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

8.2 ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES DA UNB EM RELAÇÃO À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Em resposta à pergunta de pesquisa sobre como a UnB está colaborando para a disseminação e formação em PI e TT, os resultados evidenciam um ambiente propício à inovação, refletido em seu robusto portfólio de ativos de PI e nas práticas de integração com o setor privado. Essas iniciativas resultaram em um número significativo de contratos de transferência de tecnologia formalizados, sinalizando uma conexão efetiva entre academia e mercado.

Nos últimos anos, a UnB aprimorou os canais de comunicação entre pesquisadores, docentes, empresas e outras entidades do ecossistema de inovação, facilitando a troca de conhecimento e a colaboração. Diversas atividades foram realizadas para promover a cultura de PI e TT, incluindo premiações e a formação de mestres nesta área. Nesse contexto, destaca-se o programa PROFNIT, que, além de reunir universidades e centros de pesquisa, oferece vagas especiais semestrais que ampliam a visibilidade e o alcance de suas iniciativas.

Conforme aponta Xavier (2011), a educação é fundamental para a melhoria em qualquer sistema. Portanto, uma compreensão sólida dessas temáticas não apenas agilizaria negociações, mas também aumentaria as chances de sucesso ao identificar oportunidades de colaboração e otimizar o uso de ativos intelectuais. Assim, o investimento na formação contínua desses atores é essencial para fortalecer o ecossistema de inovação.

Borher (2007) reforça que a estruturação e a disseminação do conhecimento são cruciais para a proteção e comercialização de ativos intangíveis. É vital que os envolvidos compreendam o funcionamento do sistema de propriedade intelectual para que possam proteger suas invenções e utilizá-las estrategicamente, assegurando que o conhecimento gerado na academia beneficie a sociedade.

Os resultados mostram que a UnB tem se empenhado em difundir conhecimento sobre PI e TT, mas ainda há espaço para melhorias. A universidade poderia oferecer cursos, palestras e materiais didáticos direcionados a setores específicos, como agronegócio, saúde, artes e PMEs, para aumentar a conscientização e o engajamento com esses tópicos. Além disso, intensificar a divulgação das disciplinas do PROFNIT para outros cursos poderia promover uma integração maior e uma disseminação mais ampla do conhecimento.

Embora a UnB tenha implementado diversas ações de comunicação sobre PI, um plano de comunicação abrangente, que inclua formatos variados, como podcasts e vídeos, facilitaria o acesso à informação por parte da comunidade acadêmica e do setor produtivo. Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) devem desenvolver ferramentas que traduzam o conhecimento acadêmico em linguagem adequada (compreensível) para empresários e investidores. Um exemplo de iniciativa da UnB nesse sentido é o projeto "Comunicação Científica em Tecnologia e Inovação", que visa disseminar a cultura de PI por meio de informações nos canais oficiais da universidade.

Além disso, a UnB possui uma vitrine tecnológica que apresenta tecnologias desenvolvidas, mas poderia implementar canais de conexão entre pesquisas e demandas do mercado, como outras universidades já fazem.

O processo de inovação exige dinamismo e gestão eficaz e a construção de uma cultura que valorize o empreendedorismo inovador é fundamental. Para isso, é importante compilar e divulgar casos de sucesso, para inspirar e encorajar a comunidade acadêmica. Os vídeos do minuto da PI podem ser utilizados para essa finalidade.

Outro ponto forte da UnB são as iniciativas de integração com outros setores e entidades do SNI, através de workshops e aulas sobre PI e TT em diversas disciplinas. No entanto, a ausência de premiações relacionadas a PI e TT na UnB é uma lacuna significativa, especialmente quando comparada a outras universidades, como UFMG, que participa ativamente de competições reconhecidas, como o Prêmio Patente do Ano. Essa falta de reconhecimento pode limitar a motivação dos acadêmicos em se engajar mais profundamente nas questões de PI e TT.

É igualmente relevante fortalecer os grupos de pesquisa em PI e TT, incentivando a produção acadêmica. A pesquisa sobre PI e TT é crucial para a formulação de políticas públicas eficazes e para a identificação de lacunas e oportunidades no sistema de inovação.

Além disso, a internacionalização das ações do CDT deve ser uma prioridade. A UnB poderia se beneficiar de programas de intercâmbio e parcerias com instituições internacionais, permitindo que seus profissionais de PI e TT ampliem suas perspectivas e desenvolvam competências essenciais para o mercado global. Essas iniciativas são vitais para criar uma rede de conhecimento e colaboração que fortaleça o impacto das pesquisas da universidade.

O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual²⁰ sugere a inserção de ativos de PI em editais de fomento para PMEs e a estimulação do uso desses ativos como garantias para obtenção de crédito junto a instituições financeiras. Nesse sentido, é importante promover ações de conscientização sobre as vantagens de proteger ativos de PI. Ao agir proativamente, a universidade poderá garantir que suas empresas encubadas, *startups* e *spin-offs* estejam bem-posicionadas para aproveitar futuras políticas públicas que incentivem o uso de ativos de PI.

É fundamental aprimorar a documentação e a comunicação das atividades realizadas. A adoção de um sistema de registros mais transparente e estruturado não apenas facilitaria a avaliação dos impactos das ações desenvolvidas pelo CDT, mas também estimularia o engajamento da comunidade acadêmica, um elemento-chave para a consolidação de uma cultura de inovação e transferência de tecnologia nas instituições. Refletir sobre a criação de métricas adaptadas à realidade de cada instituição é um passo importante para a melhoria contínua das ações de PI e TT. Mesmo na ausência de dados quantitativos robustos, as universidades podem desenvolver indicadores que sejam significativos em seus contextos específicos, contribuindo para a evolução das práticas de inovação.

O quadro 15 esquematiza o conjunto das melhores práticas, identificadas durante a realização do estudo e que podem ser aplicadas em outras instituições, com o objetivo de difundir o conhecimento sobre PI e TT. Essas práticas incluem a formação de parcerias com o setor privado, a promoção de eventos de capacitação, a criação de canais de comunicação eficazes e a implementação de ações de internacionalização. A adoção dessas estratégias pode não apenas potencializar o impacto das iniciativas em PI e TT, mas também criar um ambiente mais colaborativo e inovador, onde o conhecimento gerado na academia se traduz em benefícios concretos para a sociedade.

Quadro 15: Objetivos de Difusão do Conhecimento sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

	Objetivo	Descrição
1	Internacionalização	Implementar programas de intercâmbio e parcerias com instituições internacionais; incentivar o depósito de patentes via PCT e a realização de publicações de artigos em revistas internacionais.

²⁰ Disponível em <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/530692>>. Acesso em 15 out 2024.

2	Participação em Premiações	Incentivar a participação em competições e prêmios relacionados a PI e TT, para aumentar o reconhecimento e engajamento.
3	Investimento em Capacitação Setorial	Oferecer cursos, palestras e elaborar material didático direcionados a setores específicos, como agronegócio, saúde, artes e PMEs, adaptando o conteúdo às suas necessidades.
4	Instituição de um Plano de Comunicação	Criar um plano de comunicação abrangente, que utilize diversos formatos (podcasts, vídeos, redes sociais) para disseminar informações sobre PI e TT e que foque tanto na comunicação com o setor acadêmico quanto com o mercado.
5	Promoção de Casos de Sucesso	Compilar e divulgar casos de sucesso em PI e TT para inspirar e incentivar a comunidade acadêmica e externa.
6	Integração com o Setor Produtivo	Estabelecer um programa que conecte as pesquisas com as demandas de mercado.
7	Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa em PI e TT	Incentivar a produção acadêmica. A pesquisa sobre PI e TT é crucial para a formulação de políticas públicas eficazes e para a identificação de lacunas e oportunidades no sistema de inovação
8	Adoção de Métricas de Avaliação	Desenvolver métricas adaptadas à realidade do NIT para avaliar o impacto das ações de difusão do conhecimento em PI e TT.
9	Fortalecimento dos NITs	Investir em capacitação e recursos para os Núcleos de Inovação Tecnológica, aumentando sua eficácia na comunicação e na proteção de ativos de PI.
10	Ações de Conscientização sobre a Proteção de Ativos de PI	Elaborar ações de conscientizações de <i>startups</i> , empresas incubadas e <i>spin-offs</i> da Universidade sobre a importância da proteção de ativos de PI desde o início do desenvolvimento de inovações para aproveitar políticas públicas de acesso a fomento, que já estão em fase de desenvolvimento pelo governo federal.
11	Ações de Visibilidade dos NITs	Participar dos principais eventos institucionais com painéis, stands, minicursos e palestras, entre outros, focados em PI e TT, para aumentar a visibilidade do tema e o engajamento.
12	Aprimoramento da Documentação e Comunicação das Atividades Realizadas pelos NITs	Adotar um sistema de registros mais transparente e estruturado para facilitar a avaliação dos impactos das ações do CDT, estimular o engajamento da comunidade acadêmica e refletir sobre a criação de métricas adaptadas à realidade da instituição.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

9 IMPACTOS

A relevância dessa iniciativa se destaca pelo alinhamento com a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, que tem como meta até 2030 a promoção da cultura de PI em todo o país.

Embora o foco principal da produção técnica seja a UnB, os resultados obtidos têm o potencial de serem aplicados em outras instituições, gerando impactos significativos nas esferas social, econômica e jurídica.

Desse modo, a produção técnica resultante deste estudo tem o potencial de alcançar os seguintes objetivos:

1. **Dar visibilidade às ações empreendidas pela UnB nos últimos anos relacionadas à PI e TT:** isso permitirá que a comunidade acadêmica e o público em geral conheçam os esforços e resultados já alcançados.
2. **Aumentar a conscientização sobre os benefícios dos direitos de PI:** isso contribuirá para a consolidação de uma cultura de valorização da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia na universidade.
3. **Incentivar a transformação dos conhecimentos gerados em tecnologias transferidas ao setor produtivo:** isso permitirá um aumento nos índices de ativos de PI protegidos e de tecnologias transferidas de forma estratégica pela universidade a seus parceiros.
4. **Promover a difusão do conhecimento sobre PI e TT entre a comunidade acadêmica:** isso potencializará as chances de transformação de tecnologias em produtos ou serviços disponíveis à sociedade, gerando valor e inovação.
5. **Favorecer o desenvolvimento da UnB como referência em gestão de PI e TT:** isso fortalecerá a cultura da inovação na universidade;
6. **Estimular a realização de parcerias para inovação e prestação de serviços tecnológicos:** isso contribuirá para o fortalecimento da interação entre a academia e o setor produtivo, essencial para o avanço do conhecimento e da aplicação prática das inovações;

Dessa forma, o estudo não só apoia a UnB em sua missão de promover a inovação, mas também estabelece um marco que pode influenciar positivamente a cultura de PI e TT em diversas instituições e setores da sociedade.

10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

Em conformidade com os produtos bibliográficos obrigatórios estabelecidos no Art. 24 do Regimento Nacional do PROFNIT, foram elaborados os seguintes itens: 1) o texto dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional; 2) a Matriz de SWOT (FOFA), sendo Apêndice A do texto dissertativo do TCC; 3) a Figura Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS, como Apêndice B do texto dissertativo do TCC; 4) um artigo, publicado em revista Qualis B1 ou superior, contando com a coautoria da discente e do orientador; 5) dois produtos técnico-tecnológicos - um material didático audiovisual e um registro de marca.

10.1 MATRIZ SWOT

A matriz SWOT é uma ferramenta estratégica que permite analisar a situação de uma organização ou projeto, considerando quatro dimensões: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Essa análise proporciona uma visão clara e estruturada das dinâmicas que envolvem a disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual (PI) e transferência de tecnologia (TT) na Universidade de Brasília (UnB).

As forças da UnB incluem um ambiente propício à inovação, evidenciado por um extenso portfólio de ativos de PI e altas taxas de transferência de tecnologia. A universidade se destaca pelos canais de comunicação bem estabelecidos entre a academia e o setor produtivo, facilitando a colaboração e a troca de conhecimento. O CDT oferece suporte técnico e jurídico, promovendo uma orientação eficaz para pesquisadores e empreendedores. Além disso, a diversidade de atividades realizadas para promover a cultura de PI e TT contribui para a conscientização e engajamento da comunidade acadêmica.

Por outro lado, algumas fraquezas precisam ser abordadas. Uma das principais limitações da UnB é a necessidade de métricas claras e indicadores adequados à realidade da Universidade para avaliar o impacto das iniciativas. A dependência de ações voluntárias por parte de docentes e pesquisadores pode restringir o alcance e a consistência dessas ações. A falta de incentivos financeiros ou reconhecimento para aqueles que se dedicam à PI e TT pode desmotivar a participação ativa. A comunicação interna sobre oportunidades e recursos disponíveis nem sempre chega a todos os interessados, limitando o engajamento. Além disso, a gestão pode enfrentar dificuldades na alocação adequada de recursos financeiros e humanos para

apoiar efetivamente as iniciativas de PI e TT. A resistência cultural de alguns segmentos da academia em adotar essas práticas representa um obstáculo significativo para a promoção de uma cultura inovadora. Além disso, a falta de compreensão sobre a importância da PI e TT entre a comunidade acadêmica pode resultar em um engajamento fraco, afetando o potencial de inovação da UnB.

As oportunidades externas que a UnB pode explorar incluem a implementação de capacitações, treinamentos e eventos como estratégias promissoras para disseminar os conhecimentos adquiridos na pesquisa. Facilitar a interlocução entre o CDT e os órgãos de controle da universidade pode aumentar a eficácia das ações. O investimento em pesquisa sobre PI e TT pode resultar em políticas públicas benéficas, enquanto parcerias e intercâmbios com outras instituições podem enriquecer a formação dos envolvidos. O fortalecimento de parcerias com empresas e outras organizações pode gerar sinergias valiosas, permitindo o desenvolvimento conjunto de tecnologias e a valorização dos ativos de PI. Além disso, programas e editais de fomento à inovação e à pesquisa oferecem oportunidades para financiar projetos relacionados a PI e TT, garantindo os recursos necessários para a implementação de iniciativas. Realizar eventos focados em PI e TT pode aumentar a visibilidade das atividades da UnB e atrair a participação de *stakeholders*, fomentando um ecossistema colaborativo. A crescente importância da PI e TT no cenário nacional representa uma oportunidade para ampliar o interesse e o apoio às iniciativas da universidade.

Entretanto, também existem ameaças que podem impactar negativamente as ações da UnB. Mudanças nas políticas governamentais, como alterações nas diretrizes de financiamento, podem afetar as atividades da universidade. A instabilidade nas políticas de apoio à pesquisa e inovação pode impactar diretamente o financiamento e as diretrizes de atuação da universidade.

Dessa forma, a análise SWOT da UnB em relação à difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia destaca a importância de uma gestão ativa e estratégica. Fortalecer as forças e oportunidades identificadas, ao mesmo tempo em que se busca mitigar fraquezas e ameaças, é essencial para desenvolver uma cultura robusta de inovação e garantir que a universidade se mantenha competitiva no cenário acadêmico e tecnológico. A gestão deve priorizar a comunicação, a capacitação e o incentivo à participação da comunidade acadêmica para maximizar o impacto das iniciativas de PI e TT.

10.2 FIGURA DIAGRAMA DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS

Um dos entregáveis deste trabalho é a elaboração de um modelo de negócios Canvas, que visa estruturar de maneira visual as dinâmicas envolvidas na disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. Este modelo serve como uma ferramenta estratégica que pode guiar futuras iniciativas na universidade.

A proposta de valor do modelo destaca a promoção da cultura de inovação e a capacitação da comunidade acadêmica, por meio do desenvolvimento de treinamentos, workshops e eventos que incentivem a disseminação do conhecimento sobre PI e TT, além da produção de material didático, a exemplo do produto técnico tecnológico produzido no âmbito deste TCC.

Os segmentos de clientes identificados incluem acadêmicos e pesquisadores da UnB, professores e docentes envolvidos em pesquisa, empresas do setor privado interessadas em parcerias, e órgãos governamentais e de controle que regulam ou financiam pesquisas. Para alcançar esses públicos, devem ser utilizados diversos canais de comunicação, como a realização de eventos e workshops, plataformas digitais, publicações e relatórios informativos, além de parcerias com NITs e outras universidades.

O relacionamento com os clientes será mantido por meio de comunicação contínua, com a coleta ativa de feedback e a implementação de programas de acompanhamento para os participantes das capacitações. Quanto às fontes de receita, o modelo prevê a geração de recursos através de taxas de inscrição para eventos, parcerias com empresas, financiamentos governamentais e taxas recebidas por serviços de consultoria prestadas para empresas privadas.

Os recursos principais que sustentam o modelo incluem uma equipe qualificada composta por professores e especialistas em PI e TT, a infraestrutura da UnB, como laboratórios e espaços para eventos, e uma rede de contatos estabelecida com o setor privado e outras instituições de ensino. As atividades principais envolvem o desenvolvimento de programas de capacitação, a realização de eventos, a pesquisa sobre tendências em PI e TT e a produção do material didático produzido (vídeos do Minuto da P.I.).

Por fim, as parcerias principais necessárias para a execução deste modelo envolvem colaborações com NITs, empresas do setor privado e outras universidades,

enquanto a estrutura de custos contempla gastos operacionais, salários e honorários de profissionais envolvidos, bem como o desenvolvimento de materiais informativos.

Este modelo de negócios Canvas, portanto, não apenas sintetiza as ações e iniciativas que a UnB pode implementar, mas também oferece um guia estratégico que pode contribuir para a consolidação de uma cultura de inovação e transferência de tecnologia na Instituição.

10.3 ARTIGO

Além dos produtos acima, integram o presente trabalho o artigo intitulado "Panorama sobre o Registro de Desenhos Industriais no Setor de Brinquedos no Brasil no Período de 2012 a 2022", em coautoria com o orientador. O artigo foi publicado na revista *Cadernos de Prospecção*, classificada como Qualis B2, no dia 1º de outubro de 2024.²¹ Essa publicação contribui para o avanço do conhecimento na área de propriedade intelectual, abordando a importância do registro de desenhos industriais e suas implicações no setor de brinquedos no Brasil, oferecendo insights relevantes para pesquisadores, acadêmicos e profissionais da área. A pesquisa realizada evidencia tendências e desafios enfrentados ao longo da última década, fortalecendo a discussão sobre inovação e proteção de design.

10.4 PRODUTOS TÉCNICO-TECNOLÓGICOS

O projeto "Minuto da P.I.", desenvolvido pela docente sob a supervisão do orientador, no âmbito da disciplina Oficina Profissional, resultou na criação de dois produtos técnicos e tecnológicos: uma série de vídeos de curta duração sobre propriedade intelectual e o registro da marca "Minuto da P.I.". Esses produtos foram elaborados com o intuito de promover a conscientização e disseminar conhecimentos sobre PI de forma acessível e dinâmica.

O material didático audiovisual tem o intuito de abordar aspectos essenciais da propriedade intelectual, incluindo conceitos básicos, tipos de proteção e a importância do registro de marcas e patentes. Com uma linguagem clara e atrativa, busca atingir um público amplo, incluindo estudantes, empreendedores e profissionais interessados em entender melhor o tema. Até o momento, foram gravados alguns vídeos como uma espécie de teste, com a previsão de que novos conteúdos sejam produzidos no futuro.

²¹ Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cp.v17i5.58705>. Acesso em 16 out 2024.

Cada vídeo é acompanhado por uma vinheta que ajuda a estabelecer a identidade do projeto e a tornar o material mais atrativo.

Além da série de vídeos, o registro da marca "Minuto da P.I." fortalece a identidade do projeto e assegura sua proteção legal, possibilitando sua utilização futura em iniciativas de educação e conscientização sobre Propriedade Intelectual. Essa marca representa não apenas o projeto, mas também o compromisso em fomentar uma cultura de valorização da inovação e da proteção dos direitos intelectuais.

Ambos os produtos estão integrados à dissertação, contribuindo para a reflexão sobre a importância da educação em PI e TT e a necessidade de ferramentas que tornem o conhecimento acessível a diferentes públicos. O "Minuto da P.I." visa, assim, promover um impacto positivo na formação de uma consciência crítica em relação à propriedade intelectual, estimulando a inovação e o respeito aos direitos relativos à propriedade intelectual e estímulo à transferência de tecnologia para inovação.

11 CONCLUSÃO

A investigação sobre a difusão do conhecimento sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia na Universidade de Brasília e nas instituições selecionadas revela que a UnB tem demonstrado um compromisso significativo com a formação e a integração entre academia e setor privado, evidenciado por seu robusto portfólio de ativos de PI e práticas efetivas de transferência de tecnologia. O objetivo geral está relacionado à pergunta de pesquisa que buscou responder: “Como a UnB está colaborando para a disseminação e formação em PI e TT?”, propondo-se identificar ações implementadas e lacunas existentes no processo formativo, com o intuito de fortalecer a cultura de inovação na instituição.

Para atingir esse objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro foi identificar boas práticas de difusão do conhecimento sobre PI e TT, adotadas pela UnB e por universidades selecionadas, criando um panorama das abordagens mais eficazes. Os resultados mostram que as universidades têm promovido diversas iniciativas, incluindo a realização de eventos, disponibilização de materiais didáticos em formatos variados e a oferta de cursos de pós-graduação sobre o tema, além de estratégias de interação com outros setores e com o mercado.

O segundo objetivo específico foi selecionar as melhores práticas de difusão do conhecimento sobre PI e TT entre a UnB e as universidades analisadas, a fim de destacar aquelas que se mostram mais impactantes e inovadoras. Um dos principais desafios enfrentados para atingir esse objetivo foi a ausência de indicadores e de informações consistentes nos relatórios de gestão institucionais que possibilitassem identificar as boas práticas implementadas. A falta de resultados substanciais dificultou a padronização dos resultados e a definição de critérios quantitativos para a escolha das melhores práticas. Apesar disso, a abordagem qualitativa utilizada permitiu identificar padrões e tendências nas iniciativas realizadas, destacando que todas as universidades estudadas disponibilizam materiais didáticos digitais gratuitos sobre PI e TT, acessíveis a qualquer momento, como e-books, séries de vídeos e podcasts.

O terceiro objetivo foi propor recomendações para otimizar as ações da UnB em relação à PI e TT, visando potencializar a inovação e a transferência de conhecimento para o setor produtivo. Dentre as recomendações, destacam-se: a importância de desenvolver um plano de comunicação abrangente; fortalecer os

grupos de pesquisa em PI e TT; promover iniciativas de internacionalização; divulgar casos de sucesso; estimular a participação em premiações; estabelecer métricas adaptadas à realidade do NIT para avaliar as ações de difusão de PI e TT; propor indicadores adequados à realidade da universidade; implementar um sistema de registros mais transparente dessas ações; promover ações de conscientização sobre a proteção de ativos de PI com o objetivo de estimular a participação em políticas públicas futura que incentivem o uso desses ativos.

O projeto "Minuto da P.I.", produto técnico/tecnológico que integra a presente dissertação, exemplifica uma solução prática para a difusão do conhecimento sobre PI e TT, ao facilitar o acesso à informação de forma dinâmica e envolvente.

Além das análises realizadas durante a consecução dos objetivos acima, este trabalho incorporou ferramentas estratégicas como a matriz SWOT e o modelo de negócios Canvas, que facilitaram a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas às iniciativas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia na UnB. Essas abordagens permitiram uma compreensão mais clara do ambiente interno e externo da universidade, contribuindo para a formulação de recomendações mais robustas e direcionadas.

Dessa forma, a difusão do conhecimento em PI e TT na UnB não apenas contribui para o fortalecimento da cultura de inovação na universidade, mas também serve como modelo para outras instituições. As boas práticas identificadas podem ser replicadas em outras universidades, potencializando o impacto das iniciativas em PI e TT e criando um ambiente colaborativo e inovador que beneficie a sociedade como um todo.

12 PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas futuras para este trabalho incluem a ampliação da pesquisa por meio de estudos de caso mais aprofundados em outras universidades brasileiras e estrangeiras que implementaram práticas inovadoras em PI e TT. Essa abordagem permitiria uma comparação mais rica e detalhada, contribuindo para a identificação de melhores práticas e a adaptação de estratégias que se mostraram eficazes em contextos variados.

A implementação do projeto "Minuto da P.I." e a monitoria contínua do seu impacto pode gerar dados que informarão melhorias e ajustes na adaptação de conteúdos para diferentes públicos, ampliando ainda mais seu alcance e eficácia. O desenvolvimento de novos conteúdos e formatos para este projeto pode também ser uma área de exploração, visando atender diferentes públicos e necessidades.

Adicionalmente, a pesquisa poderá possibilitar a criação de novos programas de difusão e capacitação em PI e TT, fundamentados nos *insights* adquiridos a partir da análise das boas práticas observadas nas instituições analisadas. Espera-se também que os resultados da pesquisa contribuam significativamente para a promoção de uma cultura mais robusta da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia na UnB, fomentando um ambiente que valorize a inovação.

REFERÊNCIAS

ALLMAN, Larry; TAKAGI, Y.; SINJELA, M. A. Recent trends and challenges in teaching intellectual property. *Teaching of Intellectual Property: Principles and Methods*. ed., Yo TAKAGI, Larry ALLMAN ve Mpazi SINJELA. **Cambridge University Press**. New York, p. 1-13, 2008. Disponível em <https://www.ipmall.info/sites/default/files/hosted_resources/Teaching_IP/Larry_Allman_2009.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANPEI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS INOVADORAS. **Mapa do Sistema Brasileiro de Inovação**. São Paulo, 2014. Disponível em <https://anpei.org.br/download/Mapa_SBI_Comite_ANPEI_2014_v2.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

BASSO, Maristela. A tutela constitucional da propriedade intelectual na Carta de 1988: avanço indiscutível. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 179, p. 39-41, 2008. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/173860>. Acesso em 14 out 2024.

BEMFICA, Eduardo Andrade. **Proposta de ações de disseminação do conhecimento da propriedade intelectual para o Sistema Pernambucano de Inovação**. Recife, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33896>>. Acesso em 15 out 2024.

BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **“Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201902467”**. Brasília, 2020c. Disponível em <<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/?apenasAbertas=false&exibirColunaPendencias=false&apenasModificadasNosUltimos30Dias=false&colunaOrdenacao=dataPublicacao&direcaoOrdenacao=DESC&tamanhoPagina=15&offset=0&dataPublicacaoInicio=2020-06-23&dataPublicacaoFim=20200623&palavraChave=201902467&fixos=#lista>>. Acesso em 14 out 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.886, de 07 de dezembro de 2021. **Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10886.htm>. Acesso em 14 out 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023. **Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, 2023a. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11493.htm#art7>. Acesso em 14 out 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023. **Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação**. Brasília, 2023b. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11691.htm>. Acesso em 14 out 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). “**Relatório de Diagnóstico para Estratégia Nacional da Propriedade Intelectual**”, 2020a. Disponível em <<https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/assuntos/estrategia-nacional-de-propriedade-intelectual/documentos-base/arquivos/relatoriodiagnostico.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). **Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI)**, Brasília, 2020b. Disponível em <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/525804/1/Estrategia%20Nacional%20de%20Propriedade%20Intelectual.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA, Roney. Propriedade intelectual e desenvolvimento no Brasil. **Rio de Janeiro: Ideia D**, 2019. Disponível em <https://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/PI_e_Inovacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB. **Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado 2023**. Brasília, 2024. Disponível em <https://cdt.unb.br/images/CDT/Arquivos/Relatorio_gestao_CDT/Relatorio_de_Gestao_2023.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB. **Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado 2022**. Brasília, 2023. Disponível em <https://cdt.unb.br/images/Documentos_Institucionais/Relatorio_de_Gestao_CDT_2022.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB. **Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado 2021**. Brasília, 2022. Disponível em <<https://www.cdt.unb.br/images/CEDES/relatorio2021.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB - **Indicadores de PI e TT**. Brasília, 2024b. Disponível em: <<https://www.cdt.unb.br/pt-br/inovacao/indicadores-de-pi-e-tt-2>>. Acesso em 14 out 2024.

DA CRUZ, Cleide Mara Barbosa; DE FARIAS REZENDE, Cristiane Monteiro; DOS SANTOS, Mário Jorge Campos. PROPRIEDADE INTELECTUAL NO ÂMBITO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. **Revista Científica da Ajes**, v. 11, n. 22, 2022. Disponível em <<https://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/510>>. Acesso em 14 out 2024.

DA SILVA, Izabela Souza; DE SOUZA ABUD, Ana Karla; FERNANDES, Maria Goretti. Ensino, Propriedade Intelectual e Inovação: Difusão nos Programas stricto sensu da Universidade Federal de Sergipe. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 25, p. 76-90,

2022. Disponível em <
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7426>>.
 Acesso em 14 out 2024.

FARIA, Adriana Xavier de. O ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação do Brasil: razões e proposições. 2011. **Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI**, Rio de Janeiro. Disponível em <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/arquivo/dissertacoes/FARIAAdrianaXavier2011.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global: o regime internacional da propriedade intelectual da sua formação às regras de comércio atuais**. Editora Record, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BAMBINI, Martha Delphino; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. **Universidades no sistema de inovação brasileiro: a experiência da Unicamp na promoção de uma cultura da propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação**. 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/281559528_UNIVERSIDADES_NO_SISTEMA_DE_INOVACAO_BRASILEIRO_A_EXPERIENCIA_DA_UNICAMP_NA_PROMOCAO_DE_UMA_CULTURA_DE_PROPRIEDADE_INTELLECTUAL_EMPREENDEDORISMO_E_INOVACAO>. Acesso em 14 out 2024.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Relatório Anual de Atividades 2022**: Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. / Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Presidência. Coordenação-Geral de Disseminação para Inovação. Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: INPI, 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/arquivo/arquivo-sobre-a-academia/relatorio-de-atividades-acad-2022.pdf#page=2.00>>. Acesso em 14 out 2024.

MENDES, Liliana Machado; BORHER, Beatriz Amorim. O ensino da propriedade intelectual: mapeando as academias da rede global. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 11, n. 2, p. 399-432, 2012.

MENDES, Liliana Machado. Academias de Propriedade Intelectual: Fundamentos e Elementos Para Um Diagnóstico. **Dissertação de Mestrado** – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/academia/arquivo/arquivos-biblioteca/mendes-liliana-machado-2008.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

OMPI – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Intellectual property and technology transfer**. Genève, Switzerland, 2024. Disponível em: <<https://www.wipo.int/web/technology-transfer>>. Acesso em 14 out 2024.

OMPI – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **O que é Propriedade Intelectual?** Genève, Switzerland, 2021. Disponível em <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf#page=27.09>. Acesso em 14 out 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PROFNIT – Mestrado Profissional. Disponível em: <<https://www.profnit.org.br/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

RAPINI, Márcia Siqueira; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Inovação, ciência, tecnologia e gestão: a UFMG em perspectiva. **População e economia**, 2021. Disponível em <<https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/10/Inovacao-Ciencia-Tecnologia-e-Gestao-A-UFMG-em-Perspectiva.pdf>>. Acesso em 14 out. 2024.

SERGIPTEC - **Sergipe Parque Tecnológico. Histórico**. Sergipe, 2024. Disponível em <<https://sergipetec.org.br/historico-3/>>. Acesso em 14 out 2024.

TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães. **Difusão de Boas Práticas de Proteção e Transferência de Tecnologias no Brasil: a contribuição do Projeto InovaNIT**. Campinas, 2011. Disponível em <<https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Artigo.pdf>>. Acesso em 15 out 2024.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT)**. Belo Horizonte, 2024c. Disponível em <<http://www.ctit.ufmg.br/institucional/>>. Acesso em 14 out 2024.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Linha do Tempo**. Belo Horizonte, 2024a. Disponível em <<https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/linha-do-tempo>>. Acesso em 14 out 2024.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão 2023**. Belo Horizonte, 2024b. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Gestao-2023.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão 2022**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Gestao-2022.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão 2021**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Gestao-2021.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estudantes da UFRGS recebem reconhecimento internacional em Oxford**. Porto Alegre, 2024d.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/estudantes-da-ufrgs-recebem-reconhecimento-internacional-em-oxford>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Porto Alegre, 2024a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Parque Zenit**. Porto Alegre, 2024c. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/zenit/>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Propriedade Intelectual - Guia Prático**. Porto Alegre, 2019. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/sedetec/propriedade-intelectual-guia-pratico/>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2023**. Porto Alegre, 2024d. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/governanca/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-de-Gestao-2023.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2022**. Porto Alegre, 2024e. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/governanca/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-2022.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2021**. Porto Alegre, 2024f. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249439/001150575.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico – SEDETEC**. Porto Alegre, 2024b. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/sedetec/asedetec>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em <<https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Inova UFRJ. O que Fazemos**. Rio de Janeiro, 2024b. Disponível em <<https://inovacao.ufrj.br/sobre/#oquefazemos>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Inova UFRJ. **Relatório de Gestão 2021**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em <<https://inovacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Geral-de-Gesta%CC%83o-Final-200522.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Inova UFRJ. **Relatório de Gestão 2022**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em <<https://inovacao.ufrj.br/wp->>

content/uploads/2023/04/Relato%CC%81rio-de-Gesta%CC%83o-2022-v7.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Inova UFRJ. **Relatório de Gestão 2023**. Rio de Janeiro, 2024e. Disponível em <https://inovacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-de-gestao-2023_compressed.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Parque Tecnológico. Rio de Janeiro, 2024c**. Disponível em <<https://www.parque.ufrj.br/timeline/>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2023**. Rio de Janeiro, 2024d. Disponível em <<https://planejamento.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Gestao-2023-1.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2022**. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em <<https://ufrj.br/wp-content/uploads/2023/06/RG-2022.pdf>>. Acesso em 14 out 2024.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2021**. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em <https://planejamento.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio_de_Gestao_UFRJ_2021_19_Abril_2022_Versao_Final_Curadores_compressed-2.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE). **Quem Somos**. Aracaju, 2024c. Disponível em <<https://cinttec.ufs.br/pagina/2167>>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE). **Relatório de Gestão 2022**. Aracaju, 2023b. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1i0WMJBS_uEa1p5wrd_h_dpJxLQvqqMJb/view>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE). **Relatório de Gestão 2021**. Aracaju, 2022b. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1VIUBOooKEIZ1RDsq_IaZOhTljus61yos/view>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **História**. Aracaju, 2024a. Disponível em <<https://www.ufs.br/pagina/432-hist-ria>>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório de Gestão 2021**. Aracaju, 2022a. Disponível em <https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/18030/RELAT_RIO_DE_GEST_O_UF_S_2021_vsfinalsite.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório de Gestão 2022**. Aracaju, 2023a. Disponível em

<https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/18253/RELAT_RIO_DE_GEST_O_UF_S_2022_vsfinalsite.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório de Gestão 2023**. Aracaju, 2024b. Disponível em <https://oficiais.ufs.br/uploads/page_attach/path/20837/RELATORIO_DE_GEST_O_2023_VF.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UNB - Universidade de Brasília. **História**. Brasília, 2024a. Disponível em: <<https://www.unb.br/a-unb/historia>>. Acesso em 14 out 2024.

UNB - Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2021**. Brasília, 2022a. Disponível em <https://dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gesto_UnB_2021.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UNB - Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília, 2023a. Disponível em <https://dpo.unb.br/images/dpl/2022/RG_UnB_2022_Atualizado_170423.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UNB - Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2023**. Brasília, 2024b. Disponível em <https://www.dpo.unb.br/images/dpl/2024/Relatrio_de_Gesto_UnB_2023.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Apresentação**. São Paulo, 2024a. Disponível em <<https://unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Era Uma Vez**. São Paulo, 2024c. Disponível em <<https://site.unifesp.br/agits/a-agencia/era-uma-vez>>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Guia para a inovação**. São Paulo, 2022a. Disponível em <https://site.unifesp.br/agits/images/Ebooks/Guia_inovacao.pdf>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Parque de Inovação Tecnológica São José dos Campos**. São Paulo, 2022b. Disponível em <<https://pitsjc.org.br/empresas/unifesp-universidade-federal-de-sao-paulo/>>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-graduação Profissional em Inovação Tecnológica**. São Paulo, 2024d. Disponível em <<https://pitsjc.org.br/empresas/unifesp-universidade-federal-de-sao-paulo/>>. Acesso em 14 out 2024.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Relatórios de Gestão 2002 a 2023.** São Paulo, 2024b. Disponível em <<https://www.unifesp.br/reitoria/transparencia/tcu/69-processos-contas-anuais>>. Acesso em 14 out 2024.

VAILATI, Priscila Voigt (Org); TRZECIAK, Dorzeli Salete (Org); CORAL, Eliza (Org). **Estruturação e Gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica: modelo PRFONIT.** Blumenau - SC: Nova Letra, v. 1, 2012. 338p.

APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	FORÇAS: Ambiente propício à inovação: a UnB tem um extenso portfólio de ativos de Propriedade Intelectual (PI) e altas taxas de transferência de tecnologia. Integração com o setor privado: fortes canais de comunicação entre academia e empresas facilitam a colaboração e a troca de conhecimento Variedade de atividades de conscientização: a universidade realiza diversas ações que promovem a cultura de PI e Transferência de Tecnologia (TT).	FRAQUEZAS: Necessidade de métricas claras: a falta de um sistema estruturado de avaliação das ações pode dificultar a mensuração do impacto das iniciativas. Capacitação contínua limitada: a formação em PI e TT pode ainda carecer de programas mais abrangentes e integrados. Dependência de ações voluntárias: muitas iniciativas podem depender da disposição individual de docentes e pesquisadores. Resistência cultural: pode haver resistência por parte de alguns segmentos da academia em adotar práticas relacionadas à PI e TT.
EXTERNA (Ambiente)	OPORTUNIDADES: Políticas públicas: o investimento em pesquisa sobre PI e TT pode resultar em políticas públicas eficazes que beneficiem a universidade e o ecossistema de inovação. Parcerias e intercâmbios: a criação de programas de intercâmbio com outras instituições pode enriquecer a formação e a experiência dos envolvidos. Aumento da conscientização: a crescente importância da PI e TT no cenário nacional pode gerar maior interesse e apoio às iniciativas da UnB. Desenvolvimento de capacitações: implementar treinamentos e eventos para difundir os conhecimentos adquiridos com a pesquisa. Melhor interlocução: facilitar a comunicação entre Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e procuradorias e órgãos de controle da UnB.	AMEAÇAS: Mudanças nas políticas governamentais: alterações nas diretrizes de financiamento ou apoio à pesquisa podem impactar as ações da universidade.

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

Parcerias Chave: 1. Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs): colaboração em projetos e eventos. 2. Empresas do setor público e privado: parcerias para transferência de tecnologia. 3. Outras universidades: intercâmbios e troca de boas práticas.	Atividades Chave: 1. envolvimento de programas de capacitação: Criação de conteúdos e formação. 2. realização de eventos: Organização de seminários, workshops e conferências. 3. pesquisa e análise: Investigação sobre tendências em PI e TT. Recursos Chave: 1. equipe qualificada: professores e especialistas em PI e TT. 2. infraestrutura da UnB: laboratórios, salas de aula e espaço para eventos. 3. rede de contatos: conexões com o setor privado e outras universidades.	Propostas de Valor: 1. promoção da cultura de inovação: disseminação do conhecimento sobre Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT). 2. capacitação da comunidade acadêmica: desenvolvimento de treinamentos, workshops e eventos. 3. integração entre academia e setor produtivo: facilitação de colaborações que resultem em inovação.	Relacionamento: 1. Com unificação contínua: manutenção de canais de diálogo com a comunidade acadêmica e setor produtivo. 2. Feed back ativo: coleta de opiniões e sugestões sobre eventos e capacitações. 3. Programas de acompanhamento: suporte contínuo para os participantes dos treinamentos. Canais: 1. Eventos e workshops: realização de capacitações e seminários. 2. Plataformas digitais: website da UnB, redes sociais, newsletters. 3. Publicações e relatórios: distribuição de materiais informativos sobre PI e TT. 4. Parcerias com NITs e outras universidades: colaboração para eventos conjuntos.	Segmentos de Clientes: 1. acadêmicos e pesquisadores da UnB: alunos de graduação e pós-graduação. 2. professores, docentes e técnicos: especialmente aqueles envolvidos em pesquisa e inovação. 3. setor privado: empresas e startups interessadas em parcerias. 4. órgãos governamentais e de controle: instituições que regulam ou financiam pesquisas.
---	---	--	--	--

Estrutura de Custos:

1. Custos com telefone e internet;
2. Custos com aquisição eventual de livros e periódicos pagos;
3. Custos com revisor de textos;
4. Custos com elaboração de material didático sob diversas formas (cartilhas, mídias, etc.);
5. Custos com ferramentas/software, App destinados às demandas de elaboração de conteúdo, análise de dados, geração de gráficos;
6. Custos com programa para verificar plágio e uso de IA.

Fontes de Receita:

1. Taxas de inscrição para eventos: geração de receita através de capacitações e workshops.
2. Mensalidade de cursos (desde curta duração até a pós-graduação);
2. Parcerias com empresas: financiamento e suporte para projetos de pesquisa.
3. Garantias e financiamentos governamentais: recursos para iniciativas de pesquisa e desenvolvimento.

APÊNDICE C – Artigo Publicado**Panorama sobre o Registro de Desenhos Industriais no Setor de Brinquedos no Brasil no Período de 2012 a 2022**Charlene Cruz¹Anna Caroline Baiao Malaquias¹Patrícia Pereira Peralta¹Paulo Gustavo Barboni Dantas Nascimento¹¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil**Resumo**

Este artigo apresenta um panorama da proteção de desenhos industriais no setor de brinquedos no Brasil, entre 2012 e 2022. Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, fundamentada em uma análise prospectiva, utilizando-se as bases de dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Entre os principais resultados, destaca-se a diminuição da procura pela proteção de desenhos industriais de brinquedos no Brasil, a despeito do crescimento econômico do setor no mesmo período. Constatou-se, também, que no Brasil a busca pela proteção é feita majoritariamente por residentes brasileiros e que a participação das micro, pequenas e médias empresas é baixa em comparação às médias e grandes empresas. Tais resultados evidenciam a necessidade de fomento às políticas de capacitação e de difusão da propriedade intelectual.

Palavras-chave: Desenho Industrial; Brinquedos; Panorama.

Overview of the Registration of Industrial Designs in the Toy Sector in Brazil in the Period From 2012 to 2022**Abstract**

This article presents an overview of the protection of industrial designs in the toy sector in Brazil, between 2012 and 2022. Regarding the methodology, the research is characterized as exploratory and qualitative, based on a prospective analysis, using the databases of the National Institute of Industrial Property and the World Intellectual Property Organization. Among the main results, the decrease in demand for the protection of industrial toy designs in Brazil stands out, despite the economic growth of the sector in the same period. It was also found that, in Brazil, the search for protection is mainly carried out by Brazilian residents and that the participation of micro, small and medium-sized companies is low compared to medium and large companies. Such results highlight the need to promote policies for training and disseminating intellectual property.

Keywords: Industrial design; Toys; Panorama.

Áreas Tecnológicas: Propriedade Industrial. Desenho Industrial.

1 Introdução

A proteção de desenhos industriais é um aspecto fundamental para a inovação e competitividade no setor de brinquedos, um dos segmentos mais vibrantes e desafiadores da indústria brasileira. Entre 2012 e 2022, o cenário de proteção de desenhos industriais nesse setor evoluiu de forma significativa, refletindo as mudanças nas demandas do mercado e as crescentes exigências de proteção intelectual. Este artigo examina como as empresas do setor de brinquedos têm utilizado o registro de desenhos industriais para salvaguardar suas criações, impulsionar a inovação e enfrentar os desafios associados à concorrência e à pirataria. Através de uma análise crítica das práticas de proteção, das tendências regulatórias e das estratégias adotadas pelas empresas, buscamos oferecer uma visão abrangente sobre como a legislação e as políticas de propriedade intelectual têm moldado o ambiente competitivo para o setor de brinquedos no Brasil durante a última década.

1.1 Proteção Jurídica dos Desenhos Industriais

A história da proteção jurídica dos desenhos industriais possui relação direta com o fortalecimento da indústria têxtil no século XVIII, especialmente a fabricação de tecidos de seda em Lyon, na França, e de tecidos de lã na Inglaterra. As Prescrições de Regulamento do direito francês, promulgadas a partir de 1711, e os Atos de Calicô do direito inglês, vigentes a partir de 1720, são considerados por muitos especialistas como as primeiras leis que puniam as oficinas que copiassem, sem autorização, os tecidos que recebiam para costura (Houssaye, 2020a).

A proteção dos desenhos industriais, inicialmente, possuía alcance local. Contudo, por serem os bens de propriedade industrial essencialmente intangíveis, fáceis de serem multiplicados e difíceis de serem localizados pelos meios costumeiros, tornou-se necessário regular a proteção desses direitos em situações jurídicas que ultrapassaram as fronteiras entre os países (Castelli, 2006). Diante desse contexto, em 1883, foi assinado o primeiro acordo internacional sobre propriedade intelectual, a Convenção da União de Paris (CUP), que tentou harmonizar internacionalmente os diferentes sistemas jurídicos nacionais de propriedade industrial existentes e estabeleceu princípios que norteiam até os dias de hoje os Direitos de Propriedade Industrial, como o tratamento nacional, a prioridade unionista, a independência dos direitos e a territorialidade (Peixoto; Buainain, 2021).

Mais de um século depois, em 1994, foi firmado o “Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)”, tratado internacional que trouxe medidas de fiscalização e de procedimentos a serem adotados nos casos de inobservância, desrespeito e descumprimento dos direitos de propriedade industrial. A CUP não contemplava previsões legais para esses casos (Castelli, 2006).

A proteção aos desenhos e aos modelos industriais foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 24.507/1934 e, atualmente, a matéria está regulamentada pela Lei n. 9.279/1996 – Lei da Propriedade Industrial (LPI), que conceitua como desenho industrial “[...] a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial” (Brasil, 1996, art. 95).

Os desenhos industriais registrados são protegidos pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data do depósito, e esse prazo pode ser prorrogado por três períodos sucessivos de cinco anos cada. Portanto, o prazo total de proteção de um desenho industrial pode chegar a 25 anos, nos termos em que dispõe o artigo 108 da LPI.

Uma especificidade do sistema de proteção dos desenhos industriais adotada pelo Brasil consiste na não realização de exame de mérito para concessão do registro, limitando-se a verificar critérios de ordem formal. Assim, apesar de a novidade e a originalidade constituírem requisitos legais de proteção, a concessão do registro não depende de suas aferições. É o que estabelece a LPI: “Depositado o pedido de registro de desenho industrial e observado o disposto nos arts. 100, 101 e 104, será automaticamente publicado e simultaneamente concedido o registro, expedindo-se o respectivo certificado” (Brasil, 1996, art. 106).

1.20 Setor de Brinquedos e a Proteção por Desenho Industrial

O livro *Uma História da Propriedade Intelectual em 50 Objetos* (Den Kamp; Hunter, 2019) traz a história de duas importantes indústrias de brinquedos que se mantiveram como referência no mercado mundial durante mais de seis décadas e a forma com que utilizaram o sistema de propriedade intelectual como estratégia de valorização no mercado. Trata-se dos tradicionais blocos de construção da dinamarquesa Lego, vendidos no mercado desde 1947, e da icônica boneca Barbie, lançada pela americana Mattel Company em 1959.

Segundo Hunter e Thomas (2019, p. 257), os blocos de montar da Lego, muito mais do que “[...] peças de polímero, coloridas, moldadas e tratadas termicamente [...]”, são a base de um sistema de controle e de propriedade baseado em leis globais de propriedade intelectual. Inicialmente, a empresa protegeu seus brinquedos por meio de patentes depositadas em diversos países e, após a expiração dos prazos de proteção das patentes, passou a investir no registro de marcas para proteção de seus brinquedos.

A história da propriedade intelectual da boneca Barbie, para Hunter e Lastowka (2019), é uma história de como a propriedade intelectual funciona na realidade; é uma lição de como direitos autorais, marcas registradas e patentes podem ser usados pelas empresas para manter o desejo dos consumidores; é a história de uma boneca de 1959 que hoje é muito mais do que uma boneca.

No Brasil, o setor de brinquedos tem apresentado expressivo crescimento nos últimos anos e conquistado importância também no cenário econômico nacional. É o que se verifica no relatório Estatísticas Brinquedos 2023, da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ, 2023), segundo o qual, nos últimos dez anos, o faturamento nacional do setor de brinquedos apresentou crescimento progressivo. O relatório aponta que o setor foi responsável pela geração de 37.650 empregos no Brasil no ano de 2022 e, no ano de 2021, o Brasil foi responsável por 7% das vendas de brinquedos no mercado mundial.

No que se refere à proteção da propriedade intelectual de brinquedos no Brasil, é relevante citar um estudo divulgado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2021c), que revelou que o setor de jogos e brinquedos é um dos mais intensivos na economia brasileira referente à proteção dos desenhos industriais. O estudo teve como objetivo dimensionar o espaço ocupado pelos setores intensivos em Propriedade Intelectual (PI) na economia brasileira entre 2008 e 2016, considerando fatores como empregos diretos, valor adicionado bruto, salários e outras remunerações, exportações e importações. Como resultado, no âmbito dos desenhos industriais, o setor de fabricação de brinquedos e jogos recreativos (código CNAE 32.40-0) ocupou a segunda posição.

Inobstante a apontada relevância do setor de brinquedos para a economia e para o sistema de propriedade intelectual do Brasil, não foram identificados estudos específicos sobre a proteção da propriedade intelectual de brinquedos no país.

Portanto, considerando-se que (i) a proteção eficiente da propriedade intelectual de brinquedos tem se mostrado como excelente estratégia mercadológica; (ii) o setor de brinquedos no Brasil é considerado intensivo em propriedade industrial pelo INPI; (iii) o faturamento do setor de brinquedos no Brasil apresentou crescimento progressivo nos últimos anos; e (iv) há escassez bibliográfica acerca da relação entre desenhos industriais e brinquedos no Brasil, propõe-se a realização do presente estudo com o objetivo de apresentar um panorama da proteção de desenhos industriais no setor de brinquedos no Brasil entre 2012 e 2022.

2 Metodologia

A pesquisa configura-se como exploratória e qualitativa, com o propósito de traçar um panorama do uso da proteção do desenho industrial pelo setor de brinquedos, fundamentada numa análise prospectiva.

Os dados analisados foram obtidos por meio de uma pesquisa no banco de dados do INPI, por meio do *link* <https://busca.inpi.gov.br/pePI>, dos pedidos de desenhos industriais depositados de 1º/01/2012 a 31/12/2022. A modalidade de busca utilizada foi a pesquisa avançada, filtrando-se os resultados pela aplicação da Classificação de Locarno.

A Classificação de Locarno, estabelecida pelo Acordo de Locarno (1968), é um sistema de classificação internacional utilizado para desenhos e modelos industriais, administrado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O Brasil não é signatário desse Acordo, mas utiliza a classificação para fins de registro de Desenho Industrial. A classificação de Locarno é composta de 32 classes, sendo que a classe 21 é utilizada para enquadrar jogos e brinquedos.

Paralelamente à busca realizada junto ao INPI, foi realizada outra pesquisa na base de dados global de registros de desenhos industriais da OMPI (disponível em <https://www3.wipo.int/designdb/en/index.jsp>), utilizando-se os mesmos parâmetros e procedimentos. O objetivo é apresentar um quadro da evolução do número de registros de proteção internacional do setor de brinquedos e comparar as informações com aquelas obtidas em nível nacional.

Os resultados apontados nas pesquisas foram tabulados com o propósito de: a) identificar a evolução da quantidade de depósitos de pedidos de registros de desenhos industriais no setor de brinquedos no período compreendido entre

1º/01/2012 e 31/12/2022; b) comparar o índice de crescimento nacional com o mundial; c) mapear a origem dos depositantes; d) apontar os principais depositantes do setor de brinquedos no Brasil; e) distinguir a qualificação jurídica dos depositantes residentes no país; e f) analisar o percentual de arquivamentos e indeferimentos de pedidos de registro.

Quadro 1 – Estratégia de busca

Estratégia de Busca	
Base de dados:	INPI – Registros de Desenhos Industriais
Tipo de pesquisa:	Avançada
Período de tempo:	1º/01/2012 a 31/12/2022
Classificação de Locarno:	21-01
Número Total de Registros Encontrados:	1.729

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo

Ressalta-se que os dados levantados são relativos aos depósitos de desenhos industriais no Brasil. Como um desenho industrial pode ter múltiplos requerentes e múltiplos autores, este estudo considerou apenas os dados do primeiro requerente para determinar a origem do depósito e a qualificação jurídica do depositante.

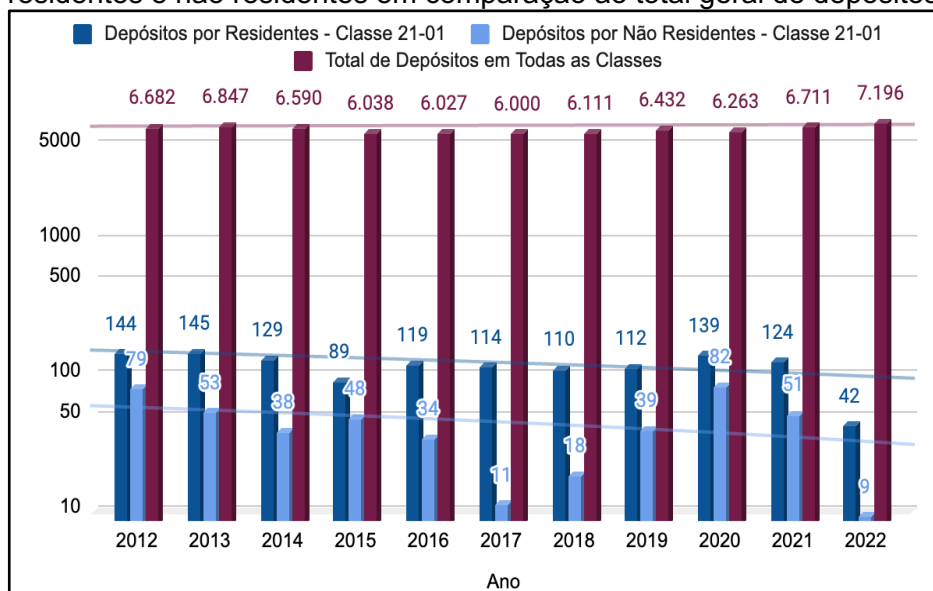
3 Resultados e Discussão

A partir dos critérios de busca adotados, foram encontrados 1.729 depósitos de desenho industrial no INPI, para o setor de brinquedos, no período de 1º/01/2012 a 31/12/2022. Os dados obtidos mostram que houve uma significativa tendência de redução durante esse período. O total passou de 223 em 2012 para 51 em 2022, o que representa uma diminuição de 77%. Esse indicador parece revelar o desinteresse do uso da proteção do desenho industrial no Brasil, fato que não é exclusivo ao setor de brinquedos, mas se espalha por outros segmentos que possuem produção de destaque. Historicamente, o setor que melhor uso faz do registro de desenhos industriais no Brasil é o calçadista, revelando uma dinâmica concorrencial baseada na diferenciação.

O Gráfico 1 compara a evolução no número de depósitos realizados junto ao INPI para o setor de brinquedos com o total geral para as 32 classes de Locarno. Diferentemente do comportamento apresentado pelo setor de brinquedos (classe 20-01 de Locarno), o total geral de depósitos manteve-se praticamente estável durante todo o período. O gráfico indica ainda a prevalência de depósitos realizados por residentes em comparação aos não residentes para o setor de brinquedos durante

tudo o período da pesquisa, o que dá indícios de maturidade da indústria de brinquedos no Brasil. Tal fato não destoa do panorama geral do depósito de desenho industrial, pelo menos, nas duas últimas décadas. Em uma comparação sem maior profundidade, encontra-se um destacado aumento no número de requisições de marca, em especial, por nacionais. Contudo, no caso do desenho, o número máximo de depósitos tem se mantido entre 6.000 e 7.000, com predominância ainda de residentes, apesar do crescimento da participação de não residentes, como apontam os dados estatísticos disponibilizados pelo INPI. Ou seja, o setor de brinquedos apenas segue a tendência dos demais setores.

Gráfico 1 – Depósitos de desenho industrial junto ao INPI para o setor de brinquedos por residentes e não residentes em comparação ao total geral de depósitos: 2012 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados do INPI

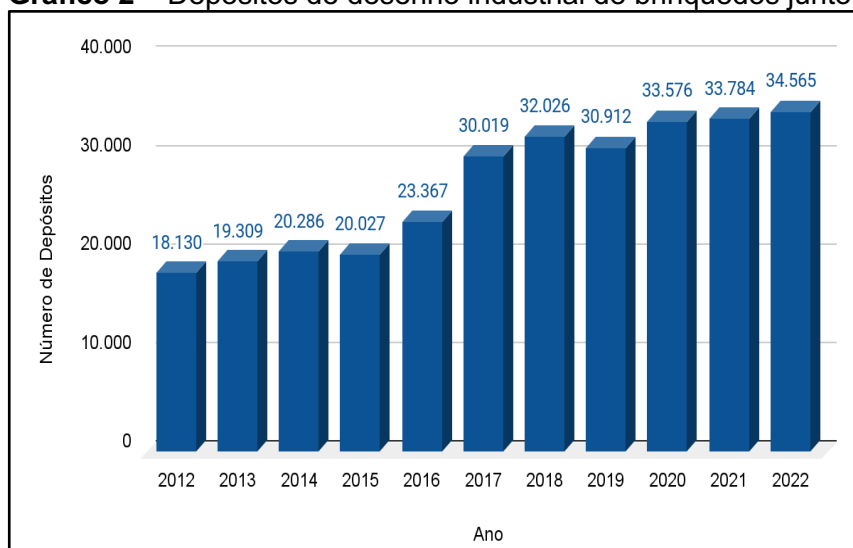
Com o propósito de verificar se a queda no número de depósitos para o setor de brinquedos constitui-se um comportamento específico do Brasil ou uma tendência mundial, foram realizadas buscas junto ao banco de dados da OMPI. Os resultados sugerem que, entre 2012 e 2022, houve um crescimento de aproximadamente 91% no número de depósitos junto à OMPI para o setor de brinquedos, o que diverge totalmente do cenário brasileiro. Conforme se verifica no Gráfico 2, o número de depósitos foi de 18.130 em 2012 para 34.565 em 2022.

Quanto a essa perspectiva internacional, é importante observar que as diferenças conceituais e a forma adotada para a proteção dos desenhos industriais

entre os países podem influenciar o resultado obtido. É o que esclarece a OMPI (2021b):

Diferentes jurisdições proporcionam diferentes meios de proteção para os desenhos industriais (definidos em termos legais como os aspectos ornamentais dos artigos). Em alguns países, como a China e os Estados Unidos, os pedidos são examinados e registrados como patentes de desenhos. Outros países oferecem proteção de desenho industrial através de procedimentos de depósito ou registro sujeitos a uma verificação de formalidade.

Gráfico 2 – Depósitos de desenho industrial de brinquedos junto à OMPI: 2012 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados da OMPI

O assunto também foi analisado sob o enfoque do desenvolvimento econômico do setor de brinquedos diante da possibilidade de a diminuição da procura pela proteção de desenhos industriais de brinquedos no Brasil ser um reflexo do desempenho econômico do setor durante o período analisado.

Conforme mencionado na introdução e demonstrado no Gráfico 3, a seguir, um estudo realizado pela ABRINQ (2023) aponta que, nos últimos dez anos, o faturamento total do setor de brinquedos no Brasil apresentou crescimento progressivo, passando de R\$ 3.875.200,00 em 2012 para R\$ 8.358.300,00 em 2022. Embora tenham ocorrido variações significativas entre os índices de exportação e importação de 2019 a 2022, o cenário mostra-se favorável ao mercado no Brasil, visto que o faturamento nacional apresentou crescimento significativo mesmo durante a pandemia de Covid-19.

Outro dado importante a ser considerado é o investimento realizado pelo setor em inovação durante o período em estudo. De acordo com dados disponíveis no Portal

da Indústria, em 2012, foram aplicados R\$ 777,41 milhões em inovação e em investimentos, sendo que esse total foi de R\$ 1,3 bilhão em 2018 e de R\$ 898,99 milhões em 2022. Desse modo, verifica-se um aumento de 67% no total gasto em inovação e investimentos para o setor que abarca a fabricação de brinquedos no Brasil entre 2012 e 2022.

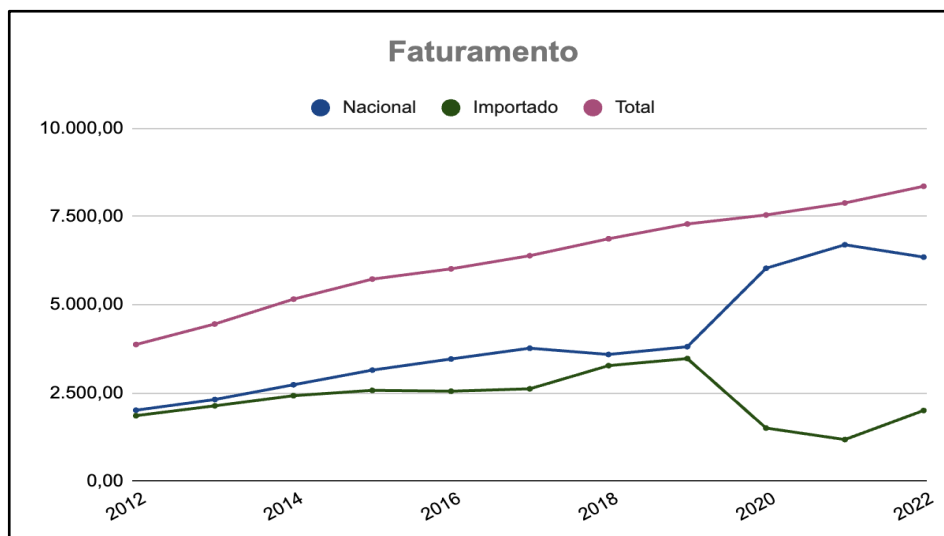
Os dados sugerem, portanto, que a proteção da propriedade intelectual de brinquedos por meio do desenho industrial não tem acompanhado o crescimento econômico do setor e que o aumento de investimentos no setor não culminou no aumento da procura pela proteção por desenhos industriais de brinquedos no Brasil.

Para se compreender esse fenômeno, pode-se recorrer à análise de Peralta e Houssaye (2019, p. 341), para as autoras, a estagnação da procura da proteção de Desenhos Industriais no Brasil “[...] revela um conhecimento parcial ou insuficiente por parte do mercado brasileiro sobre os aspectos de diferenciação pela forma e proteção desta [...]”. Outra justificativa é trazida por Basso (2014), que argumenta que, no Brasil, não se dá a devida atenção à proteção legal do desenho industrial.

Há, também, outras hipóteses que podem ser aventadas. O registro de desenhos industriais incide sobre os aspectos ornamentais ou estéticos das formas. Pode ser que o investimento em P&D do setor esteja voltado para o uso de novos materiais, automação e maquinários, promovendo brinquedos mais seguros e produzidos em larga escala, mas que não necessariamente tem na diferenciação ornamental o seu ponto de destaque, o que ensejaria o uso da proteção do registro de desenho industrial.

Cabe apontar mais um fator que pode estar sendo decisivo para o baixo uso da proteção do desenho industrial no Brasil. Muitas empresas nacionais seguem tendências do mercado internacional. Isso pode significar *designs* que sejam incapazes de atender ao requisito da originalidade e, com isso, não estarem aptos a reivindicar a proteção do registro de desenhos industriais. Todas essas hipóteses servem como norteadoras de futuras pesquisas, devendo ser desenvolvidas por metodologias que fogem ao escopo deste trabalho.

Gráfico 3 – Faturamento do setor de brinquedos: 2012 a 2022



Fonte: Adaptado de ABRINQ (2023)

Analizados os dados relacionados ao quantitativo de depósitos de desenho industrial, passou-se a explorar o perfil dos depositantes do setor. O Gráfico 4 evidencia que os depósitos de residentes no Brasil concentram 1.267 depósitos, o que equivale a 73% do total de depositantes do setor em apreço. Os depósitos provenientes dos Estados Unidos aparecem em segundo lugar, com 87 depósitos, seguidos pela Dinamarca, com 84 depósitos. É importante observar que os pedidos de não residentes estão concentrados em poucas empresas multinacionais do setor de brinquedos. A título de exemplo, é possível citar que: a) os 84 depósitos dinamarqueses pertencem à empresa Lego; b) 74 dos 75 depósitos japoneses pertencem à Honda Motors, que fabrica miniaturas dos seus modelos de motocicletas; e c) 56 dos 81 depósitos alemães são referentes a miniaturas de veículos das empresas BMW, Porsche, Audi e Volkswagen.

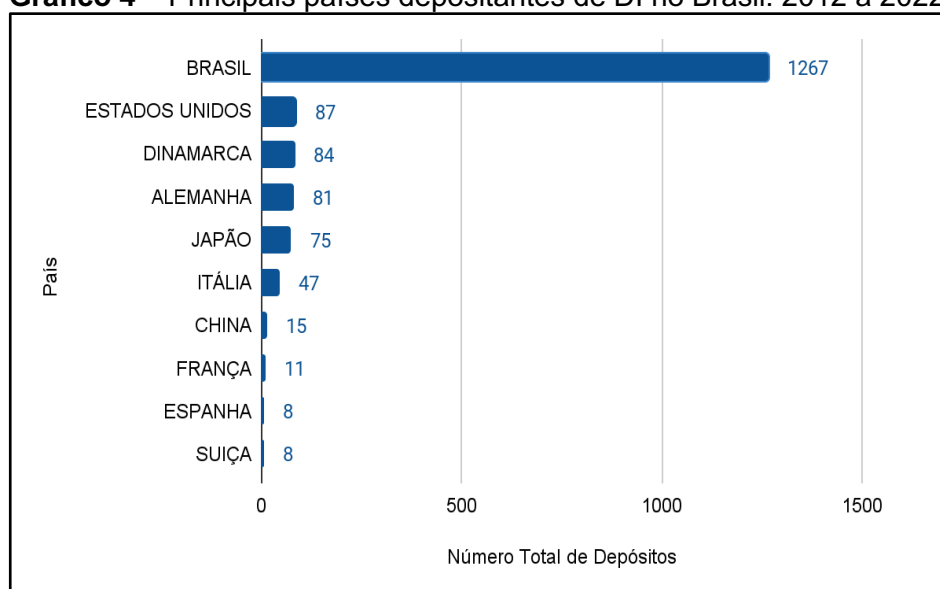
Os dados aqui trazidos são esclarecedores de muitas estratégias das empresas multinacionais e mesmo do comportamento do empresariado brasileiro. A proteção ao desenho é conferida no país em que o registro é requerido. O fato de empresas brasileiras depositarem mais que as estrangeiras não necessariamente significa investimento em *design*. O registro pode estar sendo usado mais como barreira de entrada de empresas estrangeiras do que como elemento de proteção da diferenciação.

No caso da empresa dinamarquesa Lego, as disputas históricas em torno da proteção dos blocos de encaixe na União Europeia são relatadas em diversos textos que fogem ao escopo deste trabalho. Há tentativas consistentes da Lego manter a

propriedade intelectual sobre seus blocos de montar, inclusive fazendo uso da proteção conferida pela marca tridimensional, o que nem sempre tem se obtido. Todavia, reforça a importância estratégica da propriedade intelectual para a citada empresa.

Por fim, no caso da empresa Honda Motors, há um uso constante por parte de terceiros não licenciados na fabricação de brinquedos utilizando os *designs* das motos. Novamente, o posicionamento da Honda Motors é estratégico na defesa de seus *designs* que promovem diferenciação a conquistar clientelas fidedignas. Como há certa doutrina que defende que a proteção recai apenas para a forma vinculada à classificação de Locarno, solicitar a proteção em classes que possam ser objetos por terceiros concorrentes acaba por ser uma estratégia. De qualquer forma, faz-se importante destacar que a proteção aos desenhos industriais no Brasil não se limita a um setor específico nem está restrita pelo princípio da especialidade, aplicável apenas às marcas.. A proteção aos automóveis acaba por ser um óbice à proteção dos brinquedos que solicitarem o mesmo *design*, apesar de serem classes de Locarno bem distintas.

Gráfico 4 – Principais países depositantes de DI no Brasil: 2012 a 2022



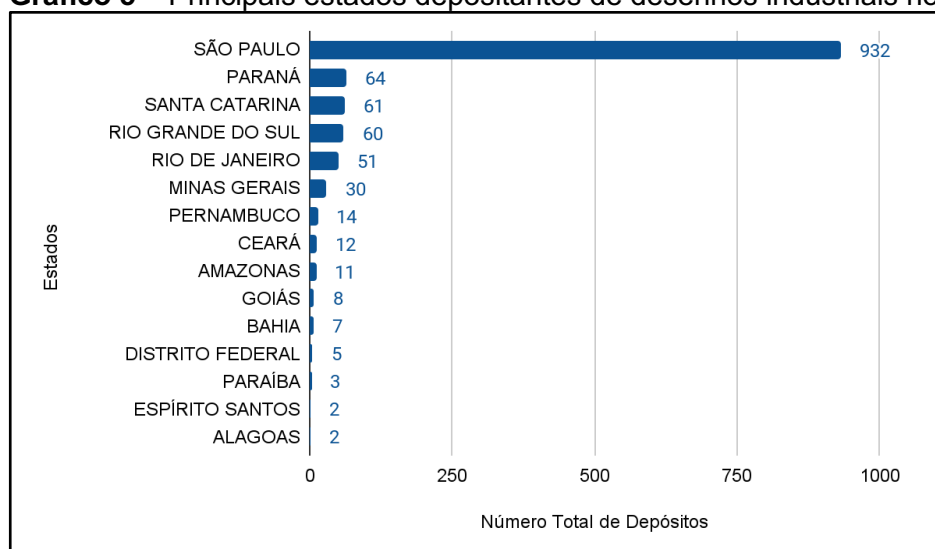
Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados do INPI

O Gráfico 5 traz a distribuição, por estado da federação, dos pedidos de desenho industrial de brinquedos junto ao INPI feitos pelos residentes brasileiros entre 2012 e 2022. Observa-se que, das 27 Unidades Federativas, sete não apresentaram sequer um depósito e outras cinco apresentaram apenas um único pedido. Os estados

da Região Sudeste realizaram 94% do total de depósitos, sendo que o estado de São Paulo responde sozinho por 74% dos pedidos, com 932 depósitos. Segundo estatísticas divulgadas no Painel de Dados de Registro de Empresas, disponível no portal Gov.br, existem atualmente 3.057 empresas ativas cadastradas no código CNAE 32.40-0 (Fabricação de Brinquedos e Jogos Recreativos). Desse total, 1.184 estão localizadas no estado de São Paulo, o que justifica a concentração do número de depósitos no estado.

Tais dados evidenciam a necessidade da implementação de políticas de fomento à difusão da propriedade intelectual entre as regiões consideradas menos desenvolvidas do país.

Gráfico 5 – Principais estados depositantes de desenhos industriais no Brasil: 2012 a 2022



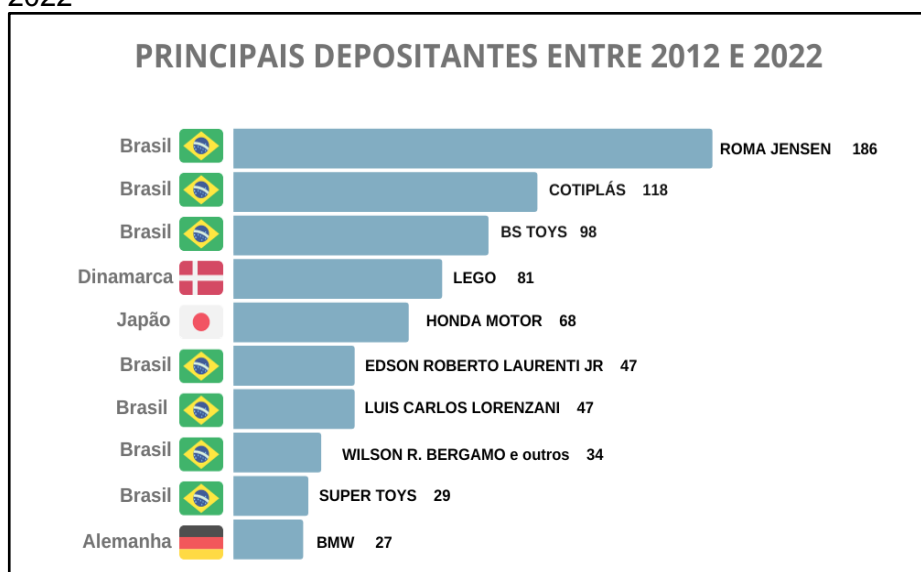
Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados do INPI

A relação dos depositantes que apresentaram o maior número de depósitos de desenhos industriais de brinquedos junto ao INPI, entre 2012 e 2022, está representada no Gráfico 6. É possível verificar que, entre os 10 maiores depositantes, três são empresas estrangeiras: a) a dinamarquesa Lego, que ocupou o 3º lugar, com 81 pedidos depositados; b) a japonesa Honda Motors, que aparece em 4º lugar, com 68 pedidos depositados; e c) a alemã BMW, em 10º lugar, com 27 pedidos depositados. As outras seis posições foram ocupadas por depositantes residentes no Brasil, sendo que quatro deles são pessoas jurídicas e três são pessoas físicas.

Tais dados, mais uma vez, reforçam as informações trazidas anteriormente. A Lego vem usando com maestria o sistema de propriedade intelectual, conjugando com

tudo que for possível fazê-lo (patentes, desenhos industriais e marcas), em uma tentativa de manter os blocos de montagem como sua propriedade e evitar a entrada no mercado de competidores. O setor automobilístico, por conta de diversas reviravoltas econômicas, conforme pode ser visto em Lence Reija (1997) passou a utilizar a proteção ao desenho industrial de forma aguerrida e eficaz em todo o mundo, o que explica o segundo e terceiro lugares pertencentes a duas grandes montadoras do cenário global, como são a Honda Motors e a BMW. Por seu turno, o equilíbrio entre pessoas físicas e jurídicas no Brasil indica um comportamento cultural local, no qual as empresas, as que se entendem como as que mais deveriam usar o sistema de propriedade industrial, apresentam, quase sem exceções, uma postura parcimoniosa.

Gráfico 6 – *Ranking dos 10 principais depositantes de DI no setor de brinquedos: 2012 a 2022*



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo, a partir da base de dados do INPI

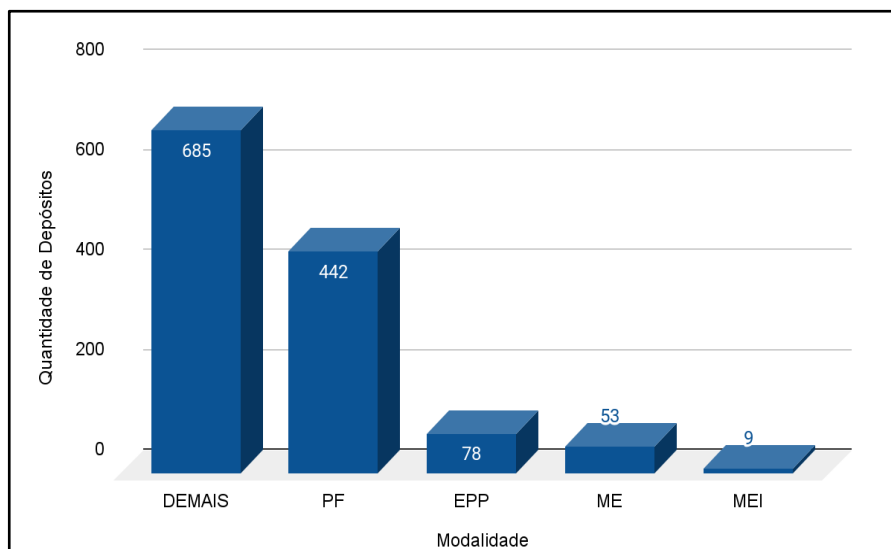
A classificação dos depósitos realizados por residentes no Brasil, conforme a mostra a qualificação jurídica do depositante, está contida no Gráfico 7. Os depositantes foram divididos entre pessoas físicas e jurídicas, subcategorizadas de acordo com o porte em: a) Microempreendedor Individual – MEI; b) Empresas de Pequeno Porte – EPP; c) Microempresa – ME; e d) demais (empresas de médio e grande porte). Observa-se que as empresas de médio e grande porte aparecem em primeiro lugar, com 685 depósitos, seguidas pelas pessoas físicas, com 442 depósitos realizados. Em uma quantidade menos expressiva aparecem as EPPs, as MEs e os

MEIs, com 78, 53 e nove depósitos realizados no período, respectivamente. Ou seja, apenas 11% dos depósitos de residentes foram realizados por Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

Um estudo do Escritório Europeu de Propriedade Intelectual, disponibilizado no *site* da OMPI (2021a), revela que esse cenário também é comum nos países mais desenvolvidos. Os resultados demonstraram que as pequenas e médias empresas titulares de pelo menos um direito de propriedade industrial têm 21% mais chances de passar por um período de crescimento e que menos de 9% das pequenas e médias empresas analisadas detinham pelo menos um registro dos três principais direitos de propriedade industrial (patente, marca e desenho industrial), enquanto este percentual é de 60% para as grandes empresas.

Um fato interessante que também ocorre no Brasil e que pode indicar o alto número de pessoas físicas, ocupando a segunda posição, é que muitos *designers*, em especial do setor de mobiliário, apesar de terem empresas, buscam representar os seus *designs* em seus nomes. Paulo Bacchi e Jader Almeida são exemplos desse comportamento como pode ser aferido em uma rápida visita às estatísticas disponibilizadas no *site* do INPI. Esse fato, na opinião deste trabalho, pode indicar o receio de questionamentos e futuros rompimentos com as empresas. Requerer o *design* dos mobiliários como de sua autoria permite aos seus *designers* continuarem com suas propriedades apesar de não mais permanecerem nas empresas em que originalmente estão vinculados. Isso não é um comportamento exclusivo desse setor, mas acontece em outros, como o de entretenimento quando se trata das bancas de música e da proteção de seus nomes artísticos.

Gráfico 7 – Qualificação Jurídica do Depositante – Desenho Industrial – Brinquedos: 2012 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados do INPI

Superada a análise do perfil dos depositantes, é importante identificar os índices de sucesso nos pedidos de registro, ou seja, o percentual de depósitos que resultam de fato na concessão do título de propriedade industrial. Em muitos casos, é possível que haja o interesse em proteger o desenho industrial, contudo, os depositantes podem não ter o conhecimento necessário sobre o processo de registro e o respectivo acompanhamento, o que acaba inviabilizando a concessão do registro. De um lado, a ausência de procuração, a falta de pagamento da taxa de retribuição e a apresentação inadequada das figuras, por exemplo, podem levar ao arquivamento do pedido de registro. De outro, o depósito de desenhos industriais considerados irregistráveis, em consonância com o contido no artigo 100 da Lei de Propriedade Industrial, já comentado, culmina no indeferimento do pedido para o qual cabe recurso.

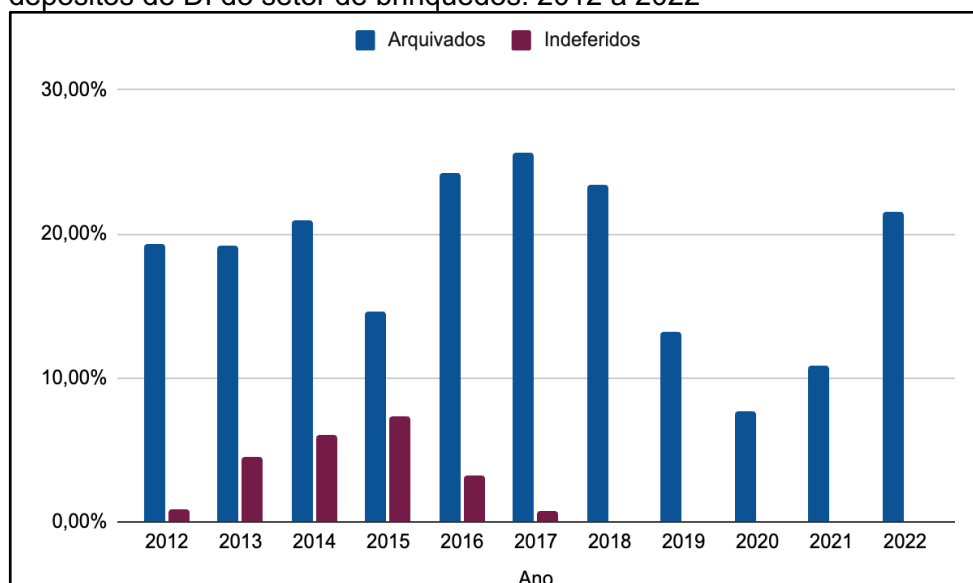
O Gráfico 8 apresenta o percentual de processos que foram arquivados e indeferidos em relação ao número total de depósitos. A média de pedidos arquivados entre 2012 e 2022 foi de 18% do total de depósitos, contudo, não é possível identificar se os arquivamentos ocorreram por desistência do processo, por desconhecimento do procedimento aplicado ou pelo esquecimento e pela consequente perda do prazo. Entre os resultados apontados para o indeferimento de pedidos, observa-se que o percentual foi sempre inferior a 8%, sendo que não houve registro de indeferimento para os depósitos realizados entre 2018 e 2022.

Cabe informar que a não continuidade no processo de requisição de títulos de propriedade industrial não afeta apenas o registro de desenhos industriais. Há um alto

índice de processos arquivados, por exemplo, em marcas. Muitos caem em exigências não respondidas, outros são deferidos e nunca têm as taxas de concessão e decênio recolhidas. Isso pode indicar a imaturidade do conhecimento do sistema por parte de seus usuários. Pensa-se que basta depositar. Esquece-se que se trata de uma propriedade do depositante para a qual ele deve zelar, assim como o faz em relação a outras propriedades (móveis e imóveis) em seu nome. Há que se fazer políticas institucionais e públicas para alterar essa impressão, além de esclarecer acerca da importância de não só obter, mas de zelar pelo título de propriedade adquirido.

No caso do desenho, há algumas dificuldades relacionadas à forma de apresentação do pedido. Nem todos têm uma clara compreensão de como devem apresentar as vistas ortogonais e a perspectiva, que acabam por requerer algum conhecimento técnico. Apesar de existirem *softwares* que fazem tais vistas com primazia, há que se ter também um conhecimento para a operacionalização de tais programas. Isso pode dificultar ainda mais o uso do sistema, que não chega a ser tão complexo. As taxas cobradas também são relativamente baixas, sendo acessíveis. Há uma cultura nos *designers* nacionais de pensar que o direito autoral os atende, tendo este a indispensabilidade da requisição de um registro para a proteção. Contudo, crê-se neste trabalho ser a proteção do direito de autor, que protege apenas contra a cópia e não a criação independente, muito frágil diante daquela proporcionada pela propriedade industrial, em especial, pelo desenho industrial.

Gráfico 8 – Percentual de processos arquivados e indeferidos – em relação ao total de depósitos de DI do setor de brinquedos: 2012 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo a partir da base de dados do INPI

Por fim, outro fato interessante observado está relacionado à realização do exame de mérito dos pedidos. Conforme mencionado na introdução, o Brasil adotou o sistema de concessão quase automática dos certificados de registro dos desenhos industriais, sendo que o exame de mérito, no qual se aferem a novidade e a originalidade, só é realizado se houver requerimento expresso do titular. Entre os 1.729 depósitos em estudo, em apenas 13 foi solicitado o exame de mérito, que atestou a novidade e a originalidade em todos eles. Apenas um deles foi requerido por não residente e os outros 12 por residentes, o que representa 0,75% do total de casos em que os registros foram concedidos e que seria possível solicitar o exame de mérito.

Tais dados também não permitem identificar se a não solicitação do exame de mérito pelo titular decorre de estratégia empresarial ou de desconhecimento do sistema de proteção dos desenhos industriais, o que somente seria possível analisar por meio da realização de uma pesquisa qualitativa.

4 Considerações Finais

Os resultados apresentados e discutidos revelam que, embora o faturamento e os investimentos em inovação no setor de brinquedos no Brasil tenham apresentado considerável crescimento de 2012 a 2022, a procura pela proteção de desenhos industriais de brinquedos no Brasil caminhou no sentido inverso. A diminuição significativa do depósito de desenhos industriais durante esse período corrobora o argumento de Basso (2014) de que, no Brasil, no processo competitivo das empresas, ainda não se dá a devida atenção à proteção legal do desenho industrial.

Não foi possível avaliar se a diminuição da procura pela proteção de *designs* de brinquedos por desenho industrial possui relação com eventual preferência pela utilização de outras modalidades de proteção, como modelos de utilidade, direitos autorais e marcas tridimensionais. Então, seria necessária a realização de pesquisas complementares para a confirmação dessa hipótese, tanto por meio do levantamento de dados de registros de propriedade intelectual no INPI, quanto pela aplicação de questionários junto aos atores envolvidos no setor.

Contudo, embora seja pertinente e relevante a realização dos estudos complementares apontados, entende-se que a metodologia aplicada no presente

estudo permitiu atingir o objetivo proposto, de apresentar um panorama da proteção de desenhos industriais no setor de brinquedos no Brasil entre 2012 e 2022.

Constata-se que há uma prevalência de depósitos realizados por residentes, visto que sete entre os dez maiores depositantes são residentes. Uma conclusão possível é que a indústria de brinquedos brasileira apresenta relevante nível de maturidade, porém, para isso ser confirmado, depende da análise do comportamento do setor relativamente às demais modalidades de propriedade intelectual, bem como do número de depósitos efetuados por residentes brasileiros em outros países.

Os resultados permitem ainda concluir que 94% dos depósitos de residentes são provenientes dos estados das Regiões Sul e Sudeste do país; a taxa de depósitos realizados por MPMEs do setor de brinquedos é inferior a 11% do total de depósitos de residentes; em média, 18% dos depósitos são arquivados por falta de cumprimento de exigência; e menos de 1% dos depositantes que tiveram o registro concedido optou por solicitar o exame de mérito. Tais dados alertam para a premente necessidade de fortalecimento das políticas nacionais de capacitação e difusão da cultura da propriedade industrial, especialmente entre as regiões menos desenvolvidas do país e entre as MPMEs, com o intuito de possibilitar a utilização do sistema de propriedade industrial como estratégia de desenvolvimento regional e um diferencial competitivo entre as empresas.

5 Perspectivas Futuras

Espera-se que os dados obtidos possam subsidiar pesquisas futuras relacionadas à proteção da propriedade industrial de brinquedos e que, nos próximos anos, seja intensificado o diálogo entre o setor público e os atores envolvidos no setor de produção de brinquedos, com o intuito de aprimorar o conhecimento sobre o sistema de propriedade intelectual e traçar estratégias nacionais de capacitação e conscientização sobre a relevância do registro de desenho industrial, além de buscar compreender melhor o baixo uso do sistema por um setor que desponta como investidor em inovação.

Referências

ABRINQ – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS. **Estatísticas de Brinquedos 2023**. São Paulo: CNI, 2023. Disponível em: <http://www.abrinq.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Anu%C3%A1rio-Estat%C3%ADstico-Abrinq-2023.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.

BASSO, Maristela. Brasil deve estimular proteção da propriedade intelectual. **Consultor Jurídico**, 20 jan. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jan-20/maristela-basso-brasil-estimular-protecao-propriedade-intelectual>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Painel do Mapa de Empresas. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CASTELLI, Thais. **Propriedade Intelectual: o princípio da territorialidade**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2006.

DEN KAMP, Claudy Op; HUNTER, Dan (ed.). **A history of intellectual property in 50 objects**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2019.

FORTEC (Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia). **Estatuto Social**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.fortec.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Estatuto-consolidado-em-27-09-2024.pdf>. Acesso em: 14 out 2024.

HOUSSAYE, Cássia Mota de La. **Design e propriedade intelectual no Brasil: do passado ao presente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020a. v. 1.

HOUSSAYE, Cássia Mota de La. **Design e propriedade intelectual no Brasil - do presente ao futuro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020b. v. 2.

HUNTER, Dan; LASTOWKA, Greg. Lego Brick. *In*: DEN KAMP, Claudy Op; HUNTER, Dan (eds.). **A history of intellectual property in 50 objects**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press 2019. p. 257-263.

HUNTER, Dan; THOMAS, Julian. Barbie Doll. *In*: DEN KAMP, Claudy Op; HUNTER, Dan (ed.). **A history of intellectual property in 50 objects**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2019. p. 265-271.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **A beleza exterior: uma introdução aos desenhos industriais para as pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/ptbr/composicao/arquivos/02_cartilhadesign_21_01_2014_0.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Coletânea de Decisões da 2ª Instância Administrativa: Desenhos Industriais**. Rio de Janeiro, 2021a. v. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/recursos-e-nulidades/revista-de-coletanea-de-decisoes-da-cgrec-di.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Setores Intensivos em Direitos de Propriedade Intelectual na Economia Brasileira**. Brasil, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/estudos/estudo-setores-intensivos>. Acesso em: 29 set. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Setores Intensivos em Direitos de Propriedade Intelectual na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: INPI, AECON, 2021c.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Manual de Desenhos Industriais**. 2024. Disponível em: <http://manualdedi.inpi.gov.br/projects/manual-de-desenho-industrial/wiki>. Acesso em: 29 set. 2023.

LENCE REIJA, Carmen. La Propuesta de Directiva sobre protección del diseño: el freno de la cláusula de reparación. **Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor**, Tomo 18, p. 1.013-1.022, 1997.

MALAVOTA, Leandro M. A Propriedade industrial em perspectiva histórica: o devir institucional e o cinquentenário do INPI (1º Draft). **Revista da ABPI**, [s./l.], n. 68, p. 8-33, set.-out. 2020.

MORGADO, Mônica Christina Rodrigues; PERALTA, Patrícia Pereira. O sistema de desenhos industriais na LPI. *In*: BAIOCCHI, Enzo; SICHEL, Ricardo Luiz. **20 anos da Lei n. 9.279/1996**. Lei da Propriedade Industrial. Estudos em homenagem ao professor Denis Borges Barbosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

OMPI – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Global Design Database**. 2021a. Disponível em: <https://www3.wipo.int/designdb/en/index.jsp>. Acesso em: 5 set. 2023.

OMPI – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Dia Mundial da Propriedade Intelectual – Inovar para um futuro verde**: Direitos de *Design* e Sustentabilidade. 2021b. Disponível em: https://www.wipo.int/ip-outreach/pt/ipday/2020/articles/design_rights.html. Acesso em: 5 set. 2023.

OMPI – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **O Acordo de Haia referente ao Registo Internacional dos Desenhos e Modelos Industriais**: principais características e vantagens. Genebra, 2012. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/designs/911/wipo_pub_911.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

OTERO LASTRES, José Manuel. Reflexiones sobre el Diseño Industrial. **Anuario Facultad de Derecho**, Universidad de Alcalá I, p. 217-235, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/58906829.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

PEIXOTO, Marcus; BUAINAIN, Antônio Márcio. **Desempenho e Desafios do Sistema de Propriedade Industrial no Brasil**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas; CONLEG; Senado, fev. 2021. (Texto para Discussão n. 294). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 29 set. 2023.

PERALTA, P. P.; HOUSSAYE, C. M. L. Desenhos Industriais e Suas Especificidades. *In*: SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos (org.). **Conceitos e Aplicações da Propriedade Intelectual**. 1. ed. Salvador: IFBA, 2019. p. 298-348. v. II.

SCHMIDT, L. D. Desenho industrial. Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. *In*: CAMPILONGO, C. F. GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coord.). **Tomo: Direito Comercial**. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. (Fábio U. Coelho, Marcus E. M. de Almeida (coord. de tomo). p. 1-31. Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/226/edicao-1/desenho-industrial>. Acesso em: 29 set. 2023.

SOUZA, Matheus Mariani. **A proteção legal dos tipos**: meios de apropriabilidade da tipografia à luz dos regimes de proteção dos desenhos industriais e dos direitos autorais no Brasil, na Alemanha e nos Estados Unidos. 2022. 288f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2022.

Sobre os Autores

Charlene Cruz

E-mail: charlene_cardoso@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3084-5800>

Pós-graduação em nível de especialização em Biblioteconomia pela Faculdade Internacional Signorelli (2016) e Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Instituto Federal de Goiás/ Campus Formosa (Rua 64, esq. c/ Rua 11, s/n, Expansão Parque Lago. CEP: 73813-816. Formosa – GO.)

Anna Caroline Baiao Malaquias

E-mail: annacbaiao@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8291-4938>

Pós-graduação em nível de especialização em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2018) e Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Defensoria Pública da União no Distrito Federal (Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF).

Patrícia Pereira Peralta

E-mail: ppereira@inpi.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3092-9040>

Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Rua Mayrink Veiga, n. 9, 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20090-910).

Paulo Gustavo Barboni Dantas Nascimento

E-mail: pgbdantas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5610-3901>

Doutor em Química pela Universidade de São Paulo em 2005.

Universidade de Brasília/ Campus Ceilândia (QNN14, Área Especial, Ceilândia Sul, Brasília, DF. CEP: 72220-140).

APÊNDICE D – Produto Técnico-Tecnológico

Episódios do Projeto Minuto da P.I.:

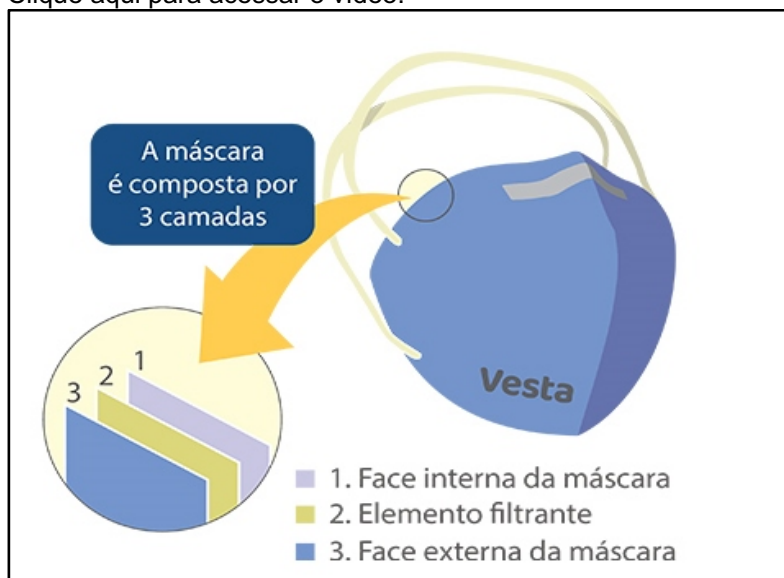
- **Episódio 1 (Apresentação):** apresentação do projeto e explicação do conceito de Propriedade Intelectual.

Clique [aqui](#) para acessar o vídeo.



- **Episódio 2 (Respirador Vesta):** máscara de proteção facial que utiliza tecnologia produzida durante a pandemia da COVID-19 e tem a capacidade de barrar e inativar o vírus, tornando o produto diferente de todos os outros disponíveis no mercado;

Clique [aqui](#) para acessar o vídeo.



Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/58597/o-direito-da-propriedade-intelectual-e-a-grade-curricular-das-faculdades-de-direito>

- **Episódio 3 (Bitucas de Cigarro):** tecnologia capaz de transformar os resíduos dos tabacos em fibra de celulose;

Clique [aqui](#) para acessar o vídeo.



Fonte: https://cdt.unb.br/pt-br/?option=com_content&view=article&id=553:filtro-de-cigarro-pi0305004-1&catid=335

- **Episódio 4 (Cápsulas de Óleo de Pequi):** processo de extração da polpa do pequi, capaz de preservar todas as características desejáveis do fruto e, ao mesmo tempo, eliminar os sabores e odores que desagradam o paladar de algumas pessoas.

Clique [aqui](#) para acessar o vídeo.



Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/pequi-em-capsula-promete-combater-envelhecimento-e-inflamacoes-59868/>

ANEXO B – Comprovante de Registro de Marca**Processo de registro de marca**

Processo **928641619**
Data de depósito 11/11/2022
Datas de prioridade

Data de concessão
Data de vigência

Situação **Aguardando pagamento da concessão
(em prazo ordinário)**

Marca **Minuto da P.I.**
Natureza Marca de Produto/Serviço
Apresentação Nominativa
NCL(11): 38

Titular ANNA CAROLLINE BAIÃO MALAQUIAS
[BR/GO] e PALOMA PEDIANI [BR/DF]

Deferimento de pedido de registro

Data da decisão 15/02/2024
Número da decisão 188409

Como parte do exame de mérito do pedido de registro de marca, foram analisadas a liceidade, a distintividade, a veracidade e a disponibilidade do sinal requerido como marca, inclusive por meio de buscas de anterioridade e do exame de eventuais oposições, manifestação do requerente e demais documentos apresentados.

Concluído o exame, não foram encontradas anterioridades relevantes e, ausentes quaisquer impedimentos legais, defere-se o pedido.

Não foram encontrados impedimentos legais à concessão do registro requerido, de acordo com as disposições da Lei nº 9.279/1996 e do Manual de Marcas do INPI. Assim, defere-se o pedido.

Vale ressaltar que, sendo o signo analisado em seu conjunto como "sinal distintivo visualmente perceptível", o pedido em exame foi considerado suficientemente distinto dos demais conjuntos encontrados na classe.

SAULO DA COSTA CARVALHO